

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

122

122

SALVADOR • JULHO DE 2004



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO

Luiz Mário Ribeiro Vieira

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Brito

Alynsen dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

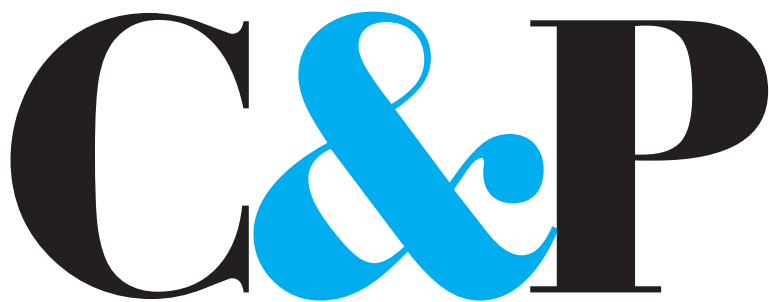
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Dez anos de Real - Impactos nos preços,
câmbio e juros

Núcleo de conjuntura da SEI 4

Conjuntura Econômica Baiana 10

Artigos

Brasil: economia em recuperação moderada
com nível alto de desemprego

Antônio Plínio Pires de Moura

Eduardo Costa Pinto 20

Biodiesel: será o combustível do futuro?

Fabiana Pacheco 26

O setor de comércio do Estado do Ceará:
uma análise setorial e

ocupacional à luz da RAIS MIGRA

Leôncio de José Bastos M. Júnior 32

Capitalização de empresas, via debêntures:
o caso da Odebrecht

José Moura Pinheiro 38

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais alcançarão

R\$ 21,8 bilhões 44

Notícias 48

Legislação 51

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 54

Indicadores Sociais 60

Finanças Públicas 68

Carta do Editor

Nesta edição, a Conjuntura & Planejamento traz na seção Economia em Destaque, artigo que analisa os Dez Anos do Real enfocando a trajetória dos preços, do câmbio e dos juros, dando ênfase ao Índice de Preços ao Consumidor do município de Salvador. O artigo mostra como ocorreu a estabilização dos preços com uma política de juros elevados.

Na seção de artigos, o primeiro "Brasil: Economia em recuperação moderada com nível alto de desemprego" trata da questão conjuntural brasileira, ressaltado o mercado de trabalho brasileiro. Após breve discussão sobre a recente recuperação econômica, a análise apresenta os últimos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e conclui que houve melhora nas estatísticas de emprego, no entanto o crescimento de postos de trabalho é inferior ao aumento da demanda por trabalho.

O segundo artigo "Biodiesel: Será o combustível do futuro?" aborda o consumo e a produção do biodiesel no mundo, no Brasil e na Bahia, destacando-se fatores econômicos, sociais e ambientais desse combustível, como também, suas potencialidades e benefícios para o desenvolvimento sustentável.

O artigo "O setor de comércio do Estado do Ceará: uma análise setorial e ocupacional à luz da RAIS MIGRA" apresenta uma descrição de resultados da Pesquisa RAIS MIGRA do Ministério do Trabalho e do Emprego para o setor de comércio do Estado do Ceará, revelando a dificuldade de retorno ao mercado de trabalho, devido à escassez de vagas ofertadas, à expansão da PEA e características pessoais como qualificação, idade e escolaridade.

O último artigo "Capitalização de empresas, via debêntures: o caso da Odebrecht" analisa o mercado de debêntures como uma alternativa de capitalização das empresas e uma oportunidade de aplicação financeira para investidores. E mostra a experiência de capitalização mediante emissão de debêntures, realizada pela empresa Odebrecht Participações S/A.

Dez anos de Real – Impactos nos preços, câmbio e juros

Núcleo de Conjuntura da SEI*

A partir de 1º de julho de 1994 o Brasil conhecia uma nova moeda: o Real. O objetivo principal da mudança da moeda brasileira, como já havia ocorrido antes com o cruzeiro, cruzado, cruzado novo, cruzeiro e o cruzeiro real, na década de 80, era combater a hiperinflação, que alcançaria uma taxa anualizada de 5.000% antes da implantação do Plano Real.

Alguns resultados positivos foram obtidos de imediato com a introdução da nova moeda como, por exemplo, redução da inflação, aceleração no ritmo de atividade com redução nas taxas de desemprego e desconcentração da renda após aumento no salário mínimo, em maio de 1995, com taxa real superior a 22% (DIEESE, 2004).

Um aspecto importante do Plano Real foi a utilização de uma política de câmbio valorizado como âncora da estabilização, que teve como contrapartida uma política de juros bastante dura na fase inicial e que resultou em déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos.

Essa política de juros altos decorreu, principalmente, das sucessivas crises internacionais que provocaram fuga de capitais. A primeira delas foi a crise mexicana, em março de 1995, quando o governo brasileiro adotou medidas recessivas – corte no crédito e choque nos juros -, além de uma mudança no regime cambial, que passou de um regime flutuante para um regime de bandas, resultando em uma desvalorização, entre fevereiro e dezembro daquele ano, de 12,8%. Tais medidas desencadearam queda no ritmo de atividade industrial e, conseqüentemente, redução no nível de emprego.

Simultaneamente à mudança na política cambial, o Banco Central aprofundou os controles monetários e creditícios sobre a economia. A taxa de juros real básica (observada no Selic) foi a patamares bastante elevados, atingindo 25% aa.

O quadro se modifica a partir de 1996. Mesmo com as sucessivas quedas no nível dos preços, o desemprego passa a evoluir de forma dramática e agrava-se a cada choque de juros adotado. A estabilidade monetária não é acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica, pois o nível de atividade passa por várias mudanças abruptas. Em outubro de 1997, novo choque de juros é realizado para manter a política de sobrevalorização da moeda, abalada pela crise asiática. Passado esse momento, menos de um ano depois, a crise da moratória Russa atinge novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo segue o mesmo caminho e procede, a partir de novembro, outro choque de juros. Dessa vez a política não funcionou e a fuga de capitais não foi interrompida. Mas os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do Plano, o rendimento médio dos ocupados passa a regredir e o desemprego supera os recordes dos últimos quinze anos.

Em 1998, o governo articula um acordo com o FMI e alguns países desenvolvidos e consegue uma linha de crédito de US\$ 41 bilhões, para impedir o ataque à moeda nacional. O acordo com o FMI impunha o

* Carla Janira Souza do Nascimento é Economista e bolsista/FAPES.

cumprimento de superávits primários nas contas públicas e taxas de juros reais elevadas. No entanto, esse acordo, que submete o Brasil ao controle do FMI, não impediu o colapso da política cambial e, a partir de janeiro de 1999, após uma mal sucedida tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do Real. Com o fim da âncora cambial, adotou-se o sistema de metas de inflação, apoiado em uma rígida política fiscal, sobretudo via aumento da carga tributária dos impostos cumulativos.

A flutuação do câmbio representou a alteração mais radical da política econômica desde a introdução do regime de bandas cambiais, em março de 1995. Embora o Banco Central tivesse dado início, já em 1998, a um processo de ampliação gradual da banda de flutuação do real, que eventualmente conduziria a um regime de câmbio livre em um futuro distante, a trajetória visualizada era, certamente, de pequenos ajustes, com o alargamento da banda acompanhando de perto a correção do câmbio real e a melhora nos fundamentos, em particular na política fiscal. A estratégia de ajustes graduais, que no caso da política fiscal já sofrera um baque profundo na época da crise da Ásia, mostrou-se inviável com relação à política cambial, após a transformação do cenário externo que se seguiu à crise da Rússia. Sob a pressão de uma forte perda de reservas, o governo ainda tentou sustentar o câmbio por meio de um alargamento da banda de flutuação, mas acabou sendo forçado a abandonar essa medida depois de apenas dois dias, passando a um regime de livre flutuação.

Apesar da instabilidade financeira nos Estados Unidos, do aumento nos preços do petróleo e da crise na Argentina, a economia brasileira cresceu mais de 4%, em 2000, com queda significativa no desemprego e com a taxa de inflação abaixo da meta de 6%. O desempenho econômico de 2000 baseou-se na continuidade do ajustamento fiscal e na consolidação dos regimes de metas de inflação e da taxa de câmbio flutuante. Esse tripé permitiu amortecer choques externos e internos sem sacrificar a retomada do crescimento ou o controle da inflação. Com relação às questões sociais, verifica-se queda nos salários reais, uma vez que, se o aumento dos preços e das taxas de inflação, por um lado, não apresentaram evolução explosiva, por outro, foram suficientes para corroer os salários de forma significativa que voltaram rapidamente aos níveis reais anteriores ao Plano Real.

A flutuação do câmbio representou a alteração mais radical da política econômica desde a introdução do regime de bandas cambiais.

No primeiro trimestre de 2001, as dificuldades financeiras da Argentina e a desaceleração da economia americana, maior do que a prevista, pressionaram as taxas de câmbio e inflação, forçando nova alta dos juros. No segundo trimestre, a crise de energia agravou o quadro de incertezas. A confiança do consumidor desabou, acentuando a retração da demanda causada pelos juros mais altos. No terceiro trimestre, sobretudo depois do 11 de setembro, as pressões cambiais e inflacionárias exacerbaram-se, comprometendo as metas de inflação. A partir de novembro, a taxa de câmbio descolou-se das taxas de risco da Argentina, refletindo o crescimento do superávit comercial, a atuação do Banco Central - fornecendo hedge cambial e reduzindo os limites de exposição em dólares dos bancos privados -, e o "sucesso" do racionamento de energia. Mas, em 2002, as incertezas associadas à condução da política econômica do governo que seria eleito, conduziram a novas desvalorizações acentuadas do câmbio.

A taxa de inflação atinge, em maio de 2003, 16,38%, em doze meses. O governo volta a elevar as taxas de juros e a aumentar o arrocho fiscal. Com essas medidas, o PIB do Brasil registra uma taxa de 0,2% ao ano. Observa-se, nesse período, encolhimento das atividades produtivas, evidenciado pelo aumento da taxa de desemprego e pela redução dos rendimentos dos trabalhadores (formais e informais), comprimindo o consumo pessoal e inversões das empresas. Entretanto, no primeiro semestre de 2004, já se observa um ambiente de recuperação, sinalizando um razoável crescimento do PIB em torno de 3,5%, neste ano. (DIEESE, 2004).

Vejamos, então, o comportamento de variáveis como preços, câmbio, juros, emprego e renda, ao longo dos dez anos de Real. E, também, os resultados do nível de preços para Salvador nessa década.

Inflação

Em junho de 1994, a inflação mensal, medida pelo IPCA-IBGE, era de 47,43%, com tendência de alta. Em junho de 2004, esse índice foi de 0,71%. Ao lon-

go desses dez anos, a inflação brasileira acumulou uma alta de 169,11%.

A inflação era um problema crônico no Brasil. Com o fracasso de sucessivos planos de estabilização, antes do Plano Real, ela se tornou volátil: cada vez mais suscetível a acelerações.

A partir do Plano Real, entre 1995 e 1998, a inflação convergiu rápida e persistentemente. De uma taxa anualizada próxima de 5.000% (em junho de 1994), caiu (a taxas mensais) para perto de zero, no fim de 1998. Isso foi fundamental para que o Brasil conseguisse sepultar os mecanismos formais e informais de indexação que realimentavam a espiral inflacionária.

Deve-se destacar que, a partir de 1996, há a consolidação de uma nova dinâmica na evolução dos preços, onde eventuais variações de alguns produtos deixam de implicar, como no passado, aumentos generalizados, passando a caracterizar-se como alterações de preços relativos e, também, o fato de que parcela significativa da inflação, em 1996, teve origem em correções de preços públicos, especialmente na primeira metade do ano.

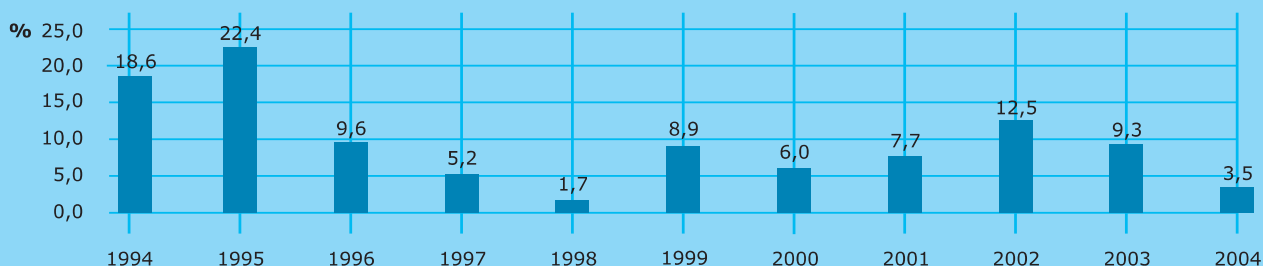
A desvalorização do Real em relação ao dólar, em janeiro de 1999, ao contrário do que se temia, não provocou a volta da inflação nem lançou o País em recessão.

Desde o Plano Real, as tarifas públicas, mensuradas pelos preços administrados, têm apresentado crescimento acima dos preços livres. Como exemplo, destacam-se as altíssimas taxas acumuladas, entre julho de 1994 e junho de 2004, dos itens: gás de cozinha (573,85%), comunicação (539,25%), transporte público (326,50%) e combustíveis (240,33%), medidas pelo IPCA.

No município de Salvador, após a implantação do Real, o IPC-SEI acumulou uma taxa de 190,41% até o mês de junho de 2004. Passou de uma taxa mensal de 53,96% em junho de 1994, quando a taxa anualizada era de 5.344%, para uma taxa de 0,71% em junho de 2004.

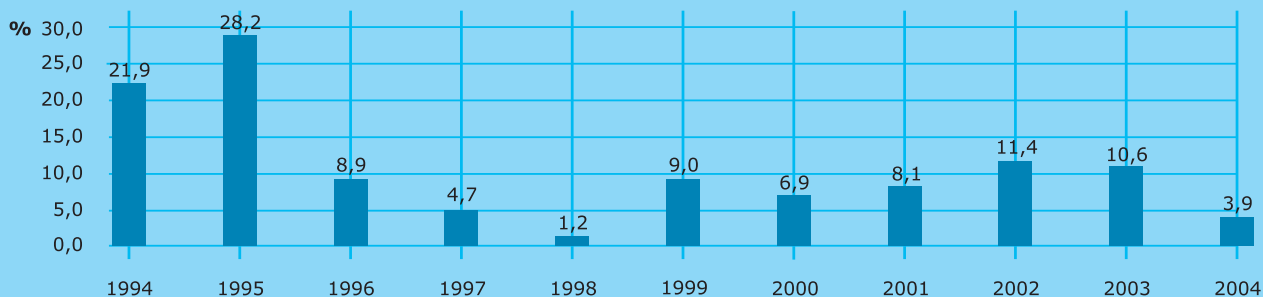
Durante os dez anos de Real, observa-se que o ponto de taxa acumulada mais baixa se deu no ano de 1998 (1,19%), quando as taxas de juros são mantidas elevadas e o câmbio equilibrado. As maiores variações acumuladas, acima da média de 190,41%, foram observadas em Transporte e Comunicação (461,19%),

Gráfico 1
Varição do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) – Brasil, jul/1994-jun/2004



Fonte: IBGE

Gráfico 2
Varição do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – Salvador, jul/1994-jun/2004



Fonte: IBGE

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor, Pós-Real - Variação acumulada anual
Salvador, jul/1994- jun/2004

Itens	1994 ¹	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ²	Acumulado (jul/94 a jun/04)
Alimentos e bebidas	17,74	11,18	4,07	-0,87	3,12	6,86	4,42	9,92	14,75	10,22	2,45	221,30
Habitação e encargos	36,11	61,92	17,06	9,36	4,30	7,60	3,66	7,57	5,86	10,48	6,70	449,95
Artigos de residência	15,37	20,02	2,26	-1,04	0,87	7,15	11,36	4,09	12,86	12,89	1,65	227,41
Vestuário	26,30	18,71	2,55	-2,17	5,96	1,14	6,17	0,41	4,22	5,27	6,05	171,44
Transporte e comunicação	29,21	43,46	14,26	23,06	0,55	22,69	12,37	13,32	14,82	13,51	9,46	561,19
Saúde e cuidados pessoais	7,16	27,33	14,38	4,74	4,03	12,69	4,81	7,04	11,36	12,75	9,70	287,97
Despesas pessoais	19,81	46,90	16,70	4,62	2,12	6,55	7,14	9,59	7,70	11,09	7,26	345,60
Geral	21,85	28,19	8,89	4,70	1,19	9,02	6,92	8,05	11,40	10,64	7,30	290,41

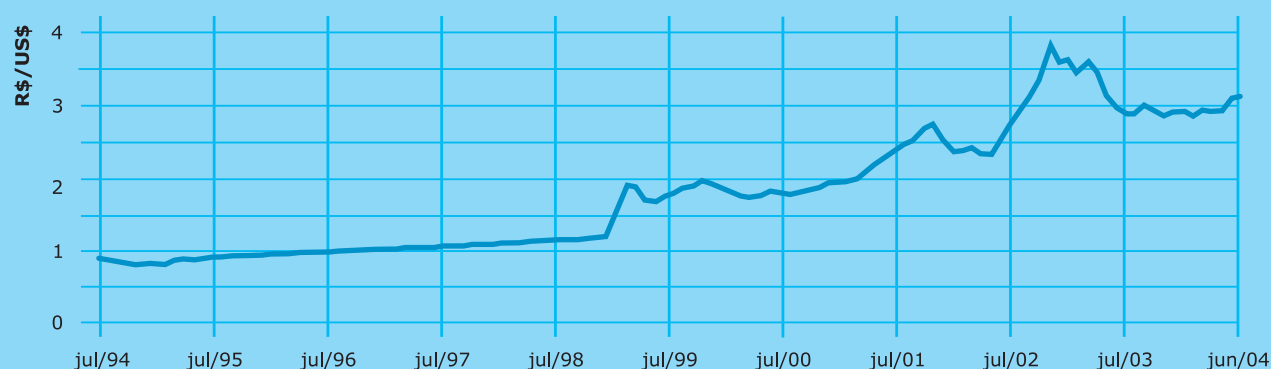
Fonte: SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta básica de 308 bens e serviços, pesquisados em, aproximadamente, 1020 estabelecimentos, para famílias de 01 a 40 salários mínimos

¹ De junho de 1994 a dezembro de 1994

² De janeiro de 2004 a junho de 2004

Gráfico 3
Variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – Salvador, jul/1994-jun/2004



Fonte: Ipeadata

Habitação e encargos (349,95%) e Despesas pessoais (245,60%). O item Vestuário apresentou a variação mais baixa, com taxa acumulada de 71,44%.

Da mesma forma que nos índices de preços nacionais, a inflação em Salvador foi mais elevada nos preços administrados, como é o caso de Comunicação, que teve uma alta de 3.253,55%, entre julho de 1994 e junho de 2004; Transporte público, com alta de 450,62%; Gás de bujão (355,34%); e Combustíveis (296,84%).

Câmbio

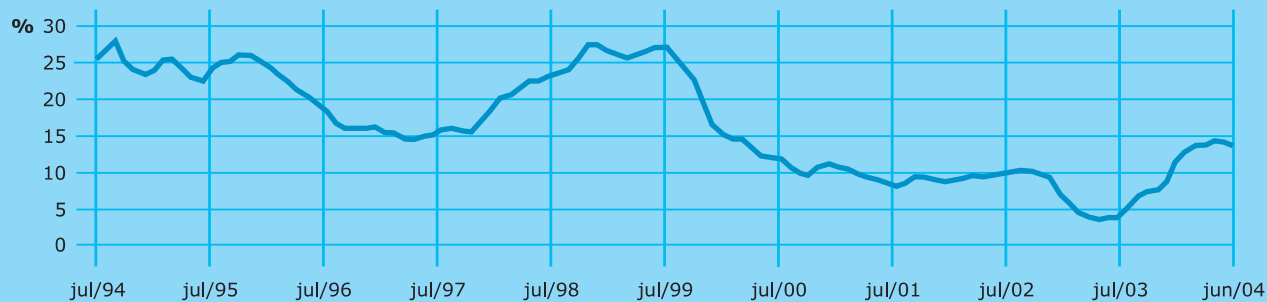
A taxa de câmbio apresenta lenta desvalorização desde o início do Plano Real até janeiro de 1999, o que, junto com o desaquecimento da economia, contribuiu para a contenção do aumento dos preços naquele

período. Nos anos seguintes, observam-se três momentos de desvalorização acentuada do câmbio: o primeiro, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999, com a iniciativa do governo de adotar uma política de câmbio livre; o segundo, observado em 2001, é reflexo do temor de que a crise argentina se refletisse com grande intensidade na economia brasileira; e, o terceiro, observado no decorrer de 2002, reflete as incertezas associadas à política econômica adotada pelo novo governo (DIEESE, 2004).

Juros

A política monetária nos dez anos do Real caracteriza-se por juros reais em níveis elevados. No início do Plano, até meados de 1995, ocorreu uma manutenção de elevadas taxas de juros com intuito de assegurar o afluxo de capitais e o acúmulo de reservas. Após

Gráfico 4
Variação da taxa de juros reais - Brasil, jul/1994-jun/2004



Fonte: Ipeadata. Elaboração: GEAC / SEI.

Nota: Taxa de juros Over/Selic deflacionada pelo IPCA e acumulada em 12 meses.

esse período, até metade de 1997, as condições internacionais favoráveis permitem a manutenção de baixas taxas de juros. Com a crise asiática ocorreu a necessidade de se elevar as taxas de juros para sustentação do câmbio. Essa fase perdura até meados de 1999, quando é instituído o câmbio flutuante. As taxas de juros declinam a partir de então até meados de 2002, quando apresenta aumentos devido às incertezas quanto à nova política econômica adotada pelo governo Lula.

desequilíbrio fiscal desencadeado nos últimos anos, pelas políticas contracionistas tanto fiscal quanto monetária. A relação dívida interna líquida do setor público/PIB tornou-se bastante elevada, passando de 24,47% em julho de 1994 para 46,12% em maio de 2003. Verifica-se também o aumento da carga tributária que atingiu 34,88% do PIB em 2002, quando em 1994 apresentava taxa de 27,90%. Somado a todos esses aspectos tem-se o aprofundamento das desigualdades sociais e das taxas de desemprego.

Considerações finais

Ao fim desses dez anos de Real, pode-se verificar a estabilidade dos preços, após grande período de hiperinflação. No entanto, observou-se que poucos foram os anos de crescimento significativo no Produto Interno Bruto brasileiro e, conseqüentemente, no PIB per capita. Outro aspecto a ressaltar, diz respeito ao

Referências

DIEESE. Dez anos do Real. Estudos e pesquisas, v. 1, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2004.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, 1996-2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2004. ■

Desenvolvimento solidário sustentável.

Quer saber como isso acontece?



Leia **Série de Estudos e Pesquisas - Empreendimentos Solidários na RMS e no Litoral Norte da Bahia** e conheça o perfil do trabalho associativo nessas regiões, as instituições que apóiam a economia popular solidária e, ainda, uma entrevista com um dos maiores pensadores do assunto, o economista Paul Singer. Veja onde adquirir seu exemplar no site da SEI.



www.sei.ba.gov.br



Conjuntura Econômica Baiana

Tanto a produção industrial baiana quanto o volume de vendas do varejo obtiveram desempenhos positivos, nos primeiros meses de 2004, indicando uma retomada da atividade econômica em comparação ao ano anterior. Em contrapartida, a balança comercial mantém excelente desempenho, ainda que não apresente os mesmos níveis de crescimento do ano anterior.

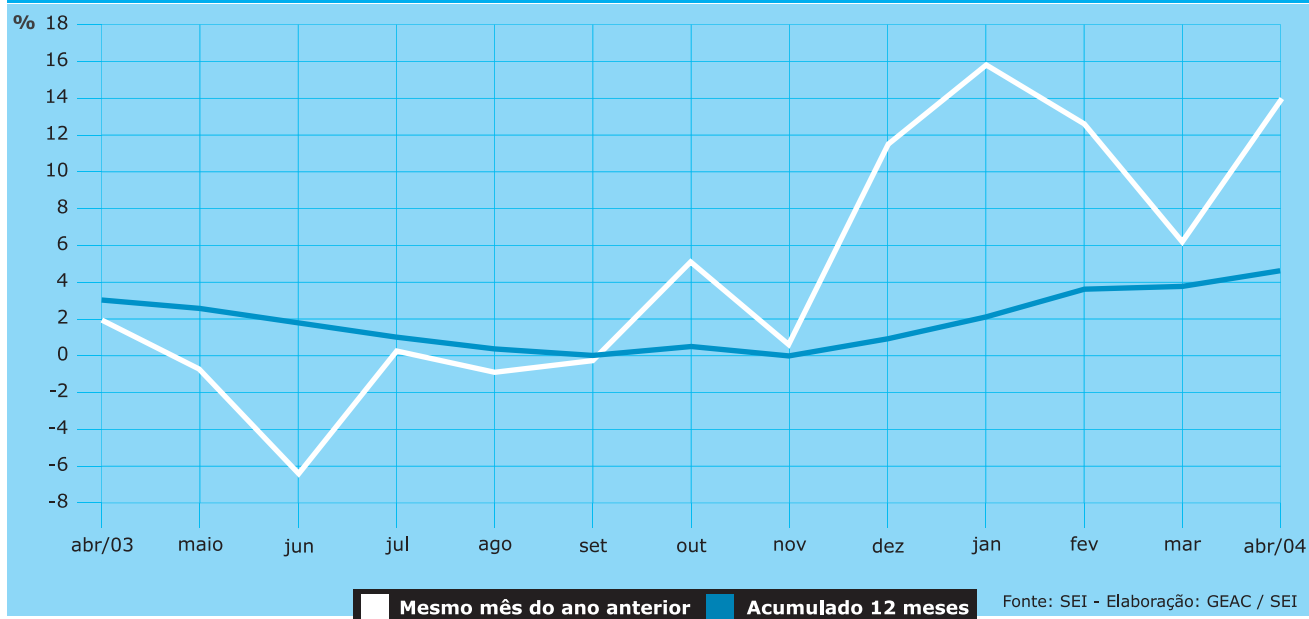
A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, até abril, variação positiva de 7,0% em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias refino de petróleo e produção de álcool (12,5%), metalurgia básica (19,5%) e de produtos químicos (4,1%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciou negativamente o resultado da indústria de alimentos e bebidas (-6,0%).

No comércio exterior, o ano de 2004 tem apresentado resultados satisfatórios, mesmo apresentando queda em relação ao ano anterior, quando se observou crescimento recorde. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro a maio, as exportações decresceram 5,8% e as importações aumentaram 23,2%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 257,6 milhões.

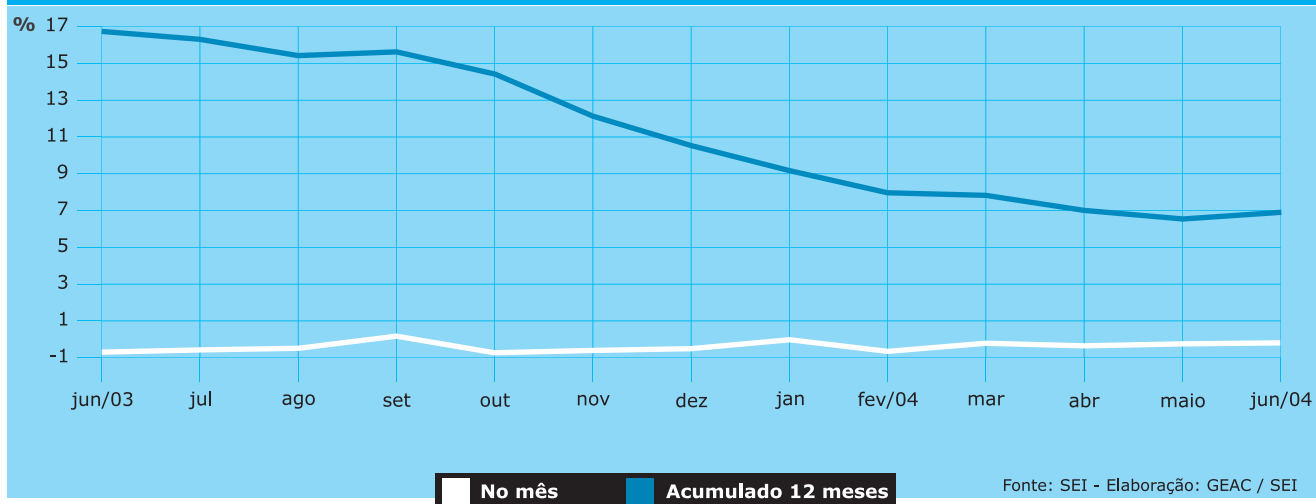
No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004, até abril, apresentou taxa positiva de 5,1%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (35,6%) e hipermercados, supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,4%), com o subsetor hiper e supermercados crescendo 4,3%. Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 23,5% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,68% em maio, obteve variação de 0,71% em junho. Nesse mesmo mês, em 2003, o IPC-SEI teve alta de 0,4%. No primeiro semestre de 2004, as maiores pressões sobre os preços de Salvador foram determinadas pelos grupos saúde e cuidados pessoais (6,7%) e habitação e encargos (6,7%).

Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 25,7%, em maio de 2004, queda de um ponto percentual em relação ao mês anterior, apresentando no ano uma taxa média de 26,3%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 15,9%, em abril, para 15,5%, em maio. No mesmo período observou-se aumento da taxa de participação: de 62,2% para 62,3%. O número de ocupados cresceu 1,7% (de 1.240 para 1.261 pessoas) e houve um acréscimo na PEA de 0,4%.

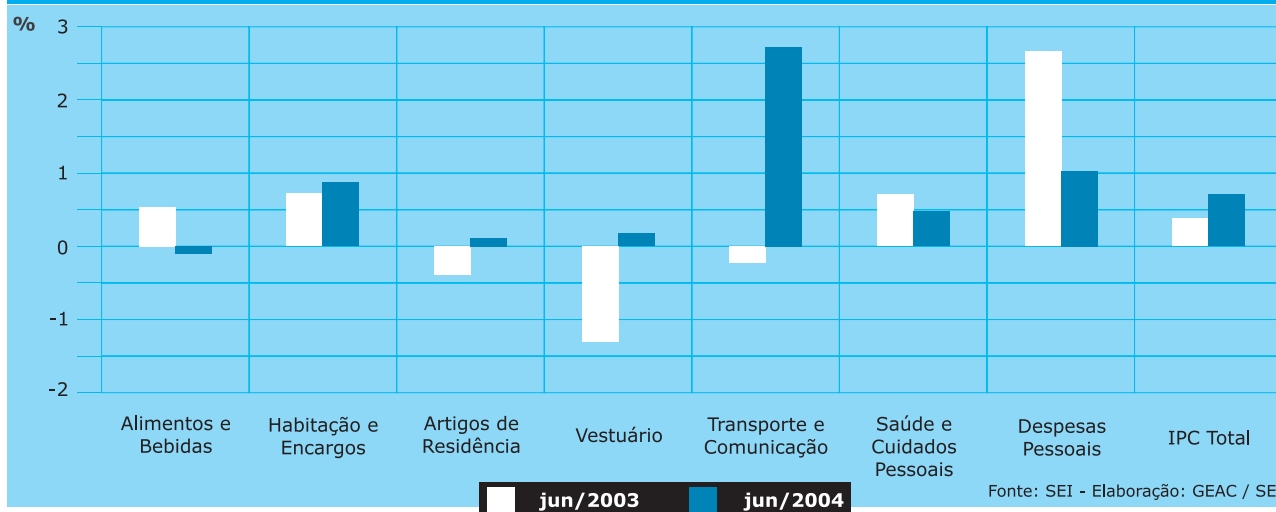
Índice de Movimentação da Economia - IMEC - Salvador

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de abril de 2004, em comparação com o mês de abril de 2003, apresentou acréscimo de 13,9%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado teve taxa positiva de 4,7%. Esses resultados sinalizam a retomada do nível de atividade econômica de Salvador.

Taxa de Variação do IPC - SEI - Salvador

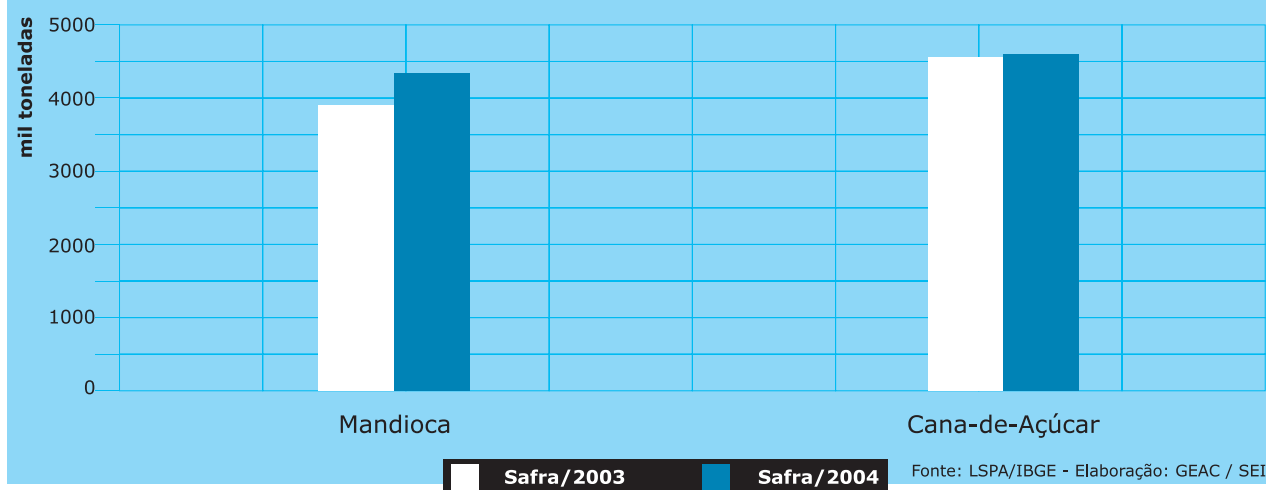
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, fechou o mês de junho com alta de 0,7%, ficando praticamente estável em relação ao mês anterior. Já no acumulado dos doze meses o índice fechou em 7,3%. Os grupos transporte e comunicação (9,5%) e alimentos e bebidas (4,5%), foram os que mais pressionaram o índice, nos últimos doze meses. Saúde e cuidados pessoais (9,7%) foi o grupo que menos pressionou o índice no mesmo período.

Taxa de Variação do IPC-SEI: Grupos Seleccionados - Salvador

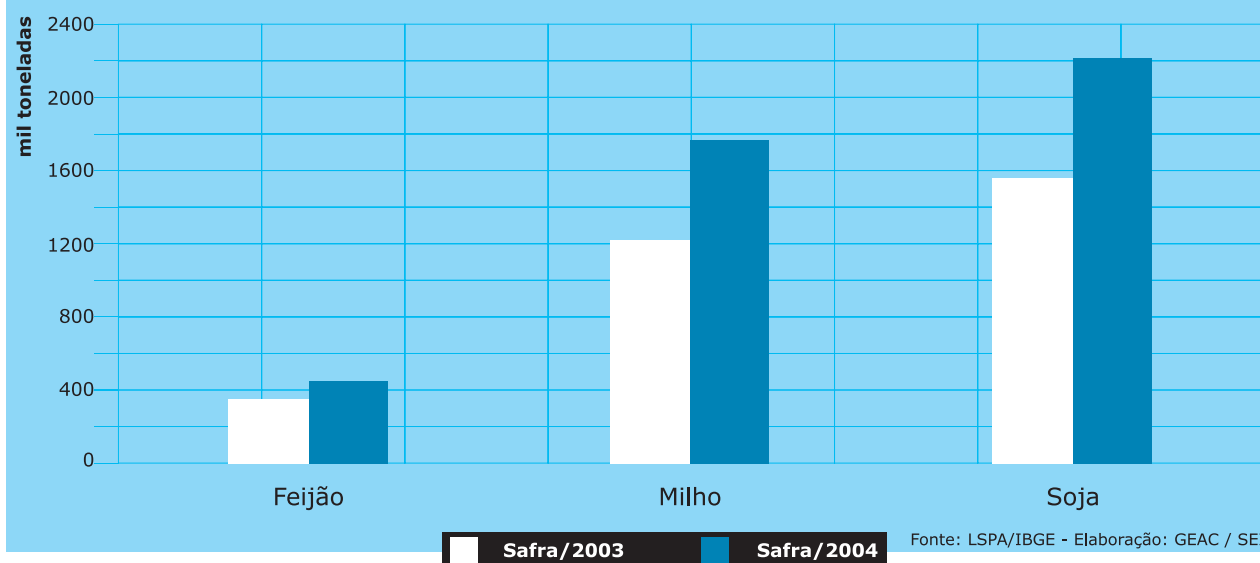


No mês de junho, transporte e comunicação (2,7%) e despesas pessoais (1,0%) foram os grupos que mais pressionaram na formação do índice geral. Dentro destes grupos, os subitens combustíveis (12,3%) e serviços pessoais (2,5%) apresentaram as maiores altas respectivamente. O destaque ficou para o grupo alimentos e bebidas que foi o único a apresentar deflação (-0,1%). A maior queda neste grupo ficou por conta do subitem carnes e peixes industrializados (-2,6%).

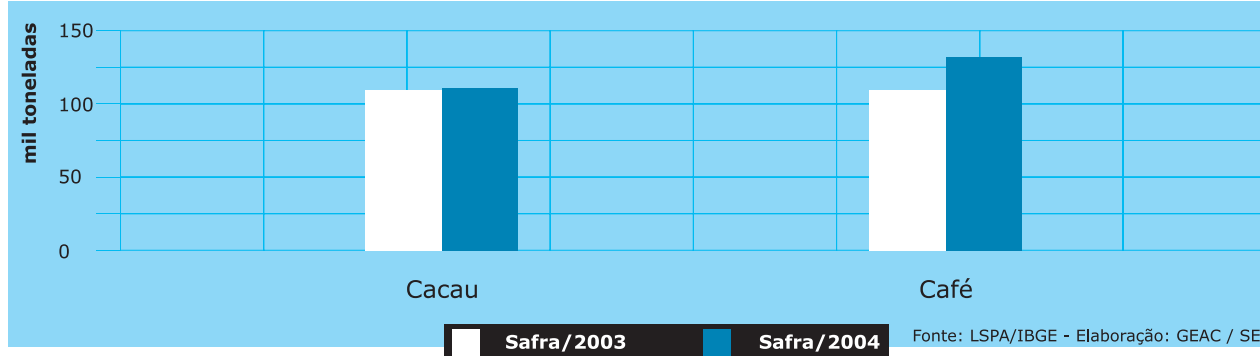
Estimativa de Produção Agrícola: Mandioca e Cana-de-Açúcar - Bahia



As estimativas do LSPA/IBGE, de junho, para a safra 2004, confirmam a elevação da produção de mandioca em 11,3%, comparando-se à safra 2003. Esse resultado ainda reflete o aumento de demanda e retomada da produção. Para a cana-de-açúcar, as estimativas indicam um discreto aumento da produção em 0,9%, isto se deve à conjuntura favorável dos preços do açúcar e álcool, principalmente deste último.

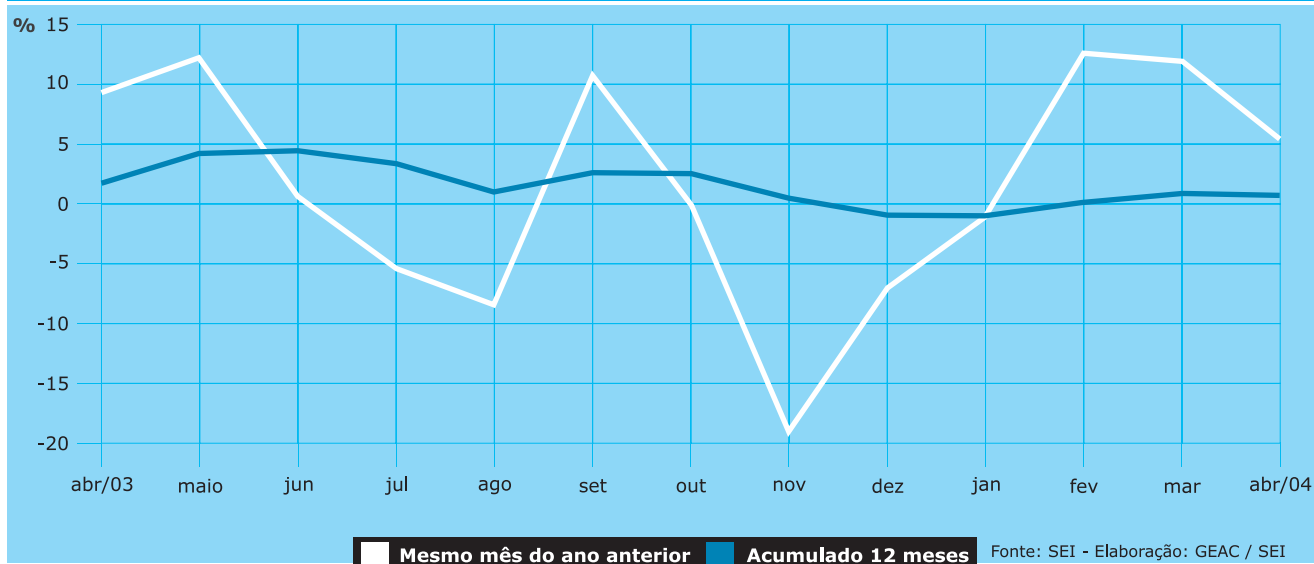
Estimativa de Produção Agrícola: Feijão, Milho e Soja - Bahia

Para o feijão estima-se aumento da produção (27,6%) em relação à safra 2003, explicado pelo bom volume de chuvas observado nos primeiros meses de 2004. Para o milho, as estimativas são de aumento de 44,8% na produção em 2004, em função da elevação dos preços internos comparando-se a 2003. A lavoura de soja apresenta aumento expressivo (42,5%), o que reflete expansão na produtividade em 47,5%.

Estimativa de Produção Agrícola: Cacau e Café - Bahia

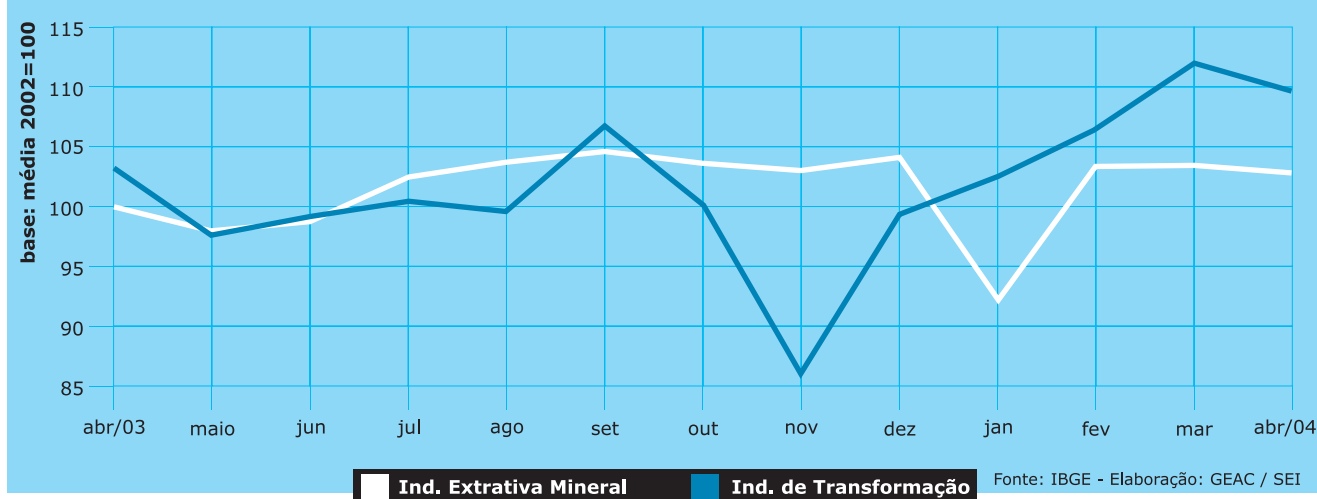
Para a lavoura cacaueira, a estimativa da produção, em junho, mostra-se praticamente estável (aumento de 0,9%). Espera-se que a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e a adoção do manejo integrado repercutam em resultados mais expressivos para a lavoura. Para o café, observa-se aumento das estimativas de produção em aproximadamente 20% em relação a 2003. A conjuntura cafeeira está favorecida pelo aumento das receitas de exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2004, resultado dos preços favoráveis.

Taxa de Variação da Produção Física da Indústria de Transformação - Bahia



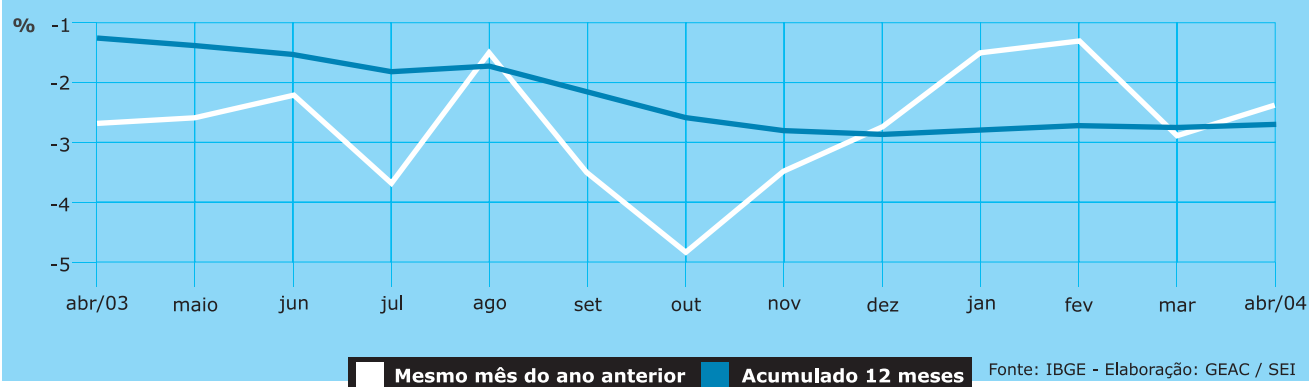
A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em abril, a produção industrial do setor de transformação registrou crescimento de 5,6% na comparação com o mesmo mês de 2003, mantendo a trajetória de expansão iniciada em fevereiro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses atingisse 0,6%. Os setores que mais contribuíram para o desempenho positivo da indústria no mês de abril foram: metalurgia básica (35,3%) e refino de petróleo e álcool (8,1%).

Índice Dessazonalizado de Produção Física da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral - Bahia



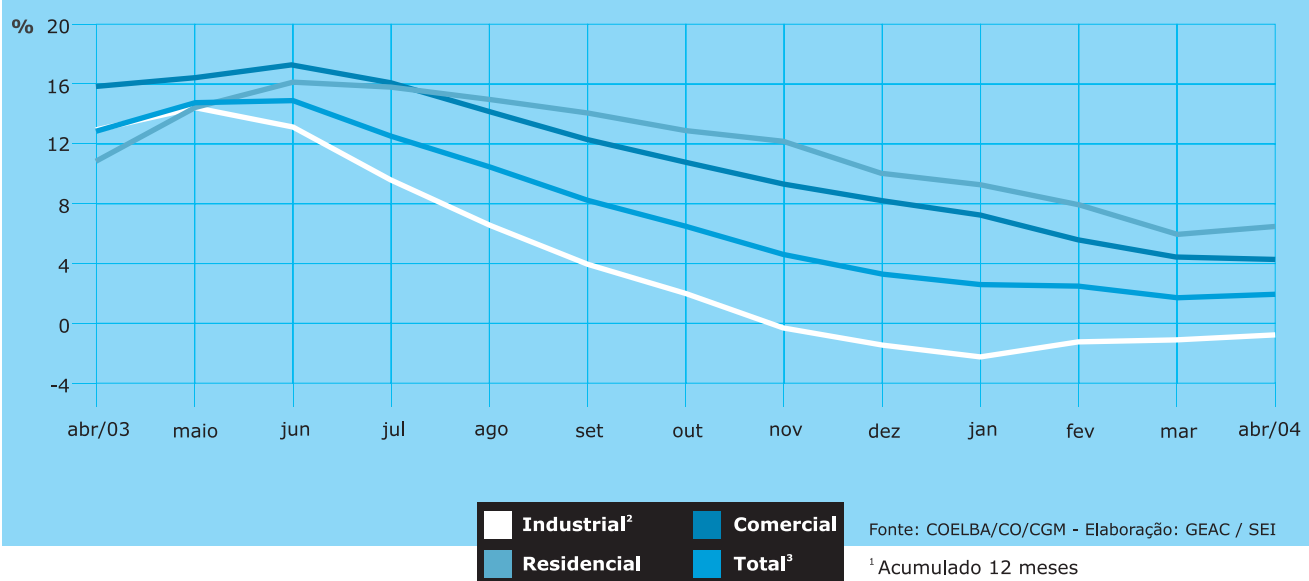
Já na série livre de influências sazonais, a indústria de transformação, em abril, registrou queda de 2,1% na comparação com o mês de março. Os setores que mais influenciaram o desempenho negativo foram papel, celulose e produtos de papel com queda de 26,4% e produtos químicos queda de 16,2%. A indústria extrativa mineral, que no mês anterior ficou estável, teve uma leve queda de 0,4% na comparação com março.

Taxa de Variação de Pessoal Ocupado - Indústria de Transformação - Bahia



O nível de emprego na indústria de transformação baiana continua apresentando resultados negativos. Em abril, o índice fechou com queda de 2,4%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nos últimos doze meses, o emprego industrial acumula queda de 2,7%. Os setores que mais influenciaram o recuo no nível de emprego foram vestuário (-29,1%) e coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (-26,3%).

Taxa de Variação do Consumo de Energia Elétrica¹ - Bahia



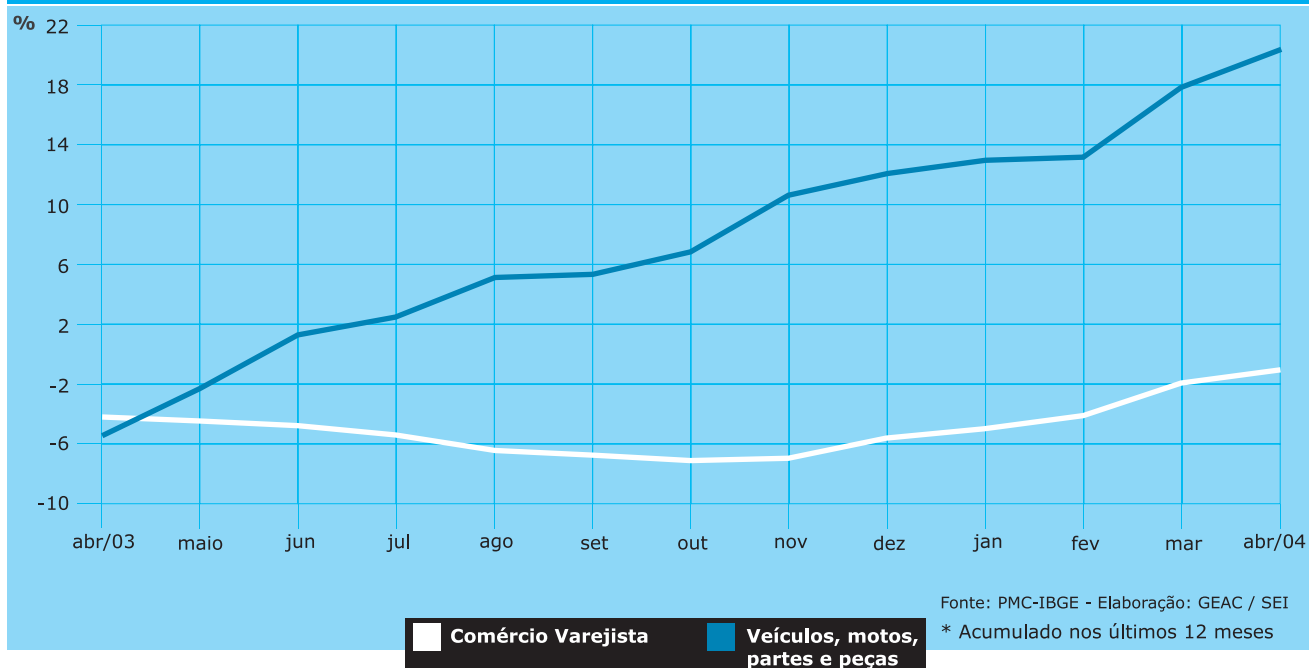
¹ Acumulado 12 meses

² O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

³ Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária

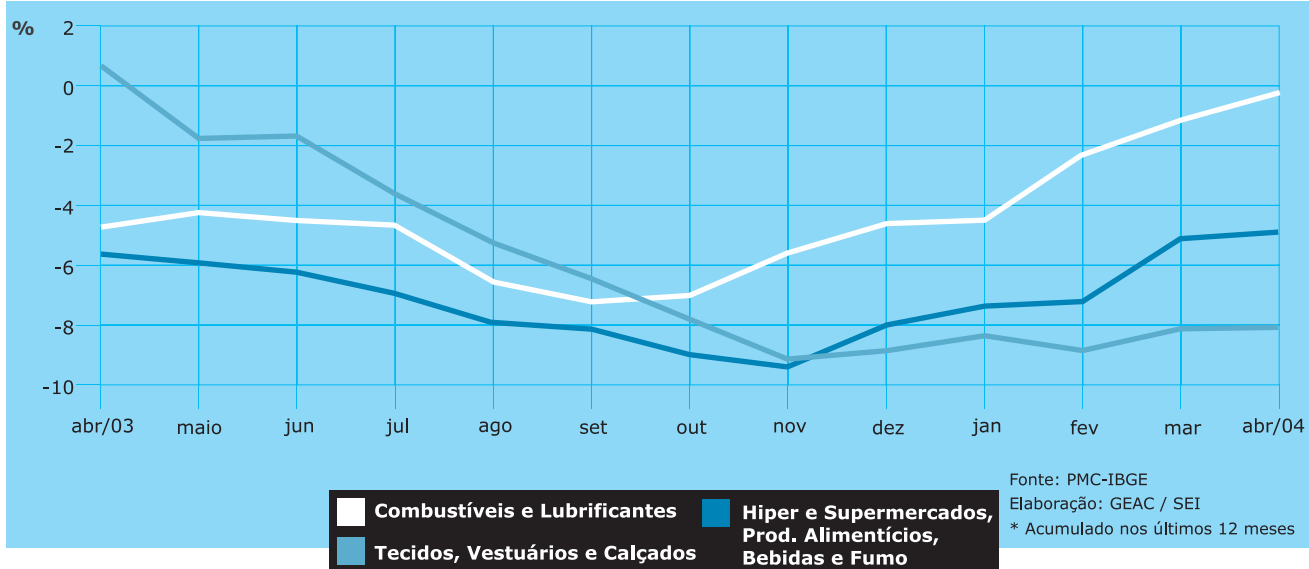
O consumo total de energia elétrica no estado da Bahia apresentou, em abril, crescimento de 3,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos doze meses o índice apresenta variação positiva de 2,0%. Esse crescimento é determinado pelo aumento no consumo residencial 6,4% e comercial 4,2%. O setor industrial, o maior demandante de eletricidade no estado apresenta queda de 0,8% no acumulado dos doze meses.

Taxa de Variação de Volume de Vendas no Varejo* - Bahia



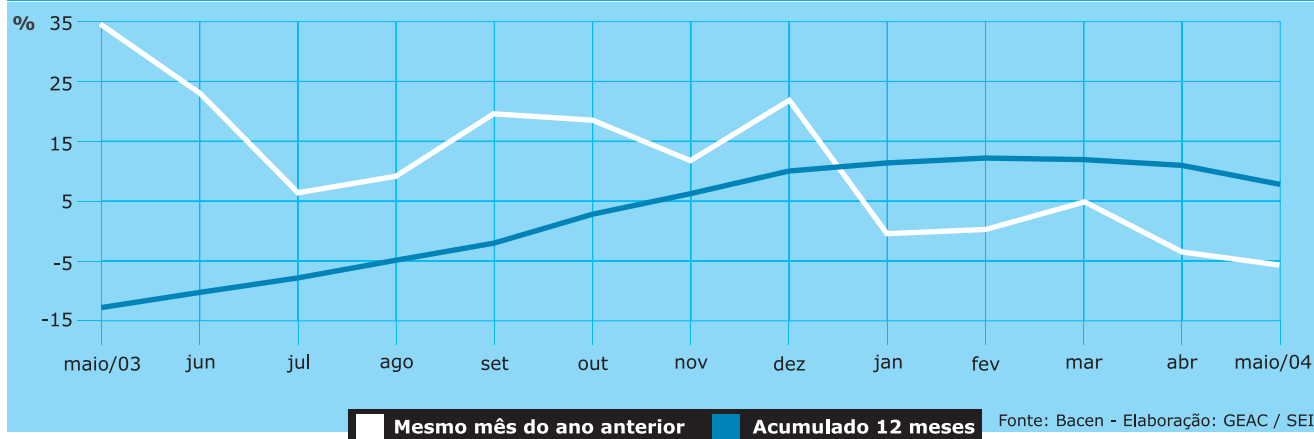
Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em abril, o volume de vendas do comércio varejista registrou desempenho positivo de 5,9%, comparado com abril de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 1,4%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 15,3% em relação ao mês de abril de 2003, acumulando variação positiva de 20,3% nos últimos 12 meses.

Taxa de Variação do Volume de Vendas no Varejo*: Principais Segmentos - Bahia



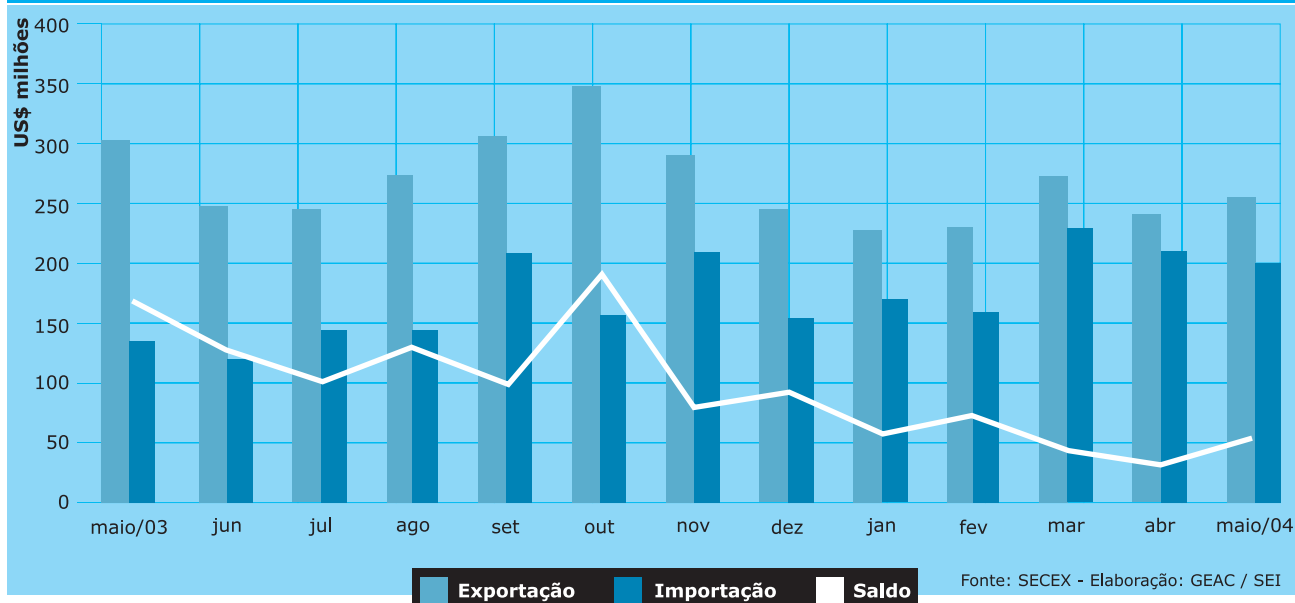
No mês de abril de 2004, apenas o segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e o de móveis e eletrodomésticos registraram variação positiva na ordem de 2,2% e 31,3%, em relação ao mesmo mês do ano passado, respectivamente. Este último acumulou no período uma taxa positiva de 35,6% e para os últimos 12 meses de 10,8%. Todos os demais segmentos do varejo acumulam queda no indicador dos últimos 12 meses.

Quantidade de Cheques sem Fundos - Bahia

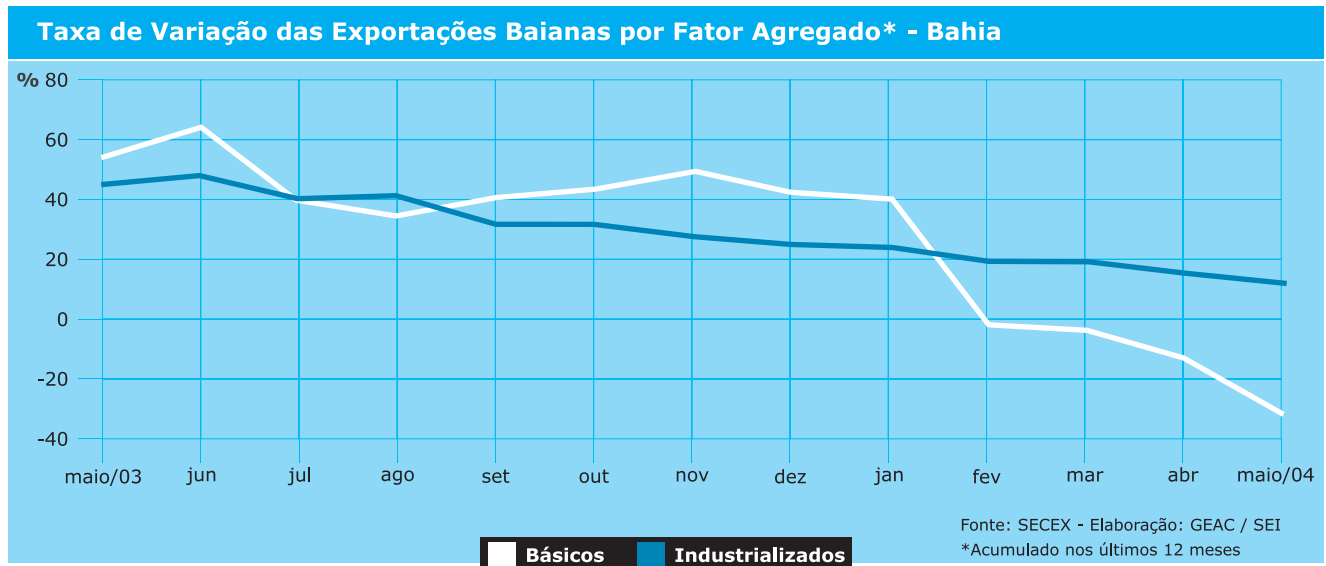


Em maio, o número de cheques sem fundos emitidos na Bahia, registrou queda de 5,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em abril esse resultado já havia sido negativo (-3,5%). Com isso, o índice que no acumulado dos doze meses estava em 11,0%, caiu para 7,9%, o menor patamar desde dezembro de 2003. No mês de maio foram emitidos 362,6 mil cheques sem fundos no Estado da Bahia.

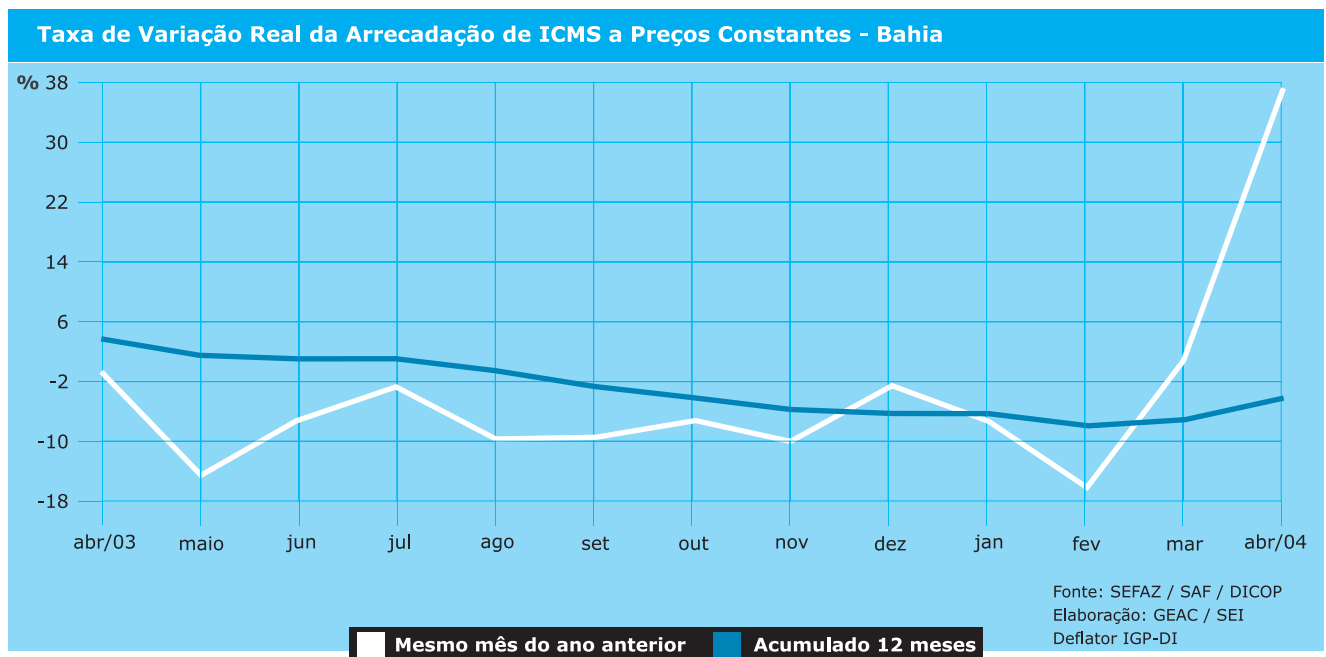
Balança Comercial - Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em maio de 2004, um superávit de US\$ 55,3 milhões, em decorrência das exportações no valor de US\$ 255 milhões e importações no valor de US\$ 199,7 milhões. Apesar do saldo positivo, as exportações têm registrado uma tendência de queda, principalmente nas vendas para os países pertencentes ao Nafta e a União Européia, já nas importações verifica-se um acréscimo nas compras de todos os blocos.

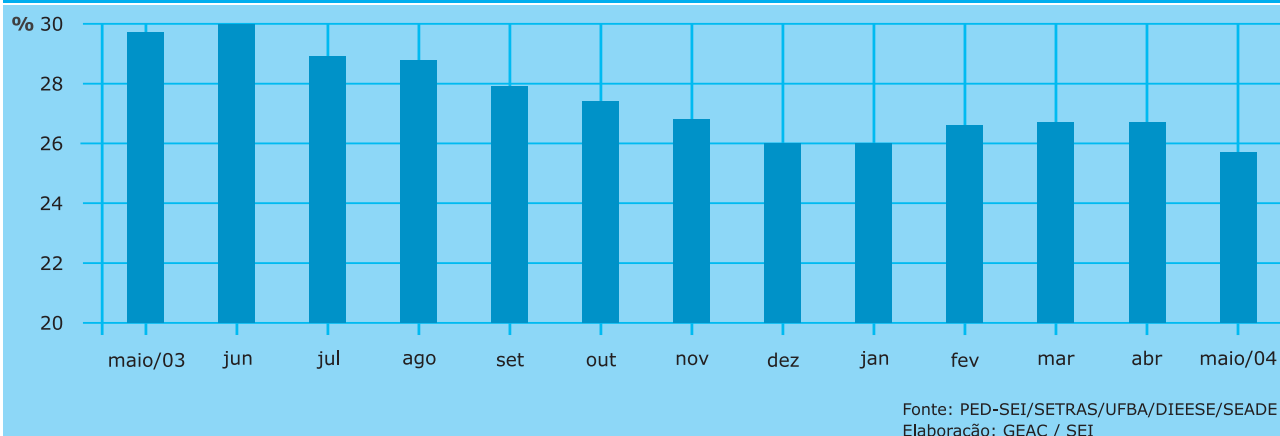


Segundo os dados das exportações baianas por fator agregado, a variação dos últimos doze meses para os produtos básicos registrou uma taxa negativa de 30,6%, em decorrência, principalmente, da queda nas vendas de derivados de soja. Já as exportações de produtos industrializados têm registrado uma alta no período de 18%, devido, principalmente, ao acréscimo nas vendas de alguns produtos como: metalúrgicos, automóveis, papel e celulose.



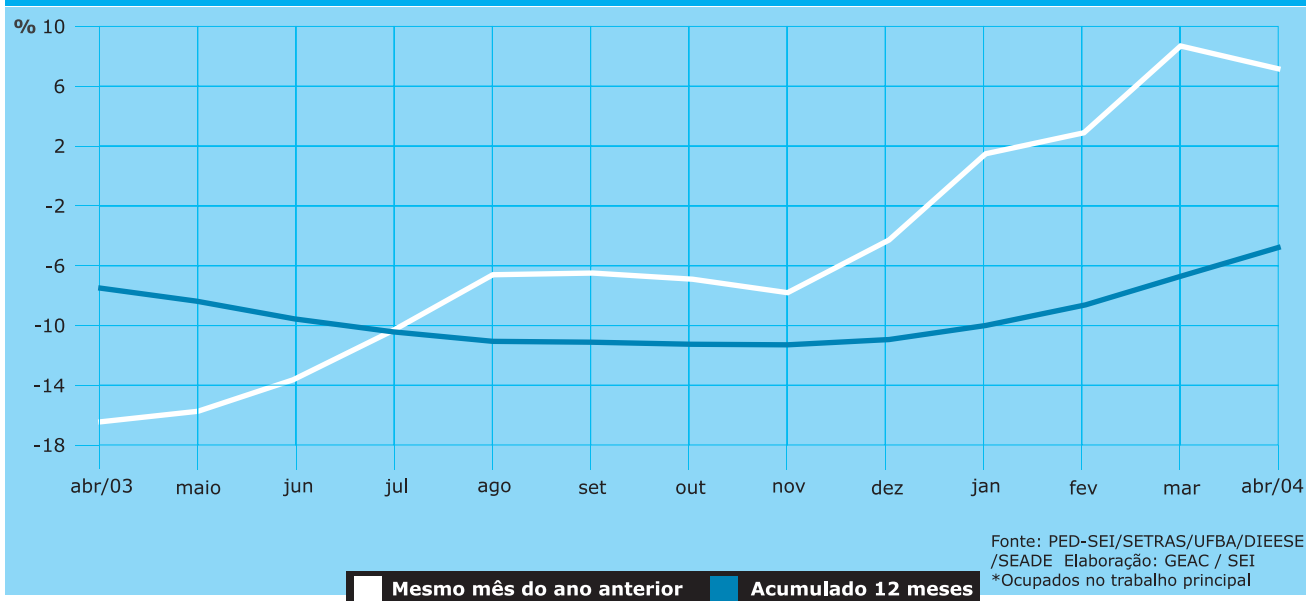
Em abril, a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, apresentou crescimento de 36,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. A arrecadação total foi de R\$ 699.160 milhões em valores reais corrigido pelo IGP-DI. Entretanto, no acumulado dos doze meses, a arrecadação continua com desempenho abaixo da registrada no acumulado do mesmo período do ano anterior (-4,2%).

Taxa de Desemprego Total - RMS



A taxa de desemprego total, na Região Metropolitana de Salvador, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), alcançou 25,7% da População Economicamente Ativa, em maio, revelando redução de um ponto percentual em relação a abril do mesmo ano. O que pode estar refletindo a relativa estabilidade da taxa de participação (pressão sobre o mercado de trabalho) que se situou em 62,3%, e o crescimento da ocupação em 1,7% entre abril e maio.

Taxa de Variação do Rendimento Médio Real* - RMS



O rendimento médio real dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador, medido pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, referente ao mês de abril, apresentou crescimento de 8,8% em relação a abril, significando uma redução de 1,8 ponto percentual na comparação com o mês anterior, o que pode ser explicado pela desaceleração do IPC/SEI naquele mês. Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, verificou-se taxa negativa de 3,8% até abril de 2004.

Brasil: economia em recuperação moderada com nível alto de desemprego

Antônio Plínio Pires de Moura*

Eduardo Costa Pinto**

Terá fôlego a atual recuperação econômica?

O presidente Lula, nos seus primeiros meses de governo, vivenciou um período de “lua de mel” com grande parte da população, valendo-se de sua capacidade de comunicação para justificar a cautela das políticas econômicas e pedir paciência, já que ele tinha recebido uma herança maldita do Governo FHC. Entrementes, essa retórica constantemente adotada para justificar suas medidas ortodoxas, começa a perder força, como pode ser verificado a cada pesquisa de popularidade de Lula e do Governo.

Neste cenário de fim de “lua de mel”, o desgaste¹ vem se acentuando à medida em que vários membros do governo realizam reiterados anúncios de que a economia estaria experimentando um crescimento extraordinário, mas a massa da população não vem verificando nenhum efeito positivo (SADER, 2004).

Agora, o presidente vem afirmando que o Brasil entrou numa rota de crescimento econômico sem volta. Esse discurso otimista tem permeado o governo, havendo inclusive uma certa tendência na mídia de se vender a imagem da ocorrência de uma grande recuperação econômica e sua sustentabilidade, quando os dados disponíveis ainda não permitem visualizar um horizonte mais amplo.

Na verdade, verifica-se, sim, um processo de recuperação econômica e crescimento moderado (reversão do ciclo recessivo) desde meados do segundo semestre de 2003, que vem se conformando nesse primeiro se-

mestre de 2004. A dificuldade de alavancar um crescimento ingente está associado ao conservadorismo das políticas monetárias (manutenção da taxa de juros em patamares elevados, 16,00% a.a. em junho, mesmo com uma inflação baixa) e fiscais (superávit primário de R\$ 29,3 bilhões, até maio, o que já ultrapassou o programado até agosto) engendradas pelo Governo.

Os dados oficiais² do PIB do primeiro trimestre, divulgados pelo IBGE, de certa maneira confirmam as expectativas e não sinalizam uma forte recuperação da economia, que cresceu basicamente por conta da continuidade do aumento das exportações.

Enquanto os críticos do governo destacam os resultados negativos da política econômica, os seus defensores ressaltam os positivos, obviamente. No entanto, para os segundos, os resultados negativos são transitórios e serão superados como consequência da gestão macroeconômica responsável e da credibilidade

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

** Mestrando em economia da Faculdade de Ciências Econômicas (CME/FCE/UFBA) e integrante do NEC.

¹ “Faturas na unidade interna da aliança governamental, deflagração de uma série de greves reivindicativas no setor público, nova ofensiva do MST e renascimento da oposição” (SADER, 2004, p.4). Além do aumento dos conflitos internos no PT, no que diz respeito à gestão das políticas implementadas até aqui pelo Governo Lula. Inclusive, um grupo de 15 deputados federais do PT, que vem pedindo mudanças na política econômica, tem alertado, por meio de documentos, sobre os riscos do governo ser derrotado nas eleições municipais deste ano, em virtude das políticas econômicas conservadoras e draconianas.

² Ocorreu uma expansão de 2,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2003. Mas o cálculo que aponta a taxa de crescimento no PIB, no acumulado dos últimos 12 meses, mostrou que a economia ficou estagnada, com expansão zero na comparação com os quatro trimestres imediatamente anteriores.

derivada, condição para a retomada do crescimento sustentável, em sua visão. Nesse modelo, a estabilização macroeconômica seria alcançada e, por consequência, o desenvolvimento seria retomado. Para os defensores do governo estaríamos adentrando nessa fase de crescimento sustentável.

Uma elevação substancial das taxas de crescimento, por outro lado, encontraria a restrição física da carência de energia, resultante da virtual exclusão do Estado como planejador e investidor nesse setor estratégico, o que ocorreu em governos anteriores, criticado pelo atual. O principal determinante de um crescimento sustentável é a acumulação de capitais (DATHEIN, 2004). Para garantir um crescimento médio de cerca de 4% nos próximos anos, meta do Governo Lula, a taxa de investimentos deveria ser de 25% ao ano. No entanto, apesar do crescimento de 2,3% no investimento, a taxa continua num patamar de 19,3% do PIB, muito aquém dos 25% necessários para um crescimento sustentável.

A dinâmica do nível econômico para 2004 já está bem delineada e aponta um crescimento moderado. Algumas projeções mais otimistas chegam a vislumbrar um crescimento de 3,5% a 4,0% do PIB, enquanto existem projeções de crescimento de 2,7% do PIB. Para alcançar um crescimento de 3,5%, o PIB brasileiro terá de crescer, em média, 3,8% nos três últimos trimestres deste ano. Pelos dados observados em 2004, principalmente, com a manutenção da queda da renda real, do nível de desemprego em patamares elevados e a manutenção de políticas restritivas, a atividade econômica, em 2004, crescerá de forma moderada.

Nada garante que um possível crescimento econômico, em 2004, será sustentável, uma vez que o modelo econômico não foi mudado, apenas uma variável macroeconômica terá o seu valor reduzido, já que existirá um limite para a queda da taxa de juros imposto pelos capitais financeiros de curto prazo,

pois, abaixo de certo limite, pode ocorrer a sua saída, provocando a desvalorização da moeda nacional e gerando inflação (SICSÚ, 2003). Portanto, estamos caminhando para mais um “vôo da galinha”, como já ocorrido em alguns anos do Governo FHC. Não é de se estranhar que estes crescimentos esporádicos apareçam em ano eleitoral, configurando, assim, um ciclo econômico atrelado à política.

O emprego continua sendo o maior problema do Brasil

O fim da “lua de mel” do Governo Lula com a população, materializa-se a cada pesquisa de popularidade. A mais recente detectou uma queda da aprovação de 34,6%, em maio, para 29,4%, em junho, segundo CNT/Sensus. Segundo essa pesquisa, a insatisfação da população se concentra principalmente no desemprego, uma vez que 70,4% dos entrevistados lembraram que a criação de empregos era a principal promessa de campanha de Lula. Deste modo, verifica-se uma forte correlação entre a não resolução do problema do desemprego e a diminuição da popularidade de Lula (STRAUSS, 2004, p. A7).

Esse descontentamento vem se corporificando, principalmente, a partir do momento em que a população percebe que o desemprego e a deterioração da renda, no Governo Lula, continuam sendo tratados à maneira FHC: com descaso. A Fazenda não apresenta medidas macroeconômicas de combate ao problema. No âmbito governamental, esta questão, quase sempre, é tratada como um problema microeconômico e de leis trabalhistas. O pior de tudo é que documentos do Ministério da Fazenda advogam que os problemas do desemprego e da desigualdade de renda podem ser resolvidos através da formação dos trabalhadores (cursinhos profissionalizantes) e dos incentivos às empresas, como se os empresários fossem agentes econômicos “neutros”, quase como vítimas de uma legislação trabalhista inadequada em vez de agentes ativos da precarização do trabalho.

O mercado de trabalho, nos primeiros cinco meses de 2004, foi marcado pelos altos índices de desemprego; pelo crescimento da demanda por trabalho (ocupações), inferior ao crescimento da oferta (PEA); e pela expansão da precariedade. Os únicos alentos, se é que já se pode dizer isso, nesse conjunto negativo do mercado de trabalho, são algumas si-

Para garantir um crescimento médio de cerca de 4% nos próximos anos, meta do Governo Lula, a taxa de investimentos deveria ser de 25% ao ano.

nalizações, ainda incipientes, em maio de 2004, da desaceleração da queda dos rendimentos que vinha se verificando, mês após mês, desde 2003, e da redução do desemprego.

O crescimento de empregos gerados é sistematicamente inferior à elevação da demanda por trabalho.

No entanto, fica cada vez mais claro que, nos últimos anos, o crescimento de empregos gerados (ocupações) é sistematicamente inferior à elevação da demanda por trabalho (PEA). Esse quadro de ampliação do desemprego não mudou com o novo governo, uma vez que a economia real continua engessada pela sacrossanta busca governamental de credibilidade junto aos mercados financeiros. Assim, o superávit primário, as reformas, a lei de falência, a autonomia do Banco Central, o salário mínimo de R\$ 260,00, medidas apoiadas pelos mercados, representariam políticas abnegadas, duras³ e necessárias à consolidação de um crescimento sustentado com distribuição de renda. Só a rede Globo e as campanhas publicitárias do Governo parecem acreditar nesse conto de fadas vinodouro! Que piada de mau gosto estão nos contando. Nem mesmo a população parece acreditar mais nesse conto da carochinha de governo dos trabalhadores. Vale ressaltar que nem a tentativa de vender uma recuperação econômica sobrenatural, neste início de 2004, que não existe, e o otimismo exagerado da redução do desemprego, em maio, conseguiram inverter o processo de desgaste.

Após bater um recorde de 13,1% em abril, a taxa de desemprego de maio recuou para 12,2% da PEA, das seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, de forma que o número de desocupados, comparando-se

esses meses, diminuiu em 189 mil (queda de 6,7%) nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME. A queda da taxa de desocupação ocorreu em virtude do decréscimo da oferta de trabalho de 0,19% (PEA) e do aumento da demanda por trabalho de 0,79% (ocupações) (Tabela 1). O crescimento dessas ocupações foi puxado pela criação de vagas no setor público, principalmente em São Paulo. Das 148 mil vagas geradas, o setor público foi responsável por 48 mil (um terço). Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) ocorreu a criação de 67 mil postos de trabalhos no setor público. Este número é maior que o total de 48 mil empregos públicos criados no conjunto das regiões porque, com a exceção de Recife, houve queda do número de vagas no setor público das demais regiões.

Em março deste ano, a taxa estava em 12,8%. Fevereiro registrou 12% e, janeiro, 11,7% (Gráfico 1). No cotejo entre maio de 2003 e 2004, ocorreu um crescimento da oferta de trabalho (PEA) de 2,19%, resultando num aumento na taxa de atividade da ordem de 0,2 ponto percentual (de 57,1% para 57,3%). A elevação da taxa de atividade, considerando-se que o crescimento da demanda por trabalho (2,94%) foi superior ao crescimento da oferta, provocou uma queda significativa de 0,6 ponto percentual na taxa de desocupados (de 12,8% para 12,2%) (Tabela 1).

Com a divulgação dos resultados da PME/IBGE e da PED/Seade/Dieese, que mostraram uma queda do desemprego em maio, o ministro do Trabalho, Berzoini, projeta estimativas positivas para o mercado de trabalho no segundo semestre de 2004. Segundo Berzoini, o governo esperava pela diminuição do desemprego a partir de junho. "Mas a queda [do desemprego] veio antes, veio em maio. E não foi uma queda pequena,

³ O salário mínimo de R\$ 260,00 provocou grande constrangimento ao governo, inclusive quase fez chorar o nosso presidente messiânico. No entanto, ele disse que era necessário.

Tabela 1
Principais Variáveis do Mercado de Trabalho – Brasil* 2003/2004

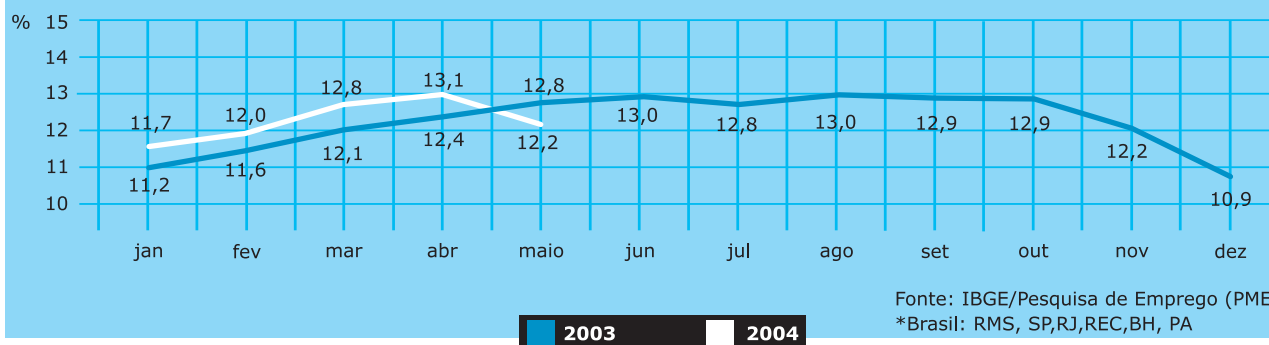
Em mil

Variáveis	maio/03	maio/04	%	abr/04	maio/04	%
PIA	36.837	37.486	1,76	37.401	37.486	0,23
PEA	21.028	21.488	2,19	21.529	21.488	-0,19
Inativos	15.809	15.998	1,20	15.872	15.998	0,79
Ocupados	18.327	18.865	2,94	18.717	18.865	0,79
Desocupados	2.701	2.623	-2,89	2.812	2.623	-6,72
Tx. Desocupados	12,8%	12,2%	-0,6	13,1%	12,2%	-0,9

Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME)

*Brasil: RMS, SP, RJ, REC, BH, PA

Gráfico 1
Taxa de Desemprego - Brasil* - 2003-2004



foi de 1 ponto percentual nas pesquisas do IBGE e da Fundação Seade/Dieese” (FUTEMA, 2004. p.01). Ademais, integrantes do governo têm questionado a validade da PME do IBGE, argumentando que a pesquisa subestima a geração de empregos no país, ao captar só o movimento das seis grandes regiões metropolitanas. Ou seja, a taxa de desemprego brasileira seria muito menor do que a apresentada pela PME. No entanto, em novembro de 2003, Nunes, presidente do IBGE, mostrou que não existe esta grande distorção tão apregoada recentemente por Lula e seus ministros, uma vez que a taxa de desocupação, em 2002, medida pela PME, foi de 11,5%, enquanto a medida pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que tem abrangência nacional realizada uma vez por ano, foi de 10,9%, diferença de apenas 0,6 ponto percentual (NOVA PESQUISA...,2004).

Apesar do otimismo do Ministro do Trabalho com a queda na taxa de desemprego em maio, esta ainda não pode ser interpretada como uma mudança clara na tendência do mercado de trabalho, uma vez que essa queda deveu-se, principalmente, ao resultado verificado na região metropolitana de São Paulo⁵, onde mais pessoas conseguiram emprego, primordialmente no setor público, além da diminuição na procura por trabalho nessa região metropolitana. Luiz Eduardo Parreiras, do grupo de acompanhamento conjuntural do Ipea, levantou a seguinte hipótese para explicar a elevação da criação de vagas no setor público: a partir de julho, o setor público está impedido, pela legislação eleitoral, de contratar. Isto pode estar levando as administrações paulistas a correrem nos meses de maio e junho para suprir as necessidades de pessoal. Deste modo, a queda da desocupação pode estar associada a um fator errático, sendo assim, faz-se necessário esperar o próximo mês para analisar melhor uma possível reversão de tendência (SANTOS, 2004).

O total de pessoas ocupadas apresentou uma variação de 0,79% de abril para maio deste ano. No cotejo entre maio de 2003 e 2004, ocorreu um acréscimo de 2,94%. No cenário brasileiro de baixo dinamismo econômico, o crescimento da ocupação, nesse período, ocorreu em virtude, principalmente, do aumento do emprego sem carteira assinada no setor privado (1,8%, entre abril e maio, e 6,1%, entre maio de 2003 e 2004); e pela elevação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado (1,1%, entre abril e maio, e 1,9%, entre maio de 2003 e 2004). Isto demonstra a ampliação da precariedade do mercado de trabalho, já que o aumento das ocupações vem ocorrendo, acentuadamente, em posições sem carteira assinada.

A tendência de queda da ocupação verificada, em dezembro de 2003, foi revertida nos dois primeiros meses de 2004 e vem mantendo uma trajetória ascendente. Vale observar que ocorreu um decréscimo da PEA, entre abril e maio de 2004, e, por conseguinte, ocorreu uma elevação dos inativos (pessoas que deixaram de pressionar o mercado de trabalho) (Gráfico 3).

O rendimento médio real efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas, nas seis regiões metropolitanas, referente ao mês de abril deste ano, foi estimado em R\$ 877,65 (aproximadamente 3,5 salários mínimos). Em comparação com o rendimento estimado no mês passado, este indicador apresentou uma redução de 0,8%. Entre abril de 2004 e 2003, ocorreu uma queda de 1,5%.

⁵ São Paulo, sozinho, teve uma recuperação mais rápida e acabou influenciando a média nacional. Na região, 74 mil pessoas deixaram de procurar emprego (saíram da PEA ou do mercado de trabalho). Ao mesmo tempo, 121 mil conseguiram um emprego. Resultado, em São Paulo: a taxa caiu de 14,4% para 13,6% da PEA. Ou seja, São Paulo foi responsável, sozinho, por 83% dos postos criados nas seis regiões pesquisadas pelo IBGE. A região puxou também a menor procura por emprego. Do total de 189 mil pessoas que deixaram de procurar trabalho nas seis regiões, São Paulo foi responsável por 74 mil (ou 39% do total).

Gráfico 2
Evolução da Ocupação, dos Empregados com e sem Carteira e dos Conta Própria - Brasil*

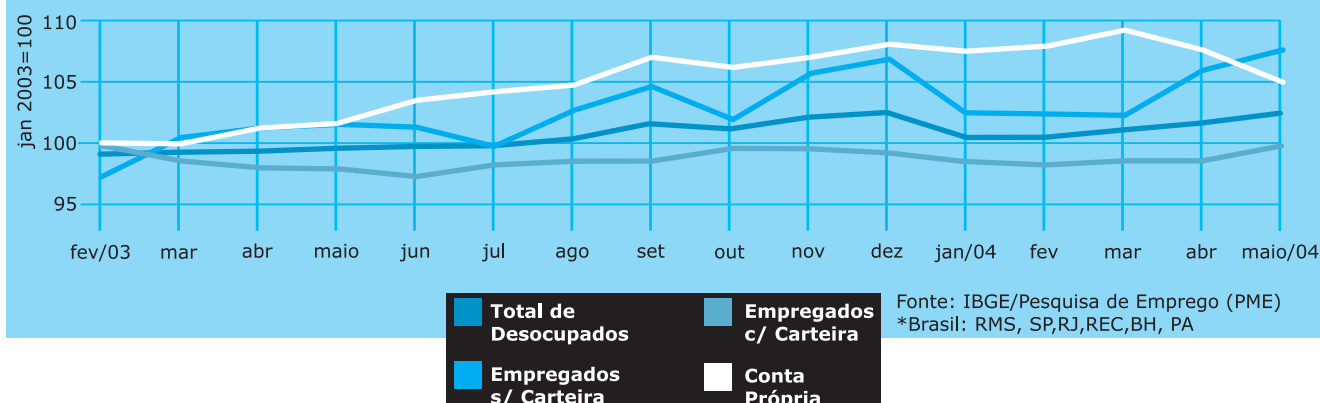
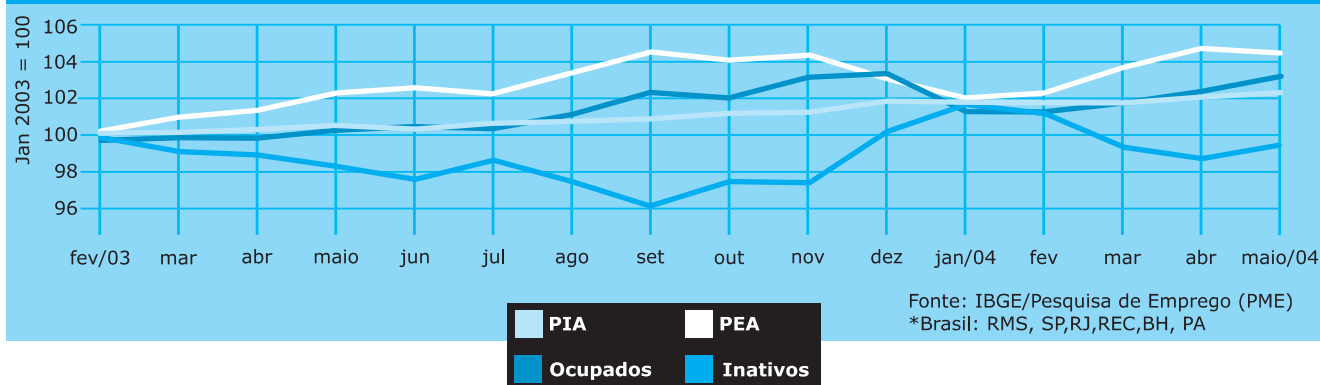


Gráfico 3
Evolução da PIA, PEA e Ocupação - Brasil* 2003-2004



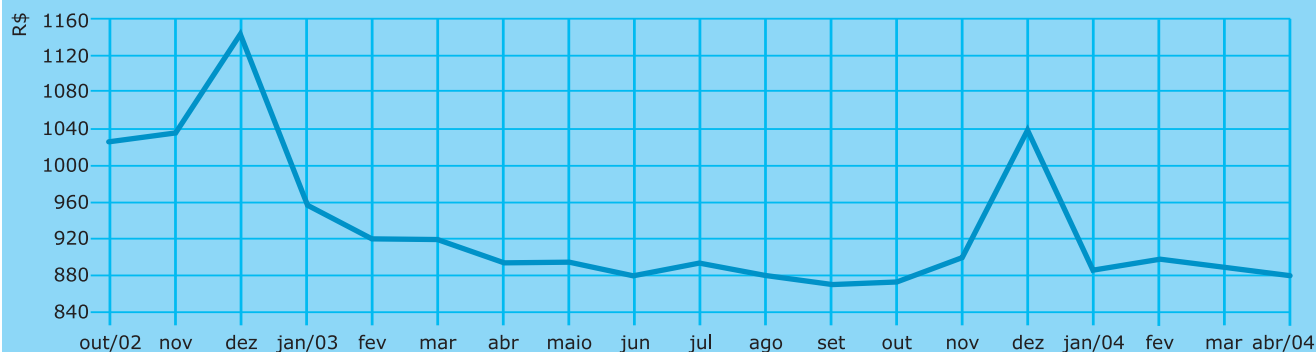
A melhora no dinamismo econômico já tem provocado uma certa elevação do poder de barganha dos empregados para reajustar salários. Assim, alguns sindicatos têm conseguido, nesse primeiro semestre, negociar dissídios equivalentes ou superiores à variação da inflação.

A evolução do mercado de trabalho na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), em maio de 2004, foi a melhor dentre o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, inclusive com dados bastante relevantes, que afetaram fortemente a média nacional conforme supracitado. A taxa de desemprego caiu de 14,5%, em abril de 2004, para 13,6%, em maio de 2004. O contingente das pessoas desocupadas, entre abril e maio de 2004, reduziu-se em 74 mil pessoas, uma redução de 5,56%. Os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, no setor privado, apresentaram incremento de 0,8% e 0,5%, respectivamente, entre abril e maio de 2004. Os trabalhadores por conta própria (1,0%), registraram um decréscimo, nesse mesmo período. Em maio de 2004,

o rendimento médio real das pessoas ocupadas, na Região Metropolitana de São Paulo, situou-se em R\$ 1.009,70, o equivalente a 3,9 salários mínimos. O rendimento médio apresentou crescimento de 2,0% em relação ao mês anterior e 0,3% na comparação com o mês de maio de 2003, segundo a PME-IBGE.

Em maio de 2004, o mercado de trabalho na RMS (Região Metropolitana de Salvador) apresentou sinais de melhoras. Segundo a PME-IBGE, a taxa de desocupação aberta foi de 16,2%, na média – ainda a maior das regiões metropolitanas pesquisadas – apresentando um decréscimo de 0,4 p.p., em relação a abril 2004, e uma queda de 1,1 p.p. para o mesmo período de 2003. Em maio de 2004, o contingente de desocupados que procurou trabalho foi estimado em 249 mil pessoas, das quais 42,1% eram homens e 57,9% eram mulheres. A população desocupada, em relação a abril, reduziu-se em 1,2%. A ocupação apresentou variação positiva em relação ao mês anterior (1,3%) e em relação a maio de 2003 (1,6%), porém as oscilações não foram estatisticamente significativas. O grupo de

Gráfico 4
Evolução dos Rendimentos Reais Médios Efetivamente Recebidos - Brasil *



Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME)

*Brasil: RMS, SP, RJ, REC, BH, PA

peças com 11 anos ou mais de estudo correspondia a 51,1% dos ocupados e o de 25 a 49 anos de idade representava 65,9%. Em maio de 2004, a população ocupada informou que recebia, em média, R\$ 675,40. Os dados de rendimento habitualmente recebidos indicaram perda (-3,3%) em relação a abril de 2004 e ganho (6,3%) em relação a maio de 2003.

Referências

DATHEIN, Ricardo. Governo Lula: análise crítica dos resultados, das perspectivas e das alternativas às políticas econômicas adotadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., Uberlândia. 08 a 11 de junho de 2004 Anais... Uberlândia: Universidade de Uberlândia, 2004. (CD-ROM).

FUTEMA, Fabiana. País deverá gerar quase 2 mil empregos formais. Folha on line, São Paulo, 01 de jul. 2004. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u77253.htm>>. Acesso em: jul. 2004.

NOVA pesquisa sobre desemprego do IBGE deve sair em 2 anos. Folha on line, São Paulo, 29 de maio 2004. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u77253.htm>>. Acesso em: jun. 2004.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun./jul. 2004.

SADER, Emir. Governo Lula: acabou a "lua de mel". Disponível em: <www.outrobrasil.net>. Acesso em: abr. 2004.

SANTOS, Chico. Setor público puxa criação de vagas no país. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 jun. 2004. Caderno dinheiro. p.B1

SICSÚ, João. Rumos e definições da política econômica brasileira: do Plano A de FHC para o Plano A+ de Lula. In: COLÓQUIO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS DA AMÉRICA LATINA, 3. Buenos Aires, 16 a 18 de out. 2003. Anais..., Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2003. (CD-ROM).

STRAUSS, Renato. Aprovação a Lula passa de 34,6% para 29,4%. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 jun. 2004. p. A7. ■



Biodiesel: Será o combustível do futuro?

Fabiana Pacheco*

Este artigo abordará diversos aspectos relacionados ao consumo e à produção do biodiesel no mundo, no Brasil e no estado da Bahia, levando-se em conta os aspectos econômicos e sociais, ambientais e técnicos oriundos da produção do biodiesel, suas potencialidades, a sua importância para o desenvolvimento sustentável, além de sua caracterização. Contextualizando-o dentro do estado da Bahia de forma mais específica, abrangendo as oportunidades de inserção nesse mercado do biodiesel, o potencial da Bahia para a produção desse combustível, os principais gargalos para a viabilização de um programa de no estado voltado para produção desse combustível, além da capacidade tecnológica instalada de P&D.

A ameaça de que a principal matéria-prima do mundo usada nos combustíveis, o petróleo, está para se esgotar em meio século, provoca correria pela busca de novas fontes energéticas, expondo a fragilidade de nações inteiras se apoiarem em um único produto gerador de combustíveis. Com o estopim da crise do petróleo em 1973, que elevou em 400% o preço do barril, gerando uma grave crise energética mundial, começaram a ser feitos investimentos em pesquisas de novas fontes de energia, o que levou o governo brasileiro a instituir o Programa Nacional do Álcool (PNA), conhecido como Proálcool, em 1975, mesmo estando o setor açucareiro em crise.

Atualmente, as perspectivas não são positivas para o mercado de combustíveis, devido à falta de incentivo e de suporte financeiro e tecnológico para o desenvolvimento de pesquisas. Estima-se que as reservas atuais de petróleo e demais fontes fósseis de energia, segundo especialistas, só darão conta do abastecimento mundial por apenas 40 anos. Diante deste panorama, o mundo começa a investir seriamente em outras fontes prováveis de energia que já vinham sendo estudadas no passado, como a produção de biocombustíveis, o melhor aproveitamento de gás natural ou qualquer outro combustível renovável e não-poluente. Esta constatação ficou ainda mais evidente após a discussão do Protocolo de Kyoto, através do qual os países devem diminuir sua cota de emissão de gás carbônico, principal causador do efeito estufa.

No Brasil, em 1980, foi desenvolvida a primeira patente brasileira de biodiesel, o Probiobiodiesel, em Fortaleza, a partir de diversos óleos vegetais. A adoção nacional do projeto não vingou, mas continua na pauta de pesquisas e, dez anos após esse lançamento no Brasil, a Europa iniciou seu processo de industrialização de óleos vegetais, sendo hoje a França o principal produtor.

O Probiobiodiesel voltou para a pauta de pesquisas, tendo o governo federal assinado um projeto, no último dia 16 de janeiro, para a criação, em Piracicaba, interior de São Paulo, do Pólo Nacional de Biocombustíveis, na Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). O pólo será responsável pela centralização das pesquisas feitas no país em relação ao biodiesel e por desenvolver outras, com cana-de-açúcar e derivados, além de insumos como madeira, milho, amendoim, soja e girassol. Além disso, o pólo de biocombustíveis definirá as estratégias no campo da energia baseada em fontes alternativas. A ideia do projeto é testar o biocombustível em várias capitais até o final de 2004.

Essa medida faz parte do Probiobiodiesel (Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico de Biodiesel), criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Portaria 702, em outubro de 2002, visando promover o desenvolvimento científico e tecnológico do biodiesel. O orçamento previsto para o programa é de R\$ 8 milhões.

Esse programa visa ao desenvolvimento, integrado em rede, das tecnologias de produção, industrialização e uso do biodiesel e de misturas com diesel. A partir de óleos vegetais puros e residuais produzidos regionalmente, pretende adicionar 5% de biodiesel em todo diesel do país, até 2005, o que representaria uma economia em torno de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 1,8 bilhão com a substituição de importações. O Probiobiodiesel abre caminho, também, para a obtenção de créditos internacionais pela redução da emissão de carbono (CARNEIRO, 2003).

No Brasil, de tradição agrícola, a pesquisa volta-se para a produção deste combustível e tem se mostra-

* Economista e Bolsista FAPES

do viável pela grande extensão territorial para plantação, uma vez que o biodiesel é obtido através de óleos vegetais, o que configura um diferencial. Nesse contexto, o principal insumo é a soja, já que o país é um dos grandes produtores mundiais do grão e, em 2003, ocupou o primeiro lugar em exportação.

A substituição do óleo diesel pelo vegetal ainda não é uma tarefa fácil, uma vez que o tradicional (diesel) continua sendo mais barato. Além disso, o Brasil importa 18% do óleo diesel que consome, portanto, para realizar a mudança, será necessária uma grande produção de matéria-prima vegetal, o que acarretaria a utilização e o aproveitamento de uma gama de vegetais em diferentes estados brasileiros.

Hoje, a produção de biodiesel ainda é experimental, mas se o objetivo de substituir 5% do diesel importado pelos óleos vegetais se concretizar, haverá uma demanda de aproximadamente 3,5 bilhões de biodiesel. Para os estados do Nordeste e Espírito Santo está sendo solicitado um projeto para incentivo da produção de mamona, com unidades de extração do óleo e obtenção final de biodiesel com esse vegetal, o que levaria a um custo estimado de R\$ 10 milhões (R\$1 milhão para cada estado).

No campo das oleaginosas, as matérias-primas potenciais para a produção de óleo diesel vegetal são bastante diversificadas, a depender da região considerada. Por outro lado, as diversidades sociais, econômicas e ambientais geram distintas motivações regionais para a produção e consumo de combustíveis da biomassa, especialmente quando se trata do biodiesel.

O Brasil, um país de grande biodiversidade, vem buscando essas fontes alternativas na fabricação de combustíveis a partir das oleaginosas. Ainda existe um significativo potencial a ser explorado, tanto em relação ao aproveitamento energético de culturas temporárias, como em relação à aplicação energética do óleo residual oriundo da alimentação. Essa busca por uma alternativa energética para os combustíveis fósseis leva à retomada da agenda internacional voltada para a preocupação com o meio ambiente.

Na Europa, no início dos anos noventa, dez anos após o lançamento oficial do programa de industrialização Prodiel, foi colocado em pauta a denominação Biodiesel, uma nova especificação. Assim sendo, foi nesse continente que o novo combustível para motores a diesel foi colocado em pauta novamente.

A substituição do óleo diesel pelo vegetal ainda não é uma tarefa fácil, uma vez que o tradicional continua sendo mais barato.

Os Estados Unidos têm mostrado interesse no uso do biodiesel misturado com óleo diesel do petróleo. Segundo estudos do NBB (National Biodiesel Board), órgão americano de implementação de biodiesel nos Estados Unidos, o Brasil tem todas as condições para ser líder na produção mundial desse tipo de combustível, promovendo a substituição de 60% da demanda mundial do óleo diesel, o que prova que o potencial do nosso país quanto a este combustível é bastante considerável e atrativo. Tais estudos são revestidos de extrema confiabilidade, pois foram realizados utilizando-se de recursos com base em altas tecnologias (PARENTE, 2003).

O desenvolvimento de um programa energético com biodiesel abre oportunidades para grandes benefícios econômicos e sociais, em função do elevado índice de geração de emprego por capital investido, o que leva a uma valorização do campo e à promoção do trabalhador rural, além das demandas por mão-de-obra especializada para o processamento e beneficiamento dos óleos vegetais. Além disso, haveria uma mudança no fluxo internacional de capitais, uma vez que o aproveitamento do biodiesel ocasiona uma redução das importações de diesel.

O biodiesel

O biodiesel é um combustível renovável e biodegradável, ambientalmente correto, obtido a partir de uma reação de óleos vegetais com um intermediário ativo, formado pela reação de um álcool com um catalisador, processo conhecido como transesterificação.

Os produtos da reação química são um éster (o biodiesel) e glicerol. Os ésteres têm características físico-químicas muito semelhantes às do diesel, conforme demonstram as experiências realizadas em diversos países. Esse combustível é uma evolução na tentativa de substituição de óleo diesel por biomassa, iniciada pelo aproveitamento de óleos vegetais "in natura" (OLIVEIRA; COSTA, 2001).

Uma das grandes vantagens do biodiesel é sua adaptação aos motores do ciclo diesel, pois enquanto o

uso de outros combustíveis limpos, como o gás natural ou o biogás, necessita de uma adaptação dos motores, a combustão de biodiesel não precisa, o que o torna uma alternativa técnica bastante viável, capaz de atender a frota movida a óleo diesel.

Pela ótica econômica, a viabilidade está relacionada à substituição das importações, já mencionada, e às vantagens ambientais, que possibilita uma redução da emissão de gases poluentes e de enxofre, que evitará custos com saúde pública e a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa.

O aproveitamento energético de óleos vegetais se mostra rentável do ponto de vista social, uma vez que gera postos de trabalho e aumenta a oferta de fração protéica das oleaginosas, importante insumo para a indústria de alimentos e ração animal, além de nitrogenar o solo durante o crescimento, viabilizando o plantio de outras culturas. O Japão e vários outros países europeus têm demonstrado interesse no biodiesel, para produzir, adquirir e consumir.

Na Alemanha já existe uma frota significativa de veículos movidos a biodiesel puro, obtido de plantações específicas para fins energéticos, comercializado em cerca de 100 postos. Com base na colza, os alemães montaram um expressivo programa de produção de óleo diesel vegetal, utilizando a mesma tecnologia e a logística desenvolvida no Ceará. Hoje, são os maiores produtores e consumidores de biodiesel no mundo e possuem uma capacidade produtiva de 1 milhão de toneladas anuais.

Observa-se, pela tabela 1, que houve um crescimento significativo no uso do biodiesel na Europa, que passou de 195 mil toneladas, em 1998, para 427 mil toneladas em 2000. O aumento do consumo se deu de forma mais expressiva na Alemanha, que elevou de 72 mil toneladas para 315 mil toneladas o consumo de biodiesel.

Nos Estados Unidos, o Programa Americano de Biodiesel é todo baseado em pequenos produtores e

O aproveitamento energético de óleos vegetais se mostra rentável do ponto de vista social, uma vez que gera postos de trabalho e aumenta a oferta de fração protéica das oleaginosas.

Tabela 1
Consumo de biodiesel
na Europa - 1998/2000

	t/ano	
País	1998	2000¹
Alemanha	72.000	315.000
França	70.000	50.000
Bélgica	15.000	-
Itália	-	40.000
Grã-Bretanha	1.000	-
Áustria	17.000	15.000
Suécia	8.000	7.000
República Tcheca	12.000	-
Total	195.000	427.000

Fonte: www.biodiesel.com

¹ Até outubro

consumidores e, em todo o país, existe cerca de 15 empresas não-especializadas que produzem biodiesel para uso próprio ou para a comercialização, sendo que a capacidade estimada está entre 210 milhões a 280 milhões de litros anuais. Além disso, todo diesel consumido deve ter, obrigatoriamente, 2% de biodiesel. A questão ambiental constitui a verdadeira força motriz para a produção e consumo dos combustíveis limpos oriundos da biomassa, especialmente o biodiesel, uma vez que reduz a emissão de CO₂ e, por consequência, há uma redução do efeito estufa.

Já no Brasil, o uso do biodiesel tem como origem óleos novos e usados, puros e misturados ao diesel. Porém, somente em 1998, o órgão regulador do setor, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), publicou a Resolução nº 180, referente à necessidade de realização de testes pré-aprovados para a homologação de combustíveis não-especificados. Depois dessa resolução, o Instituto Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), conduziu a primeira solicitação do país para realizar testes, fazendo uso do biodiesel nacional em motores de combustão interna.

Os testes realizados comprovam o potencial de mistura do biodiesel ao diesel e, desta forma, a geração de eletricidade em grupos pode ser anexada à demanda dos transportes e significar a diferença no ganho de escala para obtenção de atratividade financeira. Isto será mais viável em localidades remotas e em locais que não conseguiram cumprir as metas de racionamento, em sistemas diesel-elétricos com base no biodiesel.

Do ponto de vista técnico é uma alternativa plenamente viável, pois a dinâmica do regime é mais regular que o

setor de transportes, onde há aceleração e desaceleração contínua (OLIVEIRA; COSTA, 2002). A tendência está na opção pela mistura, com o objetivo de reduzir custos de alteração do sistema logístico e de armazenamento.

Benefícios do uso do Biodiesel para o desenvolvimento sustentável

Os esforços do governo no sentido de aumentar a oferta de energia elétrica para atender às perspectivas de aumento de demanda, poderiam ser canalizados, em parte, para o uso de óleos vegetais, com o objetivo de solucionar os possíveis racionamentos de energia nas mais diversas regiões do país.

Em localidades isoladas, principalmente, o custo de transporte do diesel torna muito onerosa a geração de energia elétrica, sendo melhor o aproveitamento energético das oleaginosas, o que permitiria uma aliança com transportes, uma independência energética nas comunidades isoladas e a promoção de melhor qualidade de vida, com energia contínua e em maior potência, de acordo com os resultados encontrados (DI LASCIO; ROSA; MOLION, 1994).

Outra constatação refere-se à poluição atmosférica baseada em combustíveis fósseis nos centros urbanos, que se configura como um dos grandes males para a população, ocasionando inúmeros problemas respiratórios, mal-estar, e um alto custo com a saúde. Substituindo o petrodiesel pelo biodiesel, chega-se a um transporte rodoviário de passageiros e de carga mais limpo, resultando em uma qualidade do ar e de vida consideravelmente melhor.

Outro benefício seria a utilização do óleo vegetal residual, utilizado pelo setor comercial de alimentos para cocção, uma vez que este geralmente é lançado no esgoto doméstico, principalmente dos estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

A Petrobrás tem interesse em utilizar 5% de biodiesel misturado ao diesel, ocasionando pouquíssimas alterações no desempenho dos motores, além desta proporção normalmente ser considerada como aditivo. Este valor pode ser considerado ousado, uma vez que, para atender a toda demanda nacional de óleo diesel com 5% de biodiesel, seria necessário incrementar em 50% a produção nacional de óleos vegetais, o que envolve um

significativo esforço do setor agrícola, que só seria possível através da elaboração de uma política do governo, o que deve ser levado em consideração, em função da importância econômica da produção dos ésteres.

Dessa forma, a viabilidade econômica do biodiesel é uma questão de tempo, mesmo não se levando em conta os aspectos estratégicos de ordem social e ambiental e, sobretudo, o incentivo brasileiro conferido ao diesel mineral que possui um preço político subsidiado. Também, deve se levar em conta a importação deste combustível, já que cerca de 15% de seu consumo anual é importado e já refinado e outros 40% são obtidos do petróleo importado.

Os estudos de viabilidade econômica deverão ser realizados de forma sistemática, com o intuito de acompanhar a evolução dos fatos que permeiam a produção de diesel vegetal, especialmente quando se pretende introduzir inovações tecnológicas em toda a cadeia produtiva, que se inicia com a introdução de clones de alta produtividade, no que se refere às espécies vegetais, como está acontecendo na Embrapa, que realiza pesquisas com a mamona na região Nordeste.

Aspectos ambientais

Para melhor entender o impacto da produção do biodiesel no meio ambiente, faz-se necessário uma descrição acerca dos variados componentes que formam os combustíveis. O álcool utilizado na reação pode ser de origem vegetal ou mineral e, quando de origem vegetal (rota etílica), a emissão de óxido de carbono (CO_2) decorrente da combustão do biodiesel é reabsorvida na íntegra pela fotossíntese, durante o crescimento das próximas safras das biomassas das quais se produz o álcool e o óleo.

Quando o álcool é mineral (rota metílica), apenas um percentual do CO_2 produzido pela combustão do biodiesel, referente à queima do óleo vegetal (no mínimo 78%), é reabsorvido. Ocorre uma redução de 78% nas emissões de gases do efeito estufa, decorrente do uso de biomassa, e de 98% de enxofre. Sabe-se que o diesel mineral possui quantidades substantivas de enxofre extremamente nocivo ao meio ambiente local e ao homem.

Por outro lado, é importante a demonstração dos aspectos de recuperação de solos improdutos, através da nitrogenação natural a partir do cultivo de espécies oleaginosas.

Aspectos sociais

Nas regiões Norte e Nordeste, o vetor mais importante do Programa é o componente social, pois, diferentemente do Proálcool, a logística e formatação do Programa de Biodiesel, em todas os seus aspectos, está sendo feita baseada no parâmetro social.

O programa deverá ser implantado através dos sistemas de produção agrícola, com base em assentamentos familiares. Um exemplo de sistemas produtivos, voltados para o social, foi proposto no senado federal, fundamentado ao agronegócio da mamona, alternativa que associa a geração de renda ao uso de terras de baixo valor aquisitivo, bem como a utilização de uma cultura xerófila, apropriada para o semi-árido nordestino. Estudos de melhorias genéticas da mamona têm sido realizados pela Embrapa, a qual dispõe de clones de alta produtividade, superando o patamar de 2.000 kg/ha/safra.

Considerando os valores mínimos dos novos índices da produtividade da Embrapa, e sabendo-se que o grão de mamona possui 45% de óleo extraível, o agronegócio da mamona certamente tem potencial para resolver o problema da miséria no campo, contribuindo de forma direta e expressiva para a independência energética brasileira no domínio do óleo diesel.

Estudos internacionais apontam o Brasil como o país de maior potencial na produção de biodiesel de óleo de dendê nos próximos anos, podendo ser responsável por cerca de 60% da produção mundial, como já foi mencionado anteriormente.

Como os resultados de todos os aspectos analisados foram positivos, é possível concluir que o biodiesel é um combustível sustentável, capaz de auxiliar efetivamente, e em curto prazo, na obtenção de um transporte sustentável.

O programa deverá ser implantado através dos sistemas de produção agrícola, com base em assentamentos familiares.

A produção de Biodiesel na Bahia

Na Bahia, o biodiesel está sendo analisado como uma nova alternativa econômica de desenvolvimento para o estado, por ser um combustível absolutamente renovável, menos agressivo ao meio ambiente, além de ser totalmente viável do ponto de vista econômico.

As chances de se ter um programa, até 2005, para o desenvolvimento e produção do biodiesel na Bahia é de grande interesse do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e da Petrobrás, uma vez que o estado apresenta condições naturais de plantio de culturas aptas à produção de biodiesel, a exemplo da soja, mamona, dendê e algodão, e de boas condições de clima, solo e área para novos plantios, o que pode se tornar um grande projeto para o semi-árido.

O estado já se configura como produtor de óleos vegetais, apresentando uma grande produção na Região Metropolitana de Salvador (RMS) de óleos e gorduras residuais (resultantes das frituras de lanchonetes, restaurantes, residências etc), além de haver uma forte demanda nacional e regional. Outro aspecto favorável é o *know-how* já desenvolvido na produção de biodiesel (domínio tecnológico e de produção), através da Rede Energia Renovável e Meio Ambiente (RENOMA), a qual é financiada pelo Programa RECOPE/ FINEP/ FAPESB, que se propõe a estudar, implantar e prestar consultorias na diminuição, eliminação e aproveitamento de resíduos em processos laboratoriais e industriais ligados à engenharia química e áreas afins.

Esta rede é formada pela UESC/UFBA e ITAREL-Itabuna Retificadora Ltda, empresa do Sul da Bahia com tradição no acompanhamento de testes em combustíveis alternativos (álcool e óleos vegetais) e manutenção de motores ciclo diesel, o que permite uma avaliação técnica dos motores, complementando as outras habilidades da Rede. A RENOMA já realiza pesquisas, aproveitando-se de óleos e gorduras residuais e in natura, como combustível tipo diesel, sendo que o objetivo principal é produzir um biodiesel que atenda às normas de qualidade estabelecidas (CARNEIRO, 2003).

Em seguida, tem-se a Rede Biodiesel da Bahia, criada em maio de 2003, tendo como meta principal o domínio da tecnologia de produção de biodiesel em planta piloto, a busca de parceiros dentro das instituições

públicas e privadas, o desenvolvimento e a implantação de uma planta comercial de produção contínua de biodiesel no estado.

Dessa forma, observa-se que a Bahia está desenvolvendo seu potencial para produção de biodiesel a partir da mamona, soja, dendê e óleos e gorduras residuais. Nota-se, também, a existência local de boa capacidade instalada em termos de pesquisa e desenvolvimento. Mas, contudo, para que a Bahia possa se tornar uma grande produtora de biodiesel, faz-se necessária a eliminação dos pontos fracos e a potencialização dos pontos fortes (CARNEIRO, 2003).

Mesmo com esse potencial, existem restrições para a implantação e consolidação de uma economia do biodiesel no estado, entraves de ordem tecnológica, agrônoma e de infra-estrutura. Existe a necessidade de desenvolver mais pesquisas para o melhoramento genético das oleaginosas, visando, especificamente, ao aumento da produtividade e ao rendimento do óleo para biodiesel e a garantia do padrão de pureza do combustível, para que não haja prejuízo aos motores, principalmente automotivos (CARNEIRO, 2003). As dificuldades agroeconômicas estão voltadas para a necessidade de liberar o Zoneamento Agroecológico (Projeto Embrapa - algodão) da mamona e também desenvolver maiores pesquisas para seleção de variedades e sistemas de cultivo de baixo impacto ambiental; aumento da área plantada de oleaginosas, somada à dificuldade de acesso ao crédito por conta de pequenos produtores rurais (CARNEIRO, 2003).

Já os gargalos de infra-estrutura necessitam de maiores estudos de logística, no intuito de melhorar o ritmo entre o plantio e a produção de biodiesel e o consumidor, somado a uma precária condição de infra-estrutura viária, o que dificulta a articulação entre os elos da cadeia.

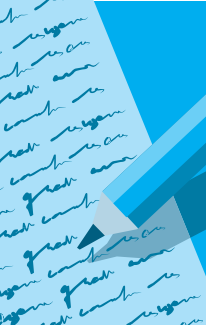
Constata-se que a produção do biodiesel na Bahia apresenta significativas vantagens em relação a outros estados, pois não se limita a apenas uma oleaginosa. E, além disso, possui a vantagem de poder direcionar sua produção em função de suas vocações regionais: a produção de biodiesel, em Salvador, seria feita a partir dos óleos e gorduras residuais; no oeste baiano, a partir da soja; no semi-árido, a mamona; e, no litoral sul, o dendê. Espera-se que a produção desse combustível traga, para a economia e para a sociedade baiana, uma interiorização do desenvolvimento, levando a um aquecimento das economias regionais, principalmen-

A produção do biodiesel na Bahia apresenta significativas vantagens em relação a outros estados, pois não se limita a apenas uma oleaginosa.

te o desenvolvimento do semi-árido, e a geração de empregos diretos, no meio rural, fixando o homem no campo, com a agregação de valor a matérias-primas locais (oleaginosas e cana-de-açúcar), a possibilidade de produção e a oferta regionalizada desse combustível, reduzindo os custos em projetos de eletrificação rural e proporcionando o desenvolvimento de vastas regiões que possuem oleaginosas como atividades econômicas. (CARNEIRO, 2003). Dessa forma, é preciso que haja um empenho governamental e empresarial para que se possa chegar a outros tipos de combustíveis, não só olhando as vantagens econômicas, mas também os benefícios sociais.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. 2001. Disponível em: <www.anp.gov.br/estatísticas>. Acesso em: 2001.
- BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. 1985. Produção de combustíveis líquidos a partir de óleos vegetais. Secretaria de tecnologia industrial, Coordenadoria de informações tecnológicas. Brasília, DF: MIC, 1985.
- CARNEIRO, Roberto A. Fortuna. A produção de Biodiesel na Bahia. Conjuntura & Planejamento, Salvador: SEI, n. 112, 2003.
- DI LASCIO, M.; ROSA, L. P.; MOLINO, L. C. B. 1994. Projeto de atendimento Energético para comunidades isoladas da Amazônia. CO-PPE/UFRJ, UNB, UFAL.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Acompanhamento do IPC-FIPE. 2001.
- OLIVEIRA, L. B. Biodiesel – Combustível limpo para transporte sustentável. In: RIBEIRO, S. K. (Coord). Transporte sustentável: alternativas para ônibus urbanos. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2001.
- PARENTE, E. J. S. Proposta de um óleo diesel alternativo. 1993. Tese (Concurso para professor titular do Departamento de Engenharia Química de Tecnologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.
- PARENTE, E. J. S. Biodiesel: Uma aventura tecnológica num país engraçado. 2003. Fortaleza, Tecbio, 2003.
- PETROBRÁS. Dessulfurização de derivados de petróleo. Disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: 10 maio 2004. ■



O setor de comércio do Estado do Ceará: uma análise setorial e ocupacional à luz da RAIS MIGRA

Leôncio José Bastos Macambira Júnior*

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo estão desempregadas ou subempregadas. A ausência da atividade produtiva traz, em sua essência, um sofrimento imensurável para os desempregados e suas famílias.

O estado do Ceará tem mais de 284.705 pessoas desocupadas, com base na última PNAD divulgada pelo IBGE (2002). Esse cenário requer preocupação e tomada de posição do poder público, em especial para o fortalecimento de medidas concretas de combate ao desemprego através de políticas públicas que possam amenizar o sofrimento daqueles que estão à margem do setor produtivo.

O presente trabalho teve como objetivo estudar o setor de comércio do estado do Ceará, no quadriênio 1998-2001, investigando, em particular, os trabalhadores desligados em 1998, os que retornaram ao mercado de trabalho formal somente em 2001 e os considerados novos nesse mercado, em 2001, como também as questões dos rendimentos do trabalho, a partir de dois momentos de referência, quais sejam: o valor do salário, quando do seu desligamento, e o correspondente na sua nova inserção no mercado de trabalho, comprovando os movimentos de rotatividade que vêm se dando nos últimos anos, em razão da contratação de pessoas com menor remuneração, pela venda da sua força de trabalho.

Este estudo teve como referencial empírico a base de dados da RAIS MIGRA, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A referida base de dados é derivada do registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo.

O mercado de trabalho formal no Ceará: breves considerações

A década de 80 marcou o início de um dos períodos mais instáveis da economia brasileira. Dessa década até o início dos anos 90, o país apresentou sete anos de queda no seu produto per capita. Alguns analistas classificam as décadas de 80 e 90 como perdida e desperdiçada, respectivamente.

No início dos anos 90, o país viveu um período de estagnação da economia e, sobretudo, de uma profunda crise de desestruturação produtiva e de mercado de trabalho. Assistimos à abertura econômica, que sinalizou o processo de liberalização mercantil e o controle da inflação.

Não muito diferente desta realidade, o estado do Ceará, na segunda metade da década de 90, iniciou um processo de atração de novos investimentos e de uma forte política de isenção fiscal, como forma de atrair novas empresas com interesse de produzir no mercado local.

No âmbito do mercado de trabalho formal, no quadriênio 1998 a 2001, o estado só conseguiu crescer 12,31%. Esse crescimento foi possível com o desempenho dos setores comércio (19,22%), serviços (11,52%), agropecuária (45,71%) e indústria (13,46%).

O setor de serviços, no quadriênio 1998-2001, manteve uma variação percentual em relação ao total de empregos existentes no Estado, em torno de aproximadamente 60%. Já no setor de comércio, essa variação manteve o patamar de 12%, no período 98/99, mas obteve um pequeno acréscimo no período 2000/2001, chegando a 13%. No caso da indústria, sua participação foi estável, ou seja, manteve o nível de 20% do total de empregos existentes no período 1998-2001.

* Técnico do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e mestrando em Planejamento e Políticas Públicas.

Tabela 1
Empregos existentes em 31/12, por setor de atividade Ceará - 1998-2001

Setor de Atividade	1998		1999		2000		2001	
	Estoque	%	Estoque	%	Estoque	%	Estoque	%
Indústria	130.739	20,25	139.731	20,95	152.789	22,11	148.338	20,46
Construção Civil	31.372	4,86	28.053	4,21	27.746	4,01	28.247	3,90
Comércio	79.472	12,31	84.078	12,60	93.253	13,49	94.750	13,07
Serviços	393.973	61,03	405.529	60,80	406.868	58,87	439.376	60,61
Agropecuária	9.775	1,51	9.633	1,44	10.434	1,51	14.243	1,96
Outros/Ign	161	0,02	8	0,00	3	0,00	0	0,00
Total	645.492	100,00	667.032	100,00	691.093	100,00	724.954	100,00

Fonte: MTE/RAIS

Perfil dos desligados do comércio em 1998

O estado do Ceará registrou 27.539 desligamentos no setor de comércio, em 1998. Desse total, 37,82% ganhavam até 1,5 salário mínimo (sm). Nas faixas intermediárias nota-se uma maior concentração daqueles trabalhadores que ganhavam entre 1,51 até 3 sms, correspondendo a 41,69% do total de desligados.

Nas faixas com maiores salários, esse quadro apresenta uma tendência inversa, ou seja, diminui o número de trabalhadores com salários mais altos. É o caso daqueles que ganhavam entre 7,01 e 15,00 sms, que corresponde a apenas 4,78% do total da remuneração média dos desligados. Na faixa acima de 20 sms, esse número cai para 1,27%, dos desligados. Em resumo, percebe-se uma tendência natural em se tratando de salários, da concentração de maiores salários entre poucos e uma ampla maioria que percebe salários mais baixos.

Analisando a distribuição relativa aos rendimentos do trabalho do grupo de pessoas que foram desligadas (Tabela 2), no ano de 1998, com retorno somente no ano 2001 (Tabela 6), confirma-se a hipótese de que a taxa de rotatividade de mão-de-obra, diante da crescente seletividade do mercado de trabalho, tem um novo componente, qual seja o desligamento de um trabalhador pela admissão de um outro com menor salário. Adotando como referência as medidas de posição da distribuição de frequência das faixas de remuneração, constata-se que, na saída do trabalhador, no ano de 1998, o salário médio era de 1,89 salário mínimo; o mais freqüente atingia 1,42 salário mínimo e 50% dos desligados ganhavam, no máximo, 1,73 sm. Já no ano de retorno, os valores são inferiores, registrando-se uma média de 1,37 sm; um valor mais freqüente de 1,26 sm e metade dos readmitidos so-

Tabela 2
Desligados do setor de comércio, segundo as faixas de remuneração média Ceará - 1998

Faixas de Remuneração Média	Desligados	%
Até 0,5 sm	80	0,29
De 0,5 a 1,00 sm	2.418	8,78
De 1,01 a 1,5 sm	7.918	28,75
De 1,51 a 2,00 sms	6.897	25,04
De 2,01 a 3,00 sms	4.585	16,65
De 3,01 a 4,00 sms	1.567	5,69
De 4,00 a 5,00 sms	896	3,25
De 5,01 a 7,00 sms	1.089	3,95
De 7,01 a 10,00 sms	784	2,85
De 10,01 a 15,00 sms	531	1,93
De 15,01 a 20,00 sms	241	0,88
Mais de 20,00 sms	350	1,27
Ignorado	183	0,66
Total	27.539	100,00

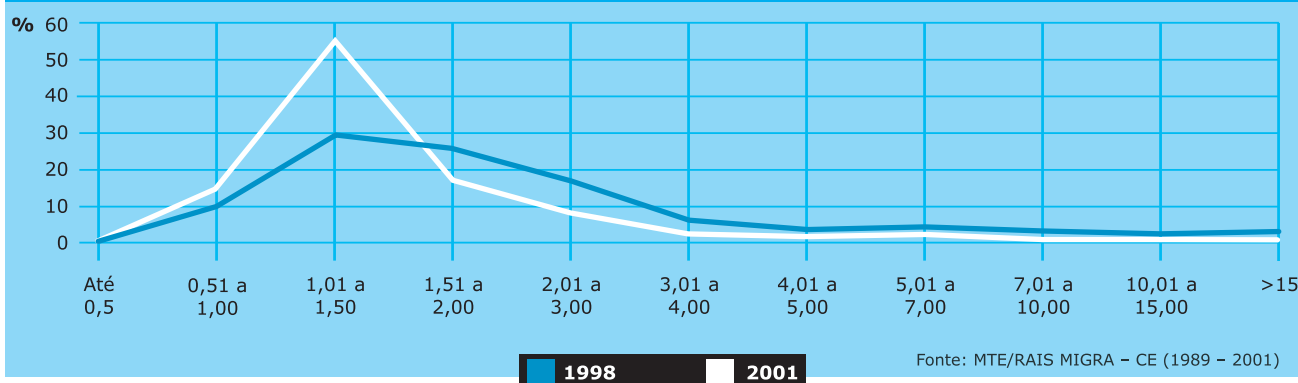
Fonte: MTE/RAIS MIGRA

mente em 2001 passaram a receber um salário máximo de 1,33 salário mínimo (Gráfico 1).

Outro aspecto importante a ser estudado, diz respeito à faixa etária dos trabalhadores desligados do setor de comércio do estado do Ceará. Das pessoas desligadas em 1998, 57,08% tinham entre 18 e 29 anos de idade e, aquelas de 30 a 49 anos, representavam 37,44%. Nas faixas etárias mais jovens, ou seja, daqueles que tinham entre 10 e 17 anos, vê-se representação de apenas 1,57% do total de desligamentos ocorridos no ano. Já na faixa etária acima de 50 anos, esse percentual sobe para 3,84% dos desligamentos existentes em 1998.

Mesmo nas faixas etárias mais jovens, percebe-se uma grande quantidade de desligamentos. Isso se

Gráfico 1
Distribuição salarial dos trabalhadores desligados em 1998 e daqueles que retornaram somente em 2001, setor de comércio - Ceará



deve, em parte, a uma grande rotatividade do setor comércio e, em especial, aos momentos sazonais do referido setor.

Tabela 3
Trabalhadores desligados no setor de comércio, em 1998, segundo a faixa etária Ceará

Faixa Etária	Desligamentos	%
10-14	11	0,04
15-17	420	1,53
18-24	9.261	33,63
25-29	6.457	23,45
30-39	7.689	27,92
40-49	2.623	9,52
50-64	984	3,57
65 ou mais	73	0,27
Ignorado	21	0,08
Total	27.539	100,00

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

Tabela 4
Trabalhadores desligados em 1998, no setor de comércio, por gênero - Ceará

Gênero	Desligamentos	%
Homens	17.928	65,10
Mulheres	9.611	34,90
Total	27.539	100,00

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

Do ponto de vista do gênero, percebe-se uma maior participação dos homens, correspondendo a 65,10% do total de trabalhadores desligados em 1998. As mulheres representavam 34,90% dos desligamentos ocorridos no respectivo ano. Em números absolutos, foram 17.928 homens desligados, contra 9.611 mulheres. Esse quadro revela maior perda dos postos de trabalho no sexo masculino.

Retorno ao mercado de trabalho formal, em 2001, dos trabalhadores desligados em 1998 do comércio

Do total de trabalhadores desligados, em 1998 (27.539), no setor de comércio do Ceará, apenas 1.718 retornaram ao mercado de trabalho formal, em 2001. Desse total, 730 trabalhadores, ou seja, 42,49% voltaram a se empregar no setor de origem, ou seja, no comércio. Os outros dois setores que mais absorveram essa mão-de-obra foram serviços e indústria, responsáveis pelo aproveitamento de 35,68% e 15,31%, respectivamente.

Os que menos absorveram os trabalhadores egressos do comércio foram construção civil (5,47%) e agropecuária (1,05%). De acordo com os dados mencionados acima, podemos concluir que parcela significativa dos trabalhadores vinculados ao comércio geralmente volta a trabalhar no referido setor, e que a reintegração ao mercado de trabalho formal da maioria dos trabalhadores desligados fica a cada dia mais difícil, tendo em vista fatores como a qualificação profissional, a dinâmica do mercado de trabalho, o número reduzido de novas vagas, a experiência em outros campos da atividade produtiva e a faixa etária, dada a seletividade do mercado de trabalho etc.

Em relação à remuneração média dos trabalhadores readmitidos em 2001, cerca de 54,25% deles ganhavam entre 1,01 e 1,50 sm. Já o intervalo entre 1,51 a 3,00 sms, concentrava 24,52% daqueles que retornaram ao setor comércio.

Nas faixas acima de 3,00 sms, é nítida a queda dos salários, onde pouco mais de 51 trabalhadores são

Tabela 5
Trabalhadores saídos do mercado de trabalho formal, em 1998, no setor de comércio, e que retornaram a esse mercado em 2001 - Ceará

Sector de Atividade	Admitidos em 2001	%
Indústria	263	15,31
Construção Civil	94	5,47
Comércio	730	42,49
Serviços	613	35,68
Agropecuária	18	1,05
Total	1.718	100,00

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

beneficiados com salários mais altos. É válido salientar que boa parte dos trabalhadores do comércio recebe, em média, o salário base da categoria. Em alguns casos, esse salário aumenta, em virtude de comissões incorporadas ao mesmo.

Ao analisar as variáveis de sexo e escolaridade dos trabalhadores readmitidos somente em 2001, percebe-se que boa parte desses trabalhadores possuía a 8ª série completa (20,96%) e o 2º grau completo (44,52%). Dos que tinham a 8ª série completa, 16,58% era formada por homens e 4,38%, por mulheres. Esse quadro muda um pouco quando analisamos aqueles com 2º grau completo, onde 20,27% era composta por homens e 24,25%, por mulheres.

Tabela 6
Faixas salariais dos trabalhadores no setor de comércio, que retornaram ao mercado de trabalho formal somente em 2001 - Ceará

Faixas Salariais	Admitidos em 2001
Até 0,5 sm	1
De 0,51 a 1,00 sm	103
De 1,01 a 1,50 sm	396
De 1,51 a 2,00 sms	122
De 2,01 a 3,00 sms	57
De 3,01 a 4,00 sms	14
De 4,01 a 5,00 sms	10
De 5,01 a 7,00 sms	14
De 7,01 a 10,00 sms	4
De 10,01 a 15,00 sms	4
De 15,01 a 20,00 sms	2
Ignorado	3
Total	730

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

Esse dado, quando comparado àqueles com nível superior completo, nos revela que a mulher possuía melhor escolaridade em relação aos homens. Essa tendência só é inversa quando analisamos a escolaridade dos que tinham a 4ª série completa até o 2º grau incompleto, onde a predominância masculina aparece com maior frequência.

Tabela 7
Trabalhadores admitidos somente em 2001, no setor de comércio, por sexo e escolaridade Ceará

Escolaridade	Sexo	Admitidos somente em 2001	Frequência Relativa
Analfabeto	Masculino	6	0,82
4ª série incompleta	Masculino	30	4,11
4ª série completa	Masculino	31	4,25
8ª série incompleta	Feminino	2	0,27
	Masculino	71	9,73
8ª série completa	Feminino	10	1,37
	Masculino	121	16,58
2º grau incompleto	Feminino	32	4,38
	Masculino	53	7,26
2º grau completo	Feminino	28	3,84
	Masculino	148	20,27
Superior incompleto	Feminino	177	24,25
	Masculino	8	1,10
Superior Completo	Feminino	8	1,10
	Masculino	2	0,27
Total	Feminino	3	0,41
	Masculino	470	64,38
	Feminino	260	35,62

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

Entre aqueles com nível superior incompleto e completo, nota-se um número reduzido de trabalhadores. Em números absolutos, apenas 21 indivíduos possuíam os níveis citados acima. No caso específico daqueles com nível superior completo (0,68%), existia apenas dois homens (0,27%) e três mulheres (0,41%).

Em termos gerais, 64,38% dos readmitidos somente em 2001, no comércio do Ceará, eram do sexo masculino e, 35,62%, do sexo feminino.

Os novos trabalhadores do comércio no Ceará

Cerca de 19.088 trabalhadores ingressaram no setor de comércio do Ceará, em 2001. Desse total, 11.278 são homens e 7.810 mulheres. Ao analisar a escolaridade e o sexo, percebe-se que a mulher tem maior participação nas classes de maior escolaridade, ou seja, possui melhor formação escolar, confirmando-se mais uma vez que as mulheres estão mais preparadas, em termos de escolaridade, para ingressar no mercado de trabalho. Em relação aos homens, essa participação nas classes de maior escolaridade apresenta considerável queda.

Analisando separadamente por gênero os vários níveis de escolaridade, percebe-se que 13,28% dos homens têm até a 4ª série completa, enquanto entre as mulheres esse percentual cai para 3,37%. Essa realidade não é muito diferente para aqueles que possuem oitava série incompleta ou completa. Enquanto os homens registraram 37,93% nessas duas categorias, as

mulheres só participaram com 19,60%. A partir do 2º grau esse quadro se inverte, ou seja, as mulheres passam a ter maior inserção nos níveis de maior formação escolar. A exemplo disso, no segundo grau completo, por exemplo, mais de 56% das mulheres possuíam esse nível, enquanto entre os homens esse percentual se reduz para aproximadamente 32%.

Apesar das mulheres terem uma melhor inserção nos níveis escolares mais elevados, essa tendência muda quando são analisados os salários das mesmas em relação aos homens. No intervalo de 0,51 a 1,50 sm, cerca de 81,96% das mulheres recebem esse salário e, entre os homens, esse percentual cai para 74,57%. Entre as faixas intermediárias, entre 1,51 a 5,00 sms, já se percebe a predominância do salário dos homens, com representação de 23,17% contra 16,05% dos salários pagos às mulheres.

A partir da faixa de salário acima de 5,00 sms, é extremamente maior a supremacia dos salários dos homens em relação ao das mulheres, notadamente na extremidade superior da distribuição. A exemplo disso, podemos citar o caso dos homens que ganham entre 15 e 20 sms, com 12 casos de admissões nessa faixa, enquanto, entre as mulheres, houve apenas quatro registros de admissões, também no ano 2001. Por último, ressalta-se que o salário médio dos homens chegou a R\$ 304,80 e, as mulheres, obtiveram um salário de R\$ 292,80.

Em síntese, apesar da mulher ter superado o preconceito no tocante à sua inserção no mercado de trabalho, perduram as diferenças, notadamente no que

Tabela 8
Trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho formal em 2001, no setor de comércio, segundo o sexo e a escolaridade - Ceará

Escolaridade	Sexo			
	Masculino	%	Feminino	%
Analfabeto	200	1,77	29	0,37
4ª série incompleta	615	5,45	96	1,23
4ª série completa	684	6,06	138	1,77
8ª série incompleta	1.677	14,87	471	6,03
8ª série completa	2.601	23,06	1.060	13,57
2º grau incompleto	1.643	14,57	1.189	15,22
2º grau completo	3.507	31,10	4.407	56,43
Superior incompleto	236	2,09	297	3,80
Superior completo	115	1,02	123	1,57
Total	11.278	100,00	7.810	100,00

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

Tabela 9
Trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho formal em 2001, no setor de comércio, segundo o sexo e o salário - Ceará

Faixas Salariais	Masculino (%)	Feminino (%)
Até 0,5 sm	0,70	0,82
De 0,51 a 1,00 sm	22,58	24,01
De 1,01 a 1,50 sm	51,99	57,95
De 1,51 a 2,00 sms	14,15	10,55
De 2,01 a 3,00 sms	6,16	3,57
De 3,01 a 4,00 sms	2,02	1,46
De 4,01 a 5,00 sms	0,84	0,47
De 5,01 a 7,00 sms	0,69	0,36
De 7,01 a 10,00 sms	0,40	0,23
De 10,01 a 15,00 sms	0,18	0,04
De 15,01 a 20,00 sms	0,11	0,05
Total	100,00	100,00

Fonte: MTE/RAIS MIGRA - CE (1989-2001)

concerne aos rendimentos do trabalho, posto que muitas vezes ocupam uma mesma função, porém com menor remuneração.

Conclusão

Nos últimos anos, alguns analistas do mercado de trabalho e de recursos humanos têm debatido sobre a relação entre demanda de trabalho e qualificação profissional. Há nesse sentido uma grande discussão e, ao mesmo tempo, controvérsias no tocante a justificativas que dizem que o trabalhador brasileiro não é qualificado e, por conseguinte, tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Atualmente, metade dos trabalhadores desempregados no país tem um bom nível de escolaridade. Nos últimos anos, a parcela de trabalhadores com mais de nove anos de estudo passou de aproximadamente 24% para quase 50%.

No caso específico do comércio do estado do Ceará, dos trabalhadores desligados em 1998, apenas 2,65% conseguiram retornar ao setor de origem no ano 2001. Isso nos revela o quanto é difícil retornar ao mercado de trabalho. Fatores como competitividade, escassez de vagas ofertadas, idade e novos trabalhadores que se lançam no mercado, tornam esse quadro ainda mais preocupante. Somado a esses fatores, existe o fato de a PEA (População Economicamente Ativa) crescer em proporções distintas ao crescimento do mercado de trabalho.

Outro aspecto que chama a atenção, mas que na verdade outras fontes de informações sobre o mercado de trabalho já vêm apontando nos últimos anos, é o fato das mulheres terem uma maior formação escolar em relação aos homens; no entanto, essa variável não desmonta as desigualdades existentes quando associada à questão salarial. Vê-se, com isso, que os homens têm maior predominância nos salários mais altos.

Apesar desta análise ter sido restrita ao setor de comércio, o fato da maior escolaridade da mulher e da supremacia dos rendimentos dos homens, também se verifica em outros setores de atividade econômica, inclusive no conjunto da população informal da economia.

Referências

ARAÚJO, Tarcísio Patrício; LIMA, Roberto Alves de (Org.). Ensaios sobre mercado de trabalho e políticas de emprego. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise. Brasília: IPEA; MTE, v. 7, out. 2002.

PESQUISA DESEMPREGO E SUBEMPREGO DE FORTALEZA. Fortaleza: SINE/IDT, ago. 2003. ■



Capitalização de empresas, via debêntures: o caso da Odebrecht

José Moura Pinheiro*

Este artigo analisa o mercado de debêntures como uma alternativa de capitalização das empresas e uma oportunidade de aplicação financeira para investidores. Focalizamos, de início, os aspectos conceituais inerentes à debênture, bem como os dispositivos legais que disciplinam e regulamentam a criação e emissão desse título de crédito. Em seguida, identificamos as entidades que compõem a estrutura institucional desse mercado, com destaque para o Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, e o Sistema Nacional de Debêntures – SND. Por fim, analisamos uma experiência específica de capitalização mediante emissão de debêntures, realizada recentemente pela empresa baiana Odebrecht Participações S/A.

Conceito de debêntures

A execução da estratégia empresarial depende, cada vez mais, da eficácia da gestão financeira. Para isso, é necessário um sistema de planejamento e gerenciamento capaz de, por um lado, exercer um rigoroso controle dos investimentos, dos custos de produção e do capital de giro e, por outro lado, monitorar as informações que envolvem o mercado financeiro, a fim de se obter um conhecimento adequado dos fenômenos inerentes a essa área. A formulação de uma estratégia de financiamento de capital exige estudos e análises a respeito da situação das finanças corporativas, no âmbito interno de cada empresa, e das oportunidades e riscos que se apresentam no mercado financeiro. Envolve desde decisões estratégicas, a serem tomadas em assembléia geral de acionistas ou em reunião de conselho de administração, até decisões táticas definidas em nível de diretoria ou gerência. Entre as formas de captação de recursos permitidas legalmente para uma empresa constituída, sob a forma de sociedade anônima ou sociedade por ações, destacamos a utilização de lucros retidos, a venda de ativos financeiros, a alienação de ativos permanentes, o aumento de capital via emissão de ações, a realização de empréstimos bancários de longo prazo e a emissão de debêntures.

O que é uma debênture e por que ela é considerada uma das principais opções na capitalização de recursos de longo prazo? Derivado da expressão latina *debitus sum* (ser devido) e apropriado pela língua inglesa, o termo *debenture* significa um empréstimo de risco. Esse aspecto fica mais evidente se fizermos a junção da palavra *debt* (dívida) com *venture* (risco), numa analogia com *joint venture* (associação de risco). Na linguagem contábil-financeira, debênture é um título de crédito emitido por sociedades anônimas ou em comandita por ações, em contrapartida a empréstimo amortizável contraído a longo prazo.

Ou seja, debênture é um instrumento utilizado pelas corporações para captar recursos no mercado financeiro nacional ou internacional, que dá direito ao debenturista de receber, no vencimento, o valor nominal investido, acrescido dos ganhos previstos na emissão. Como descreve Eduardo Fortuna (2003), em seu livro *Mercado financeiro*, as debêntures garantem ao comprador uma remuneração certa num prazo certo, não dando direito de participação nos bens ou lucros da empresa. Correspondem a um empréstimo que o comprador do título faz à empresa emissora. Basicamente, uma debênture é uma forma de financiamento através de empréstimo de longo prazo. Os compradores de debêntures são credores que recebem juros periódicos e reembolso específico do principal (valor nominal da debênture) na data do seu vencimento. Ainda segundo Eduardo Fortuna, como envolve milhões de reais, que são obtidos através da venda de partes da dívida a inúmeras pessoas, são necessários certos requisitos legais para proteger os compradores de debêntures.

No entender de Cláudio da Silva Santos e Josemar Moreira Dias Junior (2002), a captação de recursos via debêntures é muito vantajosa para as empresas, em comparação com outros mecanismos de financiamento. A principal delas é que a emissão das debêntures pode

* Economista, com mestrado em Administração, doutorado em Comunicação e professor da Escola de Administração da UFBA. E-mail: jopin@ufba.br.

A captação de recursos via debêntures é muito vantajosa para as empresas, em comparação com outros mecanismos de financiamento.

ser planejada para atender às necessidades específicas do empreendimento. A flexibilidade de prazos, garantias e condições de pagamento permitem adequar os pagamentos de juros e amortizações às características do projeto e à disponibilidade de recursos da companhia. A emissão pode ser dividida em séries a serem integralizadas nos períodos desejados pela empresa emissora. Silva Santos e Dias Junior ressaltam ainda que, por ser um título de longo prazo, a debênture apresenta custos de captação menores, especialmente em relação a empréstimos bancários de curto prazo. Outra vantagem para as empresas é que os pagamentos de juros são deduzidos como despesas financeiras, ao contrário dos dividendos, que não são dedutíveis na apuração de resultado anual da empresa.

Todavia, é necessário enfatizar que, no que se refere ao debenturista, trata-se de um investimento de risco que, na maioria das vezes, é feito sem a contrapartida de garantias reais. A garantia da debênture, em geral, é a própria credibilidade da companhia emissora.

Aspectos legais da emissão de debêntures

No Brasil, a emissão de debêntures é regida por legislação federal, especialmente a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conhecida como Lei das S/A, e a Lei nº 6.385, de 7/12/1976, que trata do mercado de capitais e criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão federal encarregado de registrar as companhias abertas, autorizar a emissão de títulos negociáveis em bolsa de valores e fiscalizar a negociação.

As características básicas das debêntures e as exigências para sua emissão podem ser assim sumariadas, de acordo com o estabelecido na Lei nº 6.404/76. É permitido a uma companhia emitir debêntures que conferem aos seus titulares direito de crédito, nas condições constantes da escritura de emissão. A companhia pode efetuar mais de uma emissão e cada emissão pode ser dividida em séries, contanto que os títulos da mesma série tenham igual valor nominal e ofereçam os mesmos

direitos aos debenturistas. O valor da debênture deve ser expresso em moeda nacional, excetuando-se os casos em que é permitido o pagamento em moeda estrangeira. Nos certificados de debêntures, deve ser expressa a data de vencimento, podendo conter cláusulas de correção monetária com base nos coeficientes de títulos da dívida pública e na variação da taxa cambial. A emissora poderá estipular amortizações parciais de cada série, criar fundos de amortização e reservar-se o direito de resgate antecipado dos títulos da mesma série.

Como vantagens oferecidas, a debênture poderá assegurar ao seu titular juros, fixos e variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso. É facultada a emissão de debêntures conversíveis em ações, desde que as condições de conversibilidade sejam expressas na escritura de emissão. Embora a aplicação em debêntures seja, por definição, um investimento de risco, garantido pela credibilidade da companhia emissora, a legislação brasileira vigente permite que a debênture tenha garantia real ou fluante. Além disso, conforme dispuser a escritura de emissão, o título poderá não gozar de preferência ou ser subordinado aos demais credores da companhia.

Cabe privativamente à assembléia geral deliberar sobre a emissão de debênture, em conformidade com a lei e os dispositivos do estatuto social da empresa. Contudo, em casos especiais, a legislação permite que o conselho de administração, por delegação da assembléia geral, delibere sobre a emissão de debêntures simples, desde que sem garantia real e não conversíveis em ações. Na ata referente à decisão da companhia de emitir debêntures, deverão estar explicitados os seguintes aspectos: o valor da emissão, os critérios de determinação do seu limite e a sua divisão em séries, se for o caso; o número e o valor nominal das debêntures; as garantias reais ou a garantia fluante, se houver; as condições da correção monetária, se for o caso; a possibilidade de conversão das debêntures em ações da companhia e as condições a serem cumpridas nessa transformação; a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; o modo de subscrição ou colocação das debêntures; e, finalmente, o tipo das debêntures. É importante ressaltar que, por lei, o prazo de resgate das debêntures deverá ser de, no mínimo, doze meses contados da data de emissão.

O valor total das emissões de debêntures não poderá exceder o valor do capital social da empresa. Todavia, a seu critério, a CVM poderá fixar outros limites de va-

O valor total das emissões de debêntures não poderá exceder o valor do capital social da empresa.

lor para emissões de debêntures negociadas em bolsa ou no balcão ou a serem distribuídas no mercado. Na escritura de emissão, por instrumento público ou particular, deverá conter os direitos dos debenturistas, as garantias e demais cláusulas e condições, em conformidade com os padrões estabelecidos pela CVM. São requisitos obrigatórios para a emissão de debêntures: o arquivamento na Junta Comercial e a publicação da ata da assembléia geral de acionistas ou da reunião do conselho de administração que aprovou a emissão; inscrição da escritura de emissão no registro do comércio (Junta Comercial); e a constituição das garantias reais, quando for o caso. Vale frisar que a companhia emissora poderá decidir sobre a extinção das debêntures, o que deverá ser registrado em livros próprios e mantidos em arquivo pelo prazo de, no mínimo, cinco anos.

Os certificados das debêntures deverão conter: a denominação, sede, prazo de duração e objeto da companhia; a data de constituição da companhia e do arquivamento e publicação dos atos de criação; a data da publicação da ata da assembléia ou reunião que aprovou a emissão; a data e ofício do registro de imóveis em que foi inscrita a emissão; a denominação “debênture” e a indicação de sua espécie, através dos termos “com garantia real”, “com garantia flutuante”, “sem preferência” ou “subordinada”; a designação da emissão e da série; o número de ordem; o valor nominal e a cláusula de correção monetária, se houver, as condições de vencimento, amortização, resgate, juros, participação no lucro ou prêmio de reembolso, e a época em que serão devidos; as condições de conversibilidade em ações, quando for aplicável; o nome do debenturista; o nome do agente fiduciário dos debenturistas, se houver; a data de emissão do certificado, que deverá conter a assinatura de dois diretores da empresa; e a autenticação do agente fiduciário, se for o caso.

O debenturista poderá nomear um agente fiduciário junto à companhia emissora, o qual deverá declarar, na escritura de emissão, que aceita essa função, que é fiscalizada pela CVM. Pode ser agente fiduciário uma pessoa física que satisfaça os requisitos exigidos para essa função ou, conforme decisão da CVM,

uma instituição financeira. Cabe ao agente fiduciário proteger os direitos e interesses do debenturista, bem como informá-lo, por escrito, sobre o desempenho econômico-financeiro da companhia emissora e sobre o cumprimento desta quanto às obrigações constantes da escritura de emissão.

Como instrumento de prevenção, a lei admite a instalação de assembléia de debenturistas. Assim, os titulares de debêntures da mesma emissão ou série podem, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de decidir sobre matéria de interesse conjunto. A assembléia poderá ser convocada pelo agente fiduciário, pela companhia emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% dos títulos em circulação e pela CVM. Nas deliberações da assembléia de debenturistas, cada debênture corresponde a um voto.

A emissão de debêntures com garantia real em outros países, por companhias brasileiras de capital aberto, é permitida pela legislação em vigor, desde que obtenha aprovação prévia do Banco Central do Brasil. Para esse tipo de emissão, a companhia, além de cumprir todos os requisitos exigidos para a emissão em território brasileiro, terá de requerer a inscrição, no registro de imóveis, do local de sua sede, dos demais documentos exigidos pela legislação do país de emissão, autenticados e legalizados pelo respectivo consulado brasileiro e devidamente traduzidos para a língua portuguesa. A CVM poderá autorizar que as debêntures emitidas no exterior possam ser também negociadas no mercado de capital do Brasil.

Mercado de debêntures: estrutura institucional

No âmbito do mercado de capitais brasileiro, cujo funcionamento é regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o mercado de debêntures é composto de dois segmentos fundamentais: a) os órgãos sistemáticos de operação, quais sejam o Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, e o Sistema Nacional de Debêntures – SND; b) os agentes participantes e interessados.

O SDT é o órgão encarregado de dotar o mercado de capitais, inclusive o de debêntures, dos mecanismos operacionais e de suporte técnico necessários às colocações públicas de valores mobiliários realizadas pelas companhias registradas na CVM. Participam do

SDT: os bancos comerciais, bancos de investimentos e bancos múltiplos, sociedades corretoras e distribuidoras, outras instituições financeiras autorizadas, companhias não-financeiras, investidores institucionais e companhias emissoras. A função básica do SDT consiste em proporcionar maior segurança nas transações, bem como simplificar a colocação primária de títulos e valores mobiliários, inclusive de debêntures, mediante liquidação financeira pela rede bancária, dispensando-se a emissão de cheques.

Segundo a ANDIMA, o processo de emissão de debêntures através do SDT pode ser assim sintetizado: primeiro, a companhia aberta, devidamente registrada na CVM, solicita ao SDT o registro da emissão pública de debêntures; em segundo lugar, a empresa emissora deve contratar a instituição financeira, podendo ser mais de uma, que será a líder ou coordenadora do serviço de distribuição dos títulos; em terceiro lugar, e tendo obtido o cadastramento da companhia e da respectiva emissão no SDT, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP abre uma conta em nome da emissora e cadastra o título e, em seguida, confecciona e envia à CVM o modelo de boletim de subscrição; finalmente, a CETIP coloca à disposição dos usuários as telas do SDT para que sejam especificados os debenturistas.

Por sua vez, o Sistema Nacional de Debêntures – SND, tem por objetivo registrar os negócios com debêntures realizados no mercado de balcão, através do processamento eletrônico das transações. Incluem-se nessas transações as operações de compra e venda de debêntures, caução e operações compromissadas ou antecipação. O sistema, implementado em junho de 1988 pela ANDIMA e pela CETIP, tem por função processar eletronicamente o registro, a custódia, a negociação e a liquidação financeira das operações. A razão de ser do SND é, além de permitir uma ampliação do mercado de debêntures, proporcionar que todos os eventos referentes à emissão sejam processados automaticamente, sendo os recursos creditados ou debitados diretamente nas contas dos participantes. O SND, cujos participantes são os mesmos que participam do SDT já citados, é constituído dos módulos de custódia, negociação, liquidação financeira e informações.

O funcionamento do SND pode ser assim resumido: após o fechamento da transação mobiliária, a companhia emissora e o debenturista registram a operação no SND, mediante sistema de duplo comando, que fica

encarregado de conferir se os dados fornecidos pela vendedora e pelo comprador estão compatíveis. A propriedade das debêntures é presumida pelo crédito efetuado na posição própria de títulos do participante e pelos documentos que originaram. A liquidação financeira é efetivada por meio dos bancos liquidantes do sistema, que podem ser bancos comerciais ou múltiplos com carteira comercial. Diariamente, o resultado consolidado das liquidações é transmitido ao Banco Central, para atualização das contas de reservas bancárias.

A liquidação financeira é efetivada por meio dos bancos liquidantes do sistema, que podem ser bancos comerciais ou múltiplos com carteira comercial.

Entre junho de 1988, quando o SND foi implementado, até 31 de janeiro de 2004, foram registradas nesse sistema 444 companhias, 1.405 séries, 699 emissões, 115 agentes fiduciários e 68 bancos mandatários. A captação de recursos, no período, totalizou, aproximadamente, US\$ 68 bilhões, sendo que 80% desse montante foi captado após o lançamento do Plano Real, em julho de 1994. Enfim, nesses mais de 15 anos de funcionamento, pode-se dizer que o SND é uma experiência exitosa, tendo contribuído para a consolidação do mercado de debêntures em nosso país e o fortalecimento da confiança nesse título de crédito. Aliás, não custa enfatizar que o mercado de debêntures é, por definição, um segmento mobiliário que tem na confiança entre os participantes o fator primordial de sua existência.

Emissão privada de debêntures: o caso da Odebrecht

A Odebrecht Participações S.A., em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12/12/2003, conforme ata publicada no jornal A Tarde, de Salvador – Bahia, em 27/01/2004, emitiu debêntures simples, não conversíveis e com número de séries indeterminado, para subscrição privada, cujos aspectos essenciais resumimos a seguir.

O valor total da emissão é de R\$ 300 milhões, com o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão. Ficou decidido que, enquanto as debêntures permanecerem sob a titularidade dos subscritores, não haverá atualização monetária, nem

incidência de juros sobre o principal, mas, sim, uma remuneração anual equivalente a 5% do lucro líquido da companhia emissora apurado a partir do exercício de 2004, com base no balanço de 31 de dezembro. Contudo, ocorrendo a transferência total ou parcial das debêntures a terceiros, pelos subscritores, a remuneração das debêntures transferidas será equivalente à variação diária da taxa média das captações no mercado interfinanceiro, CDI extra-grupo, divulgado diariamente pela CETIP. O pagamento da remuneração das debêntures será feito pela emissora, em sua sede (Salvador – BA), em uma única parcela, na data do vencimento.

Sob a forma escritural, sem expedição de cautelas ou certificados, as debêntures serão emitidas em séries, a critério do conselho de administração da companhia, conforme delegação expressa na assembleia geral. No que se refere à primeira série da emissão, ficou decidido que será composta de nove mil debêntures, totalizando R\$ 90 milhões.

Em todas as séries, a colocação das debêntures será feita de forma privada pela emissora, sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Quer dizer, as debêntures não serão registradas para negociação em sistema organizado, mas através de transações privadas. Como o prazo de vencimento foi estabelecido em quatro anos, contados da data de emissão, as debêntures vencerão em 12/12/2007, independentemente da data de emissão das séries.

O preço de subscrição será correspondente ao valor nominal das debêntures emitidas em cada série. A integralização se dará à vista, em moeda corrente nacional e/ou com utilização de bens ou créditos devidos pelos subscritores contra a emissora. O resgate das debêntures será realizado na data do vencimento, podendo haver resgates opcionais, conforme previsto na escritura da emissão. Está previsto que a emissora, a qualquer tempo, poderá efetuar resgate total ou parcial das debêntures, desde que notifique os debenturistas com antecedência de 30 dias.

Considerações finais

A emissão de debêntures, como se analisou neste artigo, é uma das reduzidas alternativas de que dispõem as corporações para captar recursos financeiros. Para o aplicador, é uma oportunidade de participar do mercado financeiro nacional ou internacional, com promessa de receber, no vencimento da debênture, o valor nominal investido acrescido dos ganhos previstos.

No que se refere à emissão efetuada pela Odebrecht Participações S/A, evidencia-se, primeiro, o fato de tratar-se de captação de recursos no mercado primário de capitais. A emissão totaliza R\$ 300 milhões, um valor inferior ao montante do capital social da companhia, como manda a legislação. A empresa optou pela emissão privada, ou direta, o que significa que não há intermediários entre a emissora e o debenturista no processo de negociação. Quanto ao tipo, trata-se de debênture simples, isto é, a citada companhia não oferece garantias reais, a exemplo de penhor, caução ou hipoteca de imóveis. No caso focalizado, as debêntures emitidas não são conversíveis em ações, nem houve expedição de cautelas ou certificados representativos, sendo permitido o resgate antecipado do valor total ou parcial.

Afinal, cabe enfatizar que a debênture é um título de crédito que envolve risco. Depende essencialmente do capital de confiabilidade adquirido pela companhia emissora. No caso aqui analisado, essa confiança é respaldada pela tradição do Grupo Odebrecht. Ainda assim, olhando-se o mercado de debêntures de forma global, é de fundamental importância a atuação eficaz de entidades civis como a ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, gestora do Sistema Nacional de Debêntures – SND e do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, que funcionam no âmbito da CETIP – Central de Custódia Financeira de Títulos. Com isso, busca-se assegurar maior segurança do investimento feito pelos debenturistas e garantir transparência nas negociações. De igual modo, é indispensável a presença atuante de órgãos governamentais como o Banco Central do Brasil e a CVM, que, entre outras atribuições, detêm a competência de regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO. Estudos especiais SND – Sistema Nacional de Debêntures. Rio de Janeiro: ANDIMA, 1998.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2003.

ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 12 de dezembro de 2003. A Tarde: Salvador, 27 jan. 2004.

SANTOS, Cláudio da Silva; DIAS JUNIOR, Josemar Moreira. Emissão de debêntures como alternativa de financiamento a longo prazo. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 23 de novembro de 2002. Niterói, RJ. Disponível em: <www.latec.uff.br/anaais>. Acesso em: 28 jan. 2004.

SISTEMA NACIONAL DE DEBÊNTURES. Informações. Disponível em: <www.debentures.com.br>. Acesso em: 3 fev. 2004. ■

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br

Investimentos industriais alcançarão R\$ 21,8 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume recorde da ordem de R\$ 21,8 bilhões agregando 449 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais irão gerar mais de 108 mil postos de trabalho, sendo que o complexo Calçados/Têxtil/Confecções e o Agroalimentar concentram 56% do total dos empregos diretos, totalizando 60.120 novos postos de trabalho. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 44% dos empregos, destacando-se os complexos Madeireiro, responsável por 11% dos empregos, Transformação Petroquímica que responde por cerca de 9% e Metal-mecânico, que detêm de 8% destes.

Analisando os investimentos quanto ao Complexo de Atividade Econômica verificou-se que 76% encontram-se alocados nos complexos Atividade Mineral e Beneficiamento (15%), Complexo Madeireiro (40%) e Químico e Petroquímico (21%), agregando um volume de recursos da ordem de R\$ 16,6 bilhões. Tais complexos totalizam 120 projetos de empresas, representando 27% do total de projetos anunciados. A partir destes resultados, confirma-se a tendência de alocação dos maiores volumes de investimentos em grandes empreendimentos industriais, e em especial no setor madeireiro. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 5,2 bilhões em 329 projetos.

Em relação à situação destes investimentos, 68,2% estão alocados em implantações de novas unidades industriais, o que representa um volume na ordem de R\$ 14,9 bilhões. Enquanto que 31,0% estão alocados em ampliações e 0,7% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,9 bilhões.

No que tange à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, parte expressiva dos investimentos estão concentrados nos eixos Metropolitano e Extremo Sul agregando 84,3% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 18,4 bilhões. Tais eixos agregam cerca de 262 projetos de investimentos, o que representa 58,3% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 3,4 bilhões, representando 15,7% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a Dorf Ketal Ltda, a Reconflex, a Brasfrut Frutos do Brasil Ltda, a Plásticos Acalanto e a Bahia Pulp.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade 2004 - 2008

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.159.252	64
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.320.434	28
Calçados/Têxtil/Confecções	996.892	45
Complexo Madeireiro	8.685.807	19
Eletroeletrônico	618.609	61
Metal-Mecânico	931.141	66
Químico-petroquímico	4.635.948	73
Reciclagem	2.647	1
Transformação Petroquímica	1.086.646	86
Outros	404.061	6
Total	21.841.437	449

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento 2004 - 2008

Eixo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	93.015	10
Chapada Norte	97.093	6
Chapada Sul	75.356	12
Extremo Sul	7.230	4
Grande Recôncavo	8.630.923	14
Mata Atlântica	1.454.648	62
Médio São Francisco	630.260	52
Metropolitano	31.500	2
Nordeste	9.790.193	248
Oeste do São Francisco	22.817	5
Planalto Central	678.979	15
Planalto Sudoeste	110.340	1
A Definir	219.085	18
Total	21.841.437	449

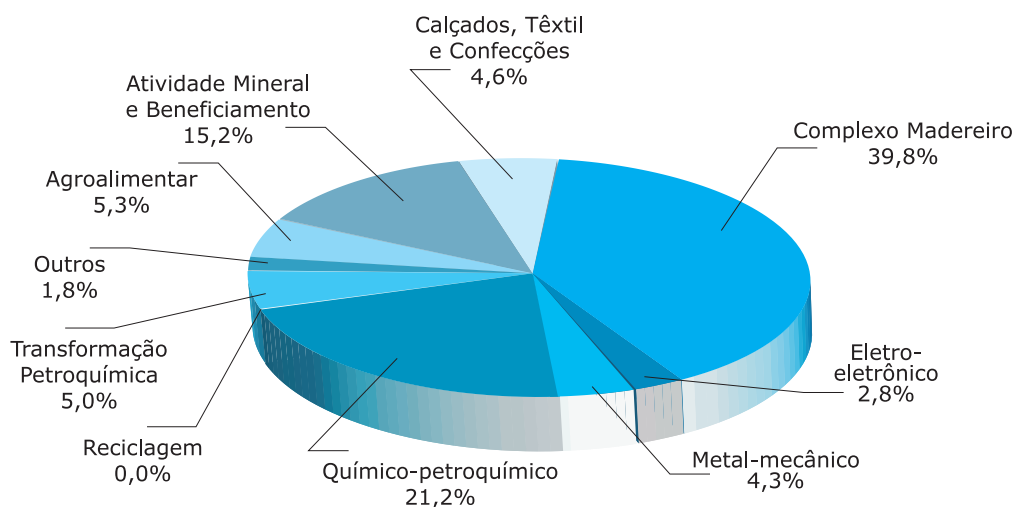
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04

Investimentos Previstos para a Bahia - 2004-2008

Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da Pesquisa de Investimentos Industriais Previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

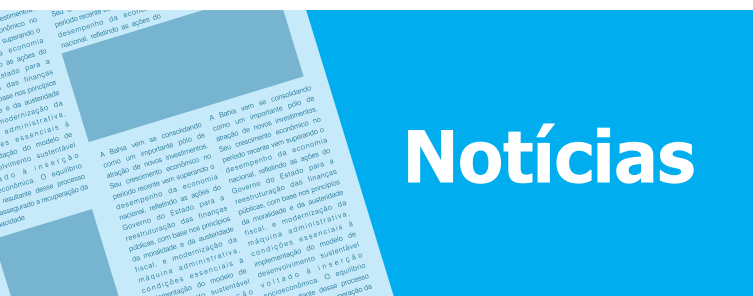
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique** 

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Notícias

Negócios

Produção de fogos será industrializada em Santo Antônio de Jesus

Depois de falir nas mãos de produtores de fogos de artifício locais, a produção do Projeto Fênix, em Santo Antônio de Jesus, será assumida por um consórcio de três empresas mineiras, o Brazilian Fireworks Imports e Exports, que pretende transformar a cidade do recôncavo baiano em pólo exportador para países europeus. O Condomínio Fênix, com 183 barracões, onde são produzidos os artefatos pirotécnicos foi construído sob a supervisão técnica das empresas do consórcio de Minas Gerais - formado por 14 fábricas naquele estado - que já investiu, desde a assinatura do protocolo de intenções há um mês com o governo do estado, R\$ 200 mil em maquinários, com previsão de mais R\$ 1,5 milhão com o início das operações.

O projeto foi criado em janeiro de 2002, através de ação da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, como forma de sanar os problemas causados pela produção clandestina dos fogos de artifício, cujo dano mais grave ocorreu em 11 de setembro de 1998, quando 64 moradores de Santo Antônio de Jesus morreram em virtude de explosão ocorrida num barracão de uma das maiores empresas da cidade. Na época, eram quase cem pessoas manuseando quase uma tonelada de pólvora, sem os devidos treinamento e cuidado.

Operando com toda a capacidade, contando com o Fênix, as demais fábricas legalizadas e os clandestinos, Santo Antônio de Jesus chega a produzir anualmente quase 50 toneladas de fogos de artifício. Espera-se a movimentação mensal de R\$910 mil, só com o pagamento de salários dos trabalhadores empregados direta ou indiretamente com a reabertura do Conjunto Fênix. Com a arrecadação de impostos, a economia da cidade terá um grande impulso.

Cerca de cinco mil pessoas do município têm a produção de fogos como fonte de subsistência. Em cidades vizinhas, como Cruz das Almas, Muniz Ferreira, Sapeaçu, Dom Macedo Costa e Nazaré devem dispor de cerca de dez mil pessoas disponíveis para esse tipo de trabalho.

Santo Antônio de Jesus será pólo exportador de fogos. Correio da Bahia, 21/06/2004.

Profissionalizando o turismo

O Senac (Serviço de Aprendizagem Nacional) através do projeto SenacMóvel esteve na cidade de Itacaré por um ano, até março, disponibilizando cursos de culinária para capacitar 550 jovens para vagas oferecidas por mais de 80 estabelecimentos, entre hotéis, pousadas e restaurantes da cidade. Antes, sem o treinamento, a maioria deles tinha como perspectiva apenas empregar-se na indústria pesqueira. Estas carretas com salas de aula possibilitam a certificação profissional e a qualificação da mão-de-obra do setor de serviços.

Desde 1998, o Senac investe em parcerias locais para levar seus programas de capacitação profissional a regiões que ainda não tem demanda que justifique a instalação de uma sede, mas que já apresentam necessidade de qualificação de mão-de-obra. As grandes estrelas do programa são a carreta-escola, que reproduzem os ambientes de trabalho das áreas atendidas: saúde, informática, hotelaria e turismo. As adaptações incluem cozinha, camas hospitalares e computadores.

O custo das formações é em geral, baixo. Em Itacaré, cada aluno pagou em média R\$20 por curso, com duração de duas semanas, incluindo o material didático. A Abih (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) local financiou grande parte das despesas.

Turismo Profissional. Folha de S. Paulo - Sinapse, 29/06/2004.

Ação Governamental

Projeto de avicultura familiar gera resultados positivos

No sudoeste do estado, o Projeto de Avicultura Familiar começa a ter resultados. Na primeira fase, cerca de 800 famílias carentes que moram em 24 municípios da região receberam kits compostos por ração, vaci-

nas, bebedouro, comedouro e 25 galinhas poedeiras. O projeto, uma parceria entre a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), visa incentivar a criação de aves caipiras geneticamente melhoradas para produção de ovos.

Segundo o secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, padre Clodoveo Piazza, a iniciativa mostra um bom resultado da união entre o governo estadual e as universidades em favor dos mais pobres. “Os resultados foram tão bons que um novo projeto está sendo estruturado para atender a 8 mil famílias em cerca de 50 outros municípios.”

Os produtores estão recebendo apoio técnico e gerenciamento da própria Uesb, que disponibilizou sua Empresa Júnior de Agronomia para articular a logística da produção das famílias contempladas. A empresa também é responsável pela capacitação das famílias nessa primeira fase. O passo seguinte é o incentivo à produção para as famílias que tiverem êxito nesse período, ampliando futuramente seu aviário. O projeto prevê ainda a compra de parte dos ovos produzidos pelas prefeituras para uso na merenda escolar das escolas municipais.

Avicultura familiar é destaque no Sudoeste. Disponível em: www.seagri.ba.gov.br, 28/06/2004.

Projetos da Petrobras reativam indústria naval baiana

Estado procura reativar setor naval a partir da construção de plataforma da Petrobras, obra avaliada em R\$ 1 bilhão. A construção de módulos de uma plataforma da Petrobras vai reativar a indústria naval baiana no canteiro de São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe. O projeto está no contrato do consórcio CNO/Ultratec assinado semana passada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. A partir deste projeto, o estado quer incentivar a consolidação do setor na Bahia.

Os módulos a serem construídos na Bahia estão avaliados em R\$ 1 bilhão. No total, são três plataformas e a reforma de uma outra que serão feitas em conjunto em São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no total de R\$ 6,3 bilhões. Todas vão para Bacia de Campos, no Rio, que irá receber e bombear para terra 800 mil barris/dia de óleo.

Segundo Paulo Souto, o governo estadual pretende transformar São Roque em um grande estaleiro

para a fabricação de plataformas off-shore flutuantes (próprias para alto-mar) e de navios supergraneleiros e transportadores de minério. Para ele, o mercado apresenta grande demanda destes dois tipos de equipamentos. Dessa forma, o projeto da PRA-1 irá promover o renascimento da indústria naval na Bahia, que deverá frutificar com a demanda promissora de projetos no segmento de exploração e produção de petróleo off-shore, tanto para a Petrobras como para as diversas operadoras internacionais.

Bahia busca formar novo pólo da indústria naval. Gazeta Mercantil, 21/06/2004.

Governo dá continuidade ao programa de inclusão digital

Recentemente, em Santo Antônio de Jesus, ocorreu o último lançamento dos infocentros públicos, que integram o programa Identidade Digital, voltado à inclusão da população carente do estado no universo da informática. Até o início de 2005 serão inaugurados cerca de cem outros, a maioria no interior do estado.

De acordo com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), até o final do mandato do governador Paulo Souto serão implantados 300 infocentros para combater a exclusão digital, que atinge hoje cerca de 95% da população da Bahia.

Com a inauguração da unidade de Santo Antônio de Jesus e a do Cabula, na capital - ambos tocados em parceria com a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) - sobe para cinco o número de infocentros públicos no estado. O primeiro foi aberto em outubro de 2003, em São Félix, no recôncavo baiano. No interior, outra cidade beneficiada pelo programa foi Vitória da Conquista, no sudoeste. Nos próximos dias, Salvador ganhará outro centro, que será localizado no Pelourinho, na sede do Instituto Steve Biko.

Na lista de lançamentos da Secti para este ano, serão contemplados municípios de diversas regiões do estado, do extremo sul ao semi-árido, do oeste ao nordeste. Pela previsão da secretaria cidades como Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Itamaraju, Itapetinga, Irecê, Paulo Afonso, Juazeiro, Jequié, Brumado, Guanambi, Jaguaquara e Euclides da Cunha, dentre muitos outros, deverão ganhar seus infocentros em breve.

Governo vai inaugurar cem infocentros até 2005. Correio da Bahia, 21/06/2004.

Lançado programa de Certificação de Qualidade para o Turismo

O governador Paulo Souto se mostrou confiante de que o empresariado vai entender a importância da qualificação e se engajar ao programa de Certificação de Qualidade para o Setor de Turismo, o Bahia Qualitur, cujas primeiras certificações foram entregues ontem, à tarde, em solenidade presidida por Souto no Centro de Convenções da Bahia. Das empresas participantes neste primeiro momento (40 no total), 37 foram certificadas e apenas três obtiveram o nível máximo: Superclubs Breezes Costa do Sauípe (que também recebeu o certificado ISO 9001) e Fiesta Bahia Hotel, no segmento Meio de Hospedagem, e a Flytour Business Travel, no segmento Agências e Operadoras.

A estratégia também está seguindo uma linha de atuação iniciada em 1991 no governo de Antônio Carlos Magalhães, cuja meta era realizar investimentos de forma a tornar a Bahia até o ano de 2010 o primeiro destino turístico do país, e cujos primeiros passos foram as obras de infra-estrutura, melhoria de estradas, construção e reforma de aeroportos e saneamento. A meta, então, era investir US\$ 2 bilhões em áreas de interesse turístico, o que muitos não creditavam, revelou o secretário Paulo Gaudenzi, ao fazer um histórico do programa.

Até aqui, revelou o secretário, já foram US\$1,4 bilhão e os resultados, continua, têm sido positivos. A Bahia já é o segundo estado que mais atrai turistas brasileiros, já se igualou a São Paulo no índice de visitas internacionais, segundo pesquisa que vai ser divulgada pela Fipe/Embratur, e Salvador é o terceiro destino turísticos preferido por visitantes do exterior, atrás apenas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com índice de 15,78% (a soma de Recife e Fortaleza juntas).

Programa qualifica 37 primeiras empresas de turismo na Bahia. Correio da Bahia, 15/06/2004.

Agricultura familiar é beneficiada através do Projeto Tucano

O Projeto Tucano, uma das importantes ações de fomento à agricultura familiar do governo do estado, começa a modificar a realidade dos moradores dos municípios de Tucano, Cipó, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Banzaê e Cícero Dantas. No municí-

pio de Tucano, cujo sistema de irrigação será implantado dentro de dois meses, quando estará concluída a licitação, 300 famílias receberam treinamento em horticultura e olericultura.

As obras de infra-estrutura para o projeto em Tucano já contam com quatro poços. Aproximadamente R\$ 800 mil foram repassados pela Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) para as quatro associações que congregam os 100 primeiros produtores, que usarão os recursos para a aquisição de máquinas e implementos de uso comum, como bombas submersas, tubos e fios. O Projeto Tucano deve beneficiar 2 mil famílias carentes do chamado Polígono da Seca através do aproveitamento do potencial de água subterrânea da Bacia Sedimentar de Tucano. Serão implantados 3 mil hectares para plantio com irrigação, distribuídos em 20 módulos de 150 hectares cada. Estes módulos vão ser subdivididos para 100 famílias.

O objetivo é produzir hortaliças, verduras e frutas para atender aos mercados baiano e nordestino e garantir para os produtores envolvidos uma renda de R\$ 480 mensais ao longo de oito anos, até o período de estabilização do projeto, quando a renda alcançará R\$ 600/mês. A chegada do projeto já modificou a realidade e o modo de pensar dos moradores da região.

Projeto Tucano começa a transformar a vida dos produtores rurais na região oeste. Tribuna da Bahia, 30/06/2004.

Governo amplia atuação no interior da Bahia

O governador Paulo Souto visita no dia 1/7 os municípios de Queimadas, na região nordeste do estado, e Governador Mangabeira, no Recôncavo, onde, respectivamente, assina ordem de serviço para recuperação de estrada e entrega 309 títulos de terra para pequenos produtores, através do Programa de Regularização Fundiária.

Em Queimadas, a 300 quilômetros de Salvador, Souto autoriza o início imediato das obras de restauração de um trecho de 165,5 quilômetros da chamada Estrada do Sisal (BA-120). As obras serão feitas por duas empresas vencedoras da licitação para trabalhar em dois subtrechos: o primeiro - de 90 quilômetros, que passa por Conceição do Coité, Valente, Santa Luz e Queimadas - e o segundo - de 75,5 quilômetros, que interliga Monte Santo, Cansanção e Queimadas.

O investimento total previsto na recuperação dos trechos é de aproximadamente R\$ 6,5 milhões. O primeiro ganhará repavimentações asfálticas com tratamentos superficiais simples e duplo (TSS e TSD), com capa selante. No segundo será utilizado o Sistema de Tapa-Buraco com Massa Asfáltica (TBM), também com capa selante. As obras terão supervisão do Departamento de infra-estrutura de Transporte da Bahia (Derba), órgão da Secretaria de infra-estrutura (Seinfra).

Em Governador Mangabeira, a 130 quilômetros de Salvador, serão entregues os títulos de terra concedidos pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), da Secretaria da Agricultura. Segundo o coordenador da CDA, Edmir Ferraz, 98% dos títulos concedidos aos pequenos agricultores do município estão sendo disponibilizados pelo governo estadual como doação.

Paulo Souto ampliará ações estaduais em Governador Mangabeira e Queimadas. Diário Oficial, 30/06/2004.

Indicadores

Produção de álcool na Bahia é insuficiente para demanda local

As usinas baianas respondem por apenas 0,5% da produção brasileira de álcool. A Bahia importa hoje mais de 70% do álcool que consome: produz menos de 60 milhões de litros/ano para um mercado que absorve 200 milhões de litros. Em relação ao açúcar, o déficit na balança é maior: o estado precisa comprar mais de 75% do volume consumido. As poucas usinas baianas conseguem produzir 3,2 milhões de sacas de 50kg por ano, o que representa minguido 0,7% da produção nacional. Esse percentual cai para 0,5% no caso da participação estadual no mercado brasileiro do álcool, que é de 12,5 bilhões de litros/ano.

Para se ter idéia, o pequeno estado de Alagoas dá de lavagem neste gigante vizinho. Líderes absolutos na região, os alagoanos produzem quase 39 milhões de sacas de açúcar (8,7% do total nacional) e espantosos 550 milhões de litros de álcool por ano. Bem abaixo deles, vêm Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e, então, Bahia. Até o caçula Sergipe consegue a bravura de destilar um volume próximo ao dos baianos: 52 milhões de litros/ano.

Uma única usina, a Mandacaru/Agrovale, com uma megaplanta instalada lá no Vale do São Francisco, em

Juazeiro, já produz, por ano, três milhões de sacas de açúcar, algo em torno de 20% do que o estado precisa. No caso do álcool, vai pular dos 25 milhões de litros fabricados em 2003 para 30 milhões este ano. Como se viu, mercado não é problema, toda essa produção é vendida aqui no estado.

A usina é toda irrigada com avançada tecnologia. E, não esquecendo do social, absorve 4,4 mil empregos diretos e o quádruplo de indiretos. A implantação de uma usina para esmagar dez mil hectares de cana por ano exige recursos da ordem de R\$150 milhões só para a parte industrial", conta.

Bahia importa mais de 70% do álcool que consome. Correio da Bahia, 04/06/2004.



UNIÃO

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 5.095, de 01 de junho de 2004 – Regula a lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, institui o Grupo Gestor do Profrota Pesqueira e dá outras providências.

Decreto nº 5.101, de 08 de junho de 2004 – Dá nova redação ao art. 2º do Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, aprovado pelo decreto nº 2.799, de 08 de outubro de 1998.

Decreto nº 5.102, de 11 de junho de 2004 – Acresce inciso ao art. 7º do decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD.

Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004 – Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a Nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, de 21 de agosto de 2002.

Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, e dá outras providências.

Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004 – Regulamenta o art. 20, inciso XVI da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

Decreto nº 5.114, de 23 de junho de 2004 – Dispõe sobre a promulgação do décimo primeiro protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre os governos da República Federativa do Brasil, da República da Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, como Estados Partes do MERCOSUL, e o governo da República da Bolívia, de 19 de junho de 2001.

Decreto de 23 de junho de 2004 – Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 699.039,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 191, de 11 de junho de 2004 – Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea “f” ao inciso I do art. 2º da lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica e suas respectivas isenções ou reduções de impostos.

Medida provisória nº 192, de 17 de junho de 2004 – Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos judiciais, acrescenta os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo artigo, dispondo sobre a forma de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda, e dá outras providências.

Atos do Poder Legislativo

Leis

Lei nº 10.878, de 08 de junho de 2004 – Acrescenta o inciso XVI ao caput do art. 20 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural.

Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004 – Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Lei nº 10.881, de 09 de junho de 2004 – Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.

Lei nº 10.885, 21 de junho de 2004 – Altera a lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Atos Declaratórios

Ato declaratório executivo nº 16, de 03 de junho de 2004 – Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de maio do ano-calendário de 2004, pra efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

Ato declaratório interpretativo nº 27, de 22 de junho de 2004 – Dispõe sobre a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata

a instrução normativa SRF nº 296, de fevereiro de 2003, alterada pela instrução normativa SRF nº 342, de 15 de julho de 2003.

Instruções Normativas

Instrução normativa nº 428, de 18 de junho de 2004 – Aprova nova modalidade de acesso ao módulo Importação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Instrução normativa nº 429, de 21 de junho de 2004 – Altera a instrução normativa nº 296, de 6 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre o regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que menciona.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.240, de 09 de junho de 2004 – Estabelece procedimentos para a elaboração e a remessa, ao Banco Central do Brasil, de informações relativas às contas simplificadas, ao redirecionamento de recursos de depósitos à vista para microcrédito e às operações de crédito consignadas em folha de pagamento.

Resoluções

Resolução nº 3.203, de 17 de junho de 2004 – Dispõe sobre a abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos à vista para pessoas físicas brasileiras que se encontrem temporariamente no exterior.

Resolução nº 3.204, de 18 de junho de 2004 – Contingenciamento de crédito ao Setor Público e alteração de limites – Alterações nos incisos I, II e III do art. 9º B da resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, incluídos pela resolução nº 3.153, de 11 de dezembro de 2003 e modificados pelas resoluções nº 3.191, de 29 de abril de 2004, e nº 3.201, de 27 de maio de 2004.

Resolução nº 3.205, de 22 de junho de 2004 – Dispõe sobre a aplicação de recursos captados em depósitos de poupança rural.

ESTADO

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 9.109, de 03 de junho de 2004 – Altera o decreto nº 9.091, de 04 de maio de 2004, que instituiu a Comissão Especial para a definição de Estratégias e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico no estado da Bahia.

Decreto nº 9.118, de 18 de junho de 2004 – Autoriza o parcelamento do recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária parcial nas aquisições ocorridas no mês de abril de 2004.

Decreto nº 9.124, de 23 de junho de 2004 – Institui o júri do Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura e Arte, de que trata o decreto nº 8.012, de 16 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Leis

Lei nº 9.136, de 08 de junho de 2004 – Autoriza o estado da Bahia, através do Poder Executivo, a participar do Programa Nacional de Universalização do acesso e uso da Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 294, de 15 de junho de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 299 de 16 de junho de 2004 – Exige uso de Documento de Informação Cadastral Eletrônico (DIC-e) para formulação de pedido de inscrição estadual e de baixa de inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC - Salvador: Jun/2004						
Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Jun/03	Jun/04	No ano ¹	Últimos 12 meses ²	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e Bebidas	0,54	-0,10	2,45	4,54	330127,7	221,30
Habitação e Encargos	0,72	0,87	6,70	8,60	562677,0	449,95
Artigos de Residência	-0,39	0,11	1,65	11,24	272070,3	227,41
Vestuário	-1,31	0,18	2,73	6,05	292135,1	171,44
Transporte e Comunicação	-0,22	2,72	5,16	9,46	518549,6	561,19
Saúde e Cuidados Pessoais	0,71	0,47	6,71	9,70	540510,4	287,97
Despesas Pessoais	2,67	1,03	5,23	7,26	602696,6	345,60
Geral	0,38	0,71	3,94	7,30	416772,9	290,41

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

² Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e Variação da Cesta Básica - Capitais Brasileiras - Jun/2004					
Capitais	Valor da Cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações Acumuladas %		Porcentagem do Salário Mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	138,43	0,79	0,25	-8,71	57,65
Belém	150,92	0,95	7,35	6,01	62,85
Belo Horizonte	166,10	2,73	10,31	9,08	89,18
Brasília	165,45	3,74	6,54	4,00	68,91
Curitiba	168,94	3,78	6,12	8,76	70,36
Florianópolis	163,62	4,82	10,75	5,95	68,14
Fortaleza	138,54	1,91	8,45	0,54	57,70
Goiânia	148,45	3,48	7,55	5,44	61,83
João Pessoa	133,10	-3,38	3,93	-1,36	55,43
Natal	139,90	1,54	8,69	1,90	58,26
Porto Alegre	183,08	1,05	8,27	9,00	76,25
Recife	132,30	-0,66	2,00	-6,72	55,10
Rio de Janeiro	170,92	6,32	9,52	8,65	71,18
Salvador	136,09	-1,80	4,30	-2,91	56,68
São Paulo	174,90	3,69	6,14	3,36	72,84
Vitória	158,19	7,34	13,58	7,85	65,88

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Área Plantada (ha)			Área Colhida (ha)			Área Perdida (ha) ¹	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi ⁴	4.658	4.885	4,9	4.658	4.885	4,9	0	0
Algodão Herbáceo	86.303	202.887	135,1	85.744	202.887	136,6	559	0
Alho	1.666	1.447	-13,1	1.666	1.447	-13,1	0	0
Amendoim	5.869	6.731	14,7	5.869	6.731	14,7	0	0
Arroz Total	18.018	28.712	59,4	18.018	28.712	59,4	0	0
Arroz Sequeiro	nd	25.632	—	nd	25.632	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	3.080	—	nd	3.080	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	82.164	-0,9	82.887	82.164	-0,9	0	0
Cebola	6.516	6.983	4,7	6.516	6.983	4,7	0	0
Feijão Total	803.835	845.100	5,1	730.940	752.228	2,9	72.895	92.872
Feijão 1ª Safra	409.723	423.850	—	336.865	330.978	—	72.858	92.872
Sequeiro	nd	292.962	—	nd	215.630	—	—	77.332
Irrigado	nd	1.440	—	nd	1.440	—	—	0
Caupi	nd	129.448	—	nd	113.908	—	—	15.540
Feijão 2ª Safra	394.112	421.250	—	391.802	421.250	—	2.310	0
Sequeiro	nd	396.022	—	nd	396.022	—	—	0
Irrigado	nd	10.237	—	nd	10.237	—	—	0
Caupi	nd	14.991	—	nd	14.991	—	—	0
Fumo	12.498	12.653	1,2	12.498	12.653	1,2	0	0
Mamona	125.188	149.464	19,4	125.188	149.464	19,4	0	0
Mandioca	335.414	354.812	5,8	330.614	354.812	7,3	4.800	0
Milho Total	797.806	796.986	0	675.925	781.186	15,6	121.881	15.800
Milho 1ª Safra	471.704	447.430	—	351.428	431.630	—	120.276	15.800
Sequeiro	nd	431.390	—	nd	415.590	—	—	15.800
Irrigado	nd	16.040	—	nd	16.040	—	—	0
Milho 2ª Safra	326.102	349.556	—	324.497	349.556	—	1.605	0
Sequeiro	nd	348.856	—	nd	348.856	—	—	0
Irrigado	nd	700	—	nd	700	—	—	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo Granífero	58.991	61.460	4,2	49.241	61.298	24,5	9.750	162
Tomate	5.194	4.126	-20,6	5.194	4.126	-20,6	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.126	—	nd	4.126	—	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana ⁵	51.541	53.276	3,4	51.136	53.276	4,2	405	0
Cacau	495.123	487.546	-1,5	486.285	487.546	0,3	8.838	0
Café	142.600	145.345	1,9	142.290	145.345	2,1	310	0
Castanha-de-cajú	19.544	19.870	1,7	19.544	19.870	1,7	0	0
Coco-da-baía ⁴	96.246	96.421	0,2	96.246	96.279	0,0	0	142
Dendê	41.466	nd	—	41.365	nd	—	101	—
Guaraná	5.938	5.936	0,0	5.938	5.936	0,0	0	0
Laranja ⁵	48.332	48.572	0,5	48.332	48.572	0,5	0	0
Mamão ⁵	15.968	15.473	-3,1	15.863	15.473	-2,5	105	0
Maracujá ⁴	9.106	nd	—	9.106	nd	—	0	—
Pimenta-do-reino	1.138	1.134	-0,4	1.138	1.134	-0,4	0	0
Sisal	207.274	210.951	1,8	207.274	210.951	1,8	0	0
Uva	2.911	2.903	-0,3	2.911	2.903	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção Física (t)			Rendimento Médio (Kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	115.149	116.151	0,9	24.721	23.777	-3,8
Algodão Herbáceo	276.337	692.622	150,6	3.223	3.414	5,9
Alho	13.903	11.516	-17,2	8.345	7.959	-4,6
Amendoim	7.576	11.146	47,1	1.291	1.656	28,3
Arroz Total	31.120	62.586	101,1	1.727	2.180	26,2
Arroz Sequeiro	nd	49.836	—	nd	1.944	—
Arroz Irrigado	nd	12.750	—	nd	4.140	—
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.606.603	0,9	55.096	56.066	1,8
Cebola	147.522	153.476	4,0	22.640	21.979	-0,6
Feijão Total	354.582	452.777	27,7	485	632	30,3
Feijão 1ª Safra	119.686	134.261	—	355	406	—
Sequeiro	nd	82.616	—	nd	383	—
Irrigado	nd	3.961	—	nd	2.751	—
Caupi	nd	47.684	—	nd	419	—
Feijão 2ª Safra	234.896	318.516	—	600	756	—
Sequeiro	nd	289.820	—	nd	732	—
Irrigado	nd	19.312	—	nd	1.886	—
Caupi	nd	9.384	—	nd	626	—
Fumo	11.229	11.325	0,9	898	895	-0,3
Mamona	73.656	134.875	83,1	588	902	53,4
Mandioca	3.908.276	4.347.632	11,2	11.821	12.253	3,7
Milho Total	1.219.318	1.764.336	44,7	1.804	2.360	30,8
Milho 1ª Safra	970.498	1.429.220	—	2.762	3.311	—
Sequeiro	nd	1.323.545	—	nd	3.185	—
Irrigado	nd	105.675	—	nd	6.588	—
Milho 2ª Safra	248.820	335.116	—	767	959	—
Sequeiro	nd	331.400	—	nd	950	—
Irrigado	nd	3.716	—	nd	5.309	—
Soja	1.555.500	2.216.700	42,5	1.830	2.700	47,5
Sorgo Granífero	74.055	99.444	34,3	1.504	1.622	7,8
Tomate	211.750	155.471	-26,6	40.768	37.681	-7,6
Tomate de Mesa	nd	155.471	—	nd	37.681	—
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	749.945	783.971	4,5	14.666	14.715	0,3
Cacau	110.392	110.653	0,2	227	227	0,0
Café	110.450	132.169	19,7	776	909	17,1
Castanha-de-cajú	5.444	5.581	2,5	279	281	0,7
Coco-da-baía ⁴	705.311	702.125	-0,5	7.328	7.293	-0,5
Dendê	167.111	nd	—	4.039	nd	—
Guaraná	2.320	2.383	2,7	391	401	2,6
Laranja ⁵	770.275	771.580	0,2	15.937	15.885	-0,3
Mamão ⁵	782.450	782.760	0,0	49.325	50.589	2,6
Maracujá ⁴	119.016	nd	—	13.070	nd	—
Pimenta-do-reino	2.715	2.742	1,0	2.386	2.418	1,3
Sisal	176.728	180.964	2,4	853	858	0,6
Uva	87.434	83.241	-4,8	30.036	28.674	-4,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Indústria

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros - Bahia: Abr/2004				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-2,2	5,5	6,8	0,6
Extrativa Mineral	-0,4	3,2	2,3	1,3
Indústria de Transformação	-2,1	5,6	7,0	0,6
Minerais não-metálicos	8,2	14,5	0,9	-13,9
Metalurgica básica	18,5	35,3	19,5	116,0
Papel, celulose e produtos de papel	-26,4	-24,0	2,5	3,1
Borracha e plásticos	nd	16,7	2,9	-8,6
Produtos químicos	-16,2	3,3	4,1	1,7
Veículos automotores	nd	31,0	105,6	193,2
Alimentos e Bebidas	8,2	2,9	-6,0	-4,8
Refino de petróleo e álcool	3,9	8,1	12,5	-5,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação - Bahia: Abr/2003 - Abr/2004				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Abril 2003	3,2	9,1	2,9	1,8
Maio	-5,4	12,2	4,7	4,2
Junho	1,6	0,7	4,0	4,4
Julho	1,2	-5,2	2,5	3,3
Agosto	-0,8	-8,4	1,0	1,0
Setembro	7,4	10,8	2,0	2,5
Outubro	-6,2	0,2	1,8	2,6
Novembro	-14,3	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	15,8	-7,1	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,0	-1,3	-1,3	-1,1
Fevereiro	3,8	12,6	5,2	0,1
Março	5,2	12,0	7,5	0,8
Abril	-2,1	5,6	7,0	0,6

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe - Bahia: Abr/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	3,1	-5,5	-9,2	5,0
Residencial	5,7	10,9	4,4	6,4
Industrial ¹	-3,0	1,3	3,4	-0,8
Comercial	4,1	7,6	3,4	4,2
Utilidades Públicas ²	5,5	3,8	1,7	5,7
Setor Público	10,8	4,4	3,3	7,1
Concessionária	0,6	-2,6	-2,9	0,9
Total	0,7	3,8	2,9	2,0

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação Mensal no Volume de Vendas no Varejo ¹ - Bahia: Abr/2004				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-1,9	5,9	5,1	-1,0
Combustíveis e Lubrificantes	-1,3	-1,2	-0,7	-0,2
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,3	2,2	1,4	-4,9
Hipermercados e Supermercados	-1,2	3,1	4,3	-5,4
Tecidos, Vestuário e Calçados	-6,4	-3,8	-1,0	-8,1
Móveis e Eletrodomésticos	-8,4	31,3	35,6	10,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-12,1	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	55,2	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,2	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,7	nd	nd	nd
Veículos, Motos e Peças	-12,0	15,3	23,5	20,3

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de Cheques Compensados - Bahia: Maio/2003 - Maio/2004

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Maio 2003	0,2	-10,0	-9,0	-0,5	-14,6	-17,6
Junho	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-3,2	0,8	0,8
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-17,6	-6,9	-2,8
Março	22,8	4,4	-6,4	33,1	32,3	7,9
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,3	11,2	8,7
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,7	17,1	10,4

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Maio/2004

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	25,7	24,6	30,4
Desemprego Aberto	15,5	14,5	20,2
Desemprego Oculto	10,2	10,2	10,1
Participação (PEA/PIA)	62,3	63,0	59,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004

%

Períodos	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	62,4	63,3	14,9	14,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção Total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. Total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242

Variação Mensal

Maio04/Abr04	0,4	1,7	-3,3	0,2	0,2	-3,7
---------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Variação no Ano

Maio04/Dez03	0,2	0,6	-0,9	3,1	-1,0	-1,2
---------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação Anual

Maio04/Maio03	2,1	8,0	-11,7	4,1	-0,6	-13,5
----------------------	------------	------------	--------------	------------	-------------	--------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004								%
Períodos	Setores de Atividade Econômica							
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ¹	Serviços Pessoais ²	Serviços Domésticos	Outros	
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2	
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2	
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0	
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3	
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3	
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3	
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2	
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1	
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0	
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0	
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0	
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1	
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1	
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3	
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2	
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4	
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre											%
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004											
Períodos	Posição na Ocupação										
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹	
	Total	Ass. Priv. c/ Carteira	Ass. Priv. s/ Carteira	Ass. Público	Total	Aut. Trab. p/ Público	Aut. Trab. p/ Empresa				
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9	
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8	
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1	
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1	
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0	
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3	
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5	
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7	
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7	
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5	
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5	
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5	
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8	
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7	
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0	
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9	
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004							R\$
Períodos	Rendimento Médio Real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor Absoluto ³		Índice	Valor Absoluto ³		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	647	340	79,4	730	423	78,1	
Fevereiro	649	332	79,6	731	428	78,2	
Março	621	328	76,2	710	416	75,9	
Abril	622	325	76,3	696	413	74,4	
Maio	612	324	75,1	685	393	73,2	
Junho	648	339	79,4	727	418	77,8	
Julho	671	339	82,3	760	421	81,3	
Agosto	683	349	83,8	772	422	82,5	
Setembro	650	350	79,7	738	421	78,9	
Outubro	631	341	77,4	725	419	77,6	
Novembro	619	341	75,9	724	414	77,4	
Dezembro	641	350	78,7	741	431	79,2	
Janeiro 2004	666	359	81,6	766	447	81,9	
Fevereiro	678	356	83,1	776	440	82,9	
Março	688	354	84,3	787	437	84,1	
Abril	659	344	80,8	762	429	81,4	
Variação Mensal							
Abr04/Mar04	-4,2	-2,8	-4,2	-3,2	-1,9	-3,2	
Variação no Ano							
Abr04/Dez03	2,8	-1,6	2,8	2,8	-0,4	2,8	
Variação Anual							
Abr04/Abr03	6,0	5,8	6,0	9,4	3,8	9,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril 2004

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004****R\$**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	214	309	441	708	2.132
Fevereiro	215	309	415	697	2.173
Março	203	294	397	673	2.101
Abril	213	304	399	669	2.051
Maio	202	310	400	656	1.926
Junho	223	315	416	663	2.009
Julho	234	323	416	687	2.009
Agosto	261	332	408	706	2.041
Setembro	260	337	388	703	1.949
Outubro	255	325	381	694	1.960
Novembro	250	317	394	677	1.899
Dezembro	248	317	416	690	1.965
Janeiro 2004	249	332	433	691	1.980
Fevereiro	233	320	420	716	1.998
Março	221	311	410	731	2.000
Abril	205	307	389	711	1.967

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril 2004**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹****Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004****R\$**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Assalariados no Setor Privado					
	Total	Setor de Atividade			Carteira de Trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2003	605	756	527	603	674	403
Fevereiro	621	753	538	630	685	427
Março	606	824	496	594	683	377
Abril	599	768	469	598	668	384
Maio	583	775	473	567	656	356
Junho	604	844	467	595	678	374
Julho	633	933	475	613	719	375
Agosto	634	901	468	621	719	375
Setembro	614	806	483	606	690	374
Outubro	601	792	486	590	675	371
Novembro	598	780	478	588	672	372
Dezembro	608	862	476	586	684	381
Janeiro 2004	620	869	469	605	701	384
Fevereiro	636	965	474	604	720	376
Março	635	936	483	603	724	365
Abril	620	907	471	598	703	370

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

R\$

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril 2004

² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2003 - Maio/2004

Períodos	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Transf	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	28.000	6.564	379	4.372	7.754
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Jun03-Mai04	42.185	10.577	-303	10.499	15.938

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004**

Períodos	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Tranf	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	6.395	1.391	-122	1.320	4.231
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Jun03-Mai04	13.616	2.186	-2.271	3.560	10.461

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Abr/2004							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mar-Abr 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Abr 2004 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.602.317	71.852.493	16,3	141.623.527	32,1	299.978.790
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	23.520.235	18,9	45.825.287	36,9	78.475.325
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	40.838.290	15,3	81.286.977	30,5	185.212.324
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	1.800.860	14,5	3.660.496	29,5	8.742.464
Receita Agropecuária	23.580	23.581	3.065	13,0	5.931	25,2	17.650
Receita Industrial	527.566	527.566	62.509	11,8	106.180	20,1	421.386
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.875.024	16,8	7.340.292	31,8	15.744.571
Transferências Correntes	243.477	243.477	26.098	10,7	57.613	23,7	185.864
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	1.726.412	11,9	3.340.751	23,0	11.179.206
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	10.157.350	6,1	29.301.443	17,5	138.142.232
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	3.344.013	2,8	11.424.236	9,7	106.767.808
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	(11.309)	(0,4)	65.987	2,2	2.876.778
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	3.982.056	17,1	6.449.984	27,8	16.778.601
Transferências de Capital	44.219	44.219	11.047	25,0	14.064	31,8	30.155
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	2.831.543	12,3	11.347.172	49,3	11.688.890
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.045.992	82.009.842	13,5	170.924.970	28,1	438.121.022
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.045.992	82.009.842	13,5	170.924.970	28,1	438.121.022

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Abr/2004							
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Realizadas				Saldo (a-c)
			Mar-Abr 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Abr 2004 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	475.515.103	476.507.660	64.260.186	13,5	124.505.697	26,1	352.001.963
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.039	84.708.409	12.947.839	15,3	25.708.518	30,3	58.999.891
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.769.754	11.211.024	9,5	22.460.668	19,1	95.309.086
Outras Despesas Correntes	273.625.310	274.029.497	40.101.323	14,6	76.336.511	27,9	197.692.986
Transf.a Estados, DF e Municípios	91.774.586	91.774.586	14.034.386	15,3	27.390.630	29,8	64.383.956
Benefícios Previdenciários ²	121.429.619	121.429.619	17.906.109	14,7	4.794.366	3,9	116.635.253
Demais Despesas Correntes	60.421.105	60.825.292	8.160.828	13,4	44.151.515	72,6	16.673.777
Despesas de Capital	111.622.638	115.310.423	16.865.947	14,6	31.462.895	27,3	83.847.528
Investimentos	12.368.454	12.403.589	181.901	1,5	236.719	1,9	12.166.870
Inversões Financeiras	33.249.350	34.635.889	2.804.567	8,1	4.794.366	13,8	29.841.523
Amortização da Dívida ¹	66.004.834	68.270.945	13.879.479	20,3	26.431.810	38,7	41.839.135
Reserva de Contingência	21.964.621	20.991.637	-	-	-	-	20.991.637
Subtotal das Despesas (I)	609.102.362	612.809.720	81.126.133	13,2	155.968.592	25,5	456.841.128
Superávit (II)	-	-	-	-	14.956.378	-	-
Total (I+II)	609.102.362	612.809.720	81.126.133	13,2	170.924.970	27,9	456.841.128

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Abr/2004							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Mar/Abr	%	Até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	12.469.805	12.522.104	2.059.755	16,45	3.955.714	31,59	8.566.390
Receita Tributária	6.988.059	6.886.980	1.262.447	18,33	2.268.060	32,93	4.618.920
Impostos	6.793.395	6.692.316	1.231.296	18,40	2.209.242	33,01	4.483.074
Taxas	194.664	194.664	31.151	16,00	58.818	30,22	135.846
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	162.629	15,35	323.145	30,51	736.141
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	162.629	15,35	323.145	30,51	736.141
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.970	299.402	32.433	10,83	50.382	16,83	249.020
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	579	2,62	985	4,45	21.155
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	275.713	30.984	11,24	48.480	17,58	227.233
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.515	870	57,40	914	60,34	601
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	1	3,09	2	6,46	33
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	119.574	16,60	245.780	34,11	474.689
Receita de Serviços	719.399	720.469	119.574	16,60	245.780	34,11	474.689
Transferências Correntes	3.719.956	3.629.719	561.608	15,47	1.125.305	31,00	2.504.414
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.487.036	549.512	15,76	1.083.434	31,07	2.403.602
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	4.976	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	133.926	137.707	12.095	8,78	41.871	30,41	95.836
Outras Receitas Correntes	815.118	1.016.232	110.723	10,90	299.746	29,50	716.486
Multas e Juros de Mora	120.470	120.475	(25.293)	(20,99)	22.843	18,96	97.632
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	6.268	11,38	9.491	17,24	45.567
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	900	13,52	1.753	26,32	4.907
Receitas Correntes Diversas	632.930	834.039	128.847	15,45	265.660	31,85	568.379
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(189.659)	17,38	(356.703)	32,69	(734.493)
Receitas de Capital	1.522.353	1.572.788	122.349	7,78	170.811	10,86	1.401.977
Operações de Crédito	583.863	583.863	70.749	12,12	90.321	15,47	493.542
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	8.513	3,81	19.047	8,51	204.659
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	8.513	3,81	19.047	8,51	204.659
Outras Op. de Cred. Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	62.236	17,28	71.274	19,79	288.883
Alienação de Bens	282.040	282.081	592	0,21	948	0,34	281.133
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	185	0,07	388	0,14	280.677
Alienação de Bens Imóveis	975	1.016	407	40,06	560	55,12	456
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	33	0,95	194	5,58	3.276
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	33	0,95	194	5,58	3.276
Transferências de Capital	652.975	703.369	50.975	7,25	79.348	11,28	624.021
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	472.209	27.468	5,86	28.210	5,97	443.999
Transferências de Inst. Privadas	97	97	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	228.490	229.600	23.327	10,16	51.138	22,27	178.462
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	-	-	5
Outras Receitas	5	5	-	-	-	-	5
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Saldos de Exercícios Anteriores					94.589		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Abr/2004								
R\$ 1.000								
Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	59.239	11.508.620	1.683.541	3.237.956	1.764.095	3.093.358	8.415.262
Pessoal e Encargos	5.892.325	(3.314)	5.889.011	847.451	1.744.477	882.528	1.733.962	4.155.049
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	81.681	155.079	81.681	154.829	621.191
Outras Despesas Correntes	4.781.037	62.553	4.843.590	754.409	1.338.400	799.885	1.204.567	3.639.023
Despesas de Capital	2.530.253	43.496	2.573.749	318.346	511.966	303.899	490.153	2.083.596
Investimentos	1.342.012	54.022	1.396.034	124.913	142.219	110.467	120.407	1.275.627
Inversões Financeiras	369.604	(10.526)	359.078	21.682	49.259	21.681	49.258	309.820
Amortização da Dívida	818.637	-	818.637	171.751	320.488	171.751	320.488	498.149
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	-	12.522	-	-	-	-	12.522
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	3.583.511	10.511.380
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	3.583.511	10.511.380
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	543.015	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	4.126.526	10.511.380

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Abr/2004						
R\$ 1.000						
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830		47.985		495.815	
Junho	454.843		47.430		502.273	
Julho	463.914		57.400		521.314	
Agosto	465.528		55.112		520.640	
Setembro	491.119		63.031		554.150	
Outubro	497.479		31.450		528.929	
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2003 - Abr/2004					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	538.496	499.949	49.624	38.259	588.120	538.209
Fevereiro	533.699	447.378	40.597	46.816	574.296	494.194
Março	469.219	473.527	42.767	47.022	511.986	520.549
Abril	511.206	699.160	37.457	48.642	548.663	747.802
Maio	476.571		51.064		527.635	
Junho	487.433		50.828		538.261	
Julho	498.147		61.636		559.782	
Agosto	496.791		58.813		555.604	
Setembro	518.667		66.567		585.234	
Outubro	523.095		33.069		556.165	
Novembro	511.189		37.804		548.993	
Dezembro	511.408		55.708		567.116	
Total	6.075.920		585.934		6.661.854	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de março/04 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Abr/2004										R\$ 1.000
Períodos	Receitas									
	FPE*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		Outras¹		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	144.749	642.863	8.815	34.298	13.545	62.605	25.825	45.965	192.933	785.731

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

* Deduzidos 15% para o FUNDEF

** Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Município

Balanço Orçamentário¹

Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Abr/2004

R\$ 1.000

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (B-C)
			Mar-Abr 2004 (B)	% B/A	Jan-Abr 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.503.392	204.779	13,6	427.505	28,4	1.075.887
Receita Tributária	527.569	527.569	73.867	14,0	175.461	33,3	352.108
Impostos	451.500	451.500	60.718	13,4	143.822	31,9	307.678
Taxas	76.069	76.069	12.975	17,1	31.296	41,1	44.773
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	174	-	343	-	(343)
Receita de Contribuições	67.700	67.700	12.995	19,2	24.163	35,7	43.537
Contribuições Sociais	31.500	31.500	6.032	19,4	12.136	38,5	19.364
Contribuições Econômicas	36.200	36.200	6.963	14,0	12.027	33,2	24.173
Receita Patrimonial	98.289	98.289	7.375	7,5	14.517	14,8	83.772
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	456	16,0	659	23,2	2.183
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.568	4,5	4.749	8,4	51.871
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.290	11,6	9.038	24,5	27.789
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	61	3,1	71	3,6	1.929
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.205	16,8	4.470	34,0	8.683
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.205	16,8	4.470	34,0	8.683
Transferências Correntes	722.799	722.869	98.089	13,6	190.091	26,3	532.778
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	93.941	14,0	184.381	27,4	488.392
Transf. de Instituições Privadas	452	452	64	-	64	14,2	388
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	4.084	8,2	5.646	11,4	43.972
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	10.248	13,9	18.803	25,5	55.009
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	4.900	16,8	9.145	31,4	19.959
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	957	20,2	1.259	26,6	3.481
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.714	11,6	6.747	21,1	25.253
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	677	8,5	1.652	20,7	6.316
Receitas de Capital	114.044	114.044	11.202	9,8	20.330	17,8	93.714
Operações de Crédito	26.939	26.939	-	-	-	-	26.939
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	-	-	-	-	26.939
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	3.500	3.500	-	-	2	-	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	11.202	13,4	20.327	24,3	63.178
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	11.202	13,9	20.327	25,3	60.113
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	1	-	99
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.617.436	215.981	13,4	447.835	27,7	1.169.601
Déficit (II)			12.280				
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.617.436	228.261	14,1	447.835	27,7	1.169.601

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Abr/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr (d)	Jan-Abr (e)	Mar-Abr (f)	Jan-Abr (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.327.272	1.146	1.328.418	174.246	665.367	199.009	363.975	27,4	964.443
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	75	516.233	36.138	287.510	70.978	140.344	27,2	375.889
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	-	74.693	18.019	32.301	11.515	22.751	30,5	51.942
Outras Despesas Correntes	736.421	1.071	737.492	120.089	345.556	116.516	200.880	27,2	536.612
Despesas de Capital	281.094	3.224	284.318	26.856	96.725	29.252	62.079	21,8	222.239
Investimentos	203.715	3.184	206.899	24.722	69.778	20.966	45.647	22,1	161.252
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	346	582	-	236	5,7	3.879
Amortização da Dívida	73.304	-	73.304	1.788	26.365	8.286	16.196	22,1	57.108
Reserva de Contingência	9.000	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	4.370	1.621.736	201.102	762.092	228.261	426.054	26,3	1.195.682
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	21.781	-	-
Total (I+II)	1.617.366	4.370	1.621.736	201.102	762.092	228.261	447.835	27,6	1.195.682
Outras Despesas Correntes	736.421		736.421	225.467	225.467	84.364	84.364	11,5	652.057
Despesas de Capital	281.094	-	281.094	69.866	69.866	32.827	32.827	11,7	248.267
Investimentos	203.715	(40)	203.675	45.053	45.053	24.681	24.681	12,1	178.994
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	236	236	236	236	5,7	3.879
Amortização da Dívida	73.304	-	73.304	24.577	24.577	7.910	7.910	10,8	65.394
Amortização da Dívida p/Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (I)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-		-	-
Total (I+II)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

